

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE  
CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E  
SOCIEDADE**

**DISSERTAÇÃO**

**As contribuições das Ciências Sociais e da Geografia  
para o debate acerca do rural: uma análise a partir de  
das teses de dois PPGs**

**João Gabriel Chiaratti Cabral**

**2022**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C117c Cabral, João Gabriel Chiaratti, 10/06/1986-  
As contribuições das Ciências Sociais e da  
Geografia para o debate acerca do rural: uma análise  
a partir de das teses de dois PPGs / João Gabriel  
Chiaratti Cabral. - Rio de Janeiro, 2022.  
106 f.

Orientador: Maria José Teixeira Carneiro.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE, 2022.

1. Rural. 2. Espaços rurais. 3. Novas Ruralidades.  
4. Multifuncionalidade da Agricultura. I. Carneiro,  
Maria José Teixeira, 1950-, orient. II Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro. CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE III. Título.

# UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

## **JOÃO GABRIEL CHIARATTI CABRAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 21/03/2022.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> MARIA JOSE TEIXEIRA CARNEIRO (CPDA/UFRRJ)  
(Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> CARMEN SILVIA ANDRIOLLI (CPDA/UFRRJ)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> LAILA THOMAZ SANDRONI (USP)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO,  
ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

FOLHA DE  
ASSINATURAS

---

Emitido em  
21/03/2022

**DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS N° 3152/2022 - DeptDAS (12.28.01.00.00.84)**

**(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 22/03/2022  
12:44 )*

CARMEN SILVIA ANDRIOLLI

*DeptDAS (12.28.01.00.00.84)*

*Matricula: ###464#2*

*(Assinado digitalmente em 05/04/2022  
14:45 )*

MARIA JOSE TEIXEIRA

CARNEIRO

*DeptDAS (12.28.01.00.00.84)*

*Matricula: ###61#6*

*(Assinado digitalmente em 22/03/2022 12:08 )*

LAILA SANDRONI

*CPF: ###.###.387-##*

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/documentos/> informando seu número: **3152**, ano:

**2022**, tipo:

**DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **22/03/2022** e o código de verificação:  
**72d58eaf4b**

*“O silêncio está tão repleto de sabedoria e de espírito em  
potência como o mármore não talhado é rico em  
escultura.”*

*Aldous Huxley*

Dedico esse trabalho ao meu filho Dylan, amor que me leva até onde eu não posso ir só!

## **AGRADECIMENTOS**

À minha companheira Carolina, que esteve ao meu lado me apoiando desde o momento que pensei em entrar no CPDA até a última linha escrita dessa dissertação. A todos meus professores e professoras da graduação e do mestrado por serem minha inspiração e me incentivarem a continuar estudando. À minha mãe, que lutou, com todos os seus esforços, para que eu pudesse ter um futuro digno. À professora Maria José Carneiro, que sempre me incentivou a buscar o meu melhor e aceitou o desafio de me orientar nas condições adversas que escrevi essa dissertação. À Carmen e à Laila, por se disponibilizarem a fazerem parte da banca de qualificação e da banca de defesa, por me ajudarem a pensar os caminhos dessa pesquisa, pelas palavras de incentivo e pelo acolhimento. Aos meus amigos José (Coxinha) e Rogério, que sempre me apoiaram nessa jornada. Ao Pedro, amigo que levarei para além do CPDA, por todos os momentos que esteve ali para ouvir meus desabafos e por todo cuidado que sempre teve em falar as melhores palavras que pudessem acalmar o coração de um pós-graduando desesperado.

## **LISTAGEM DE FIGURAS**

Figura 1: Esquema metodológico da tese de Duarte	49
Figura 2: Reprodução reduzida do cartaz de propaganda da I Festa dos Carreiros de São Valentim	78
Figura 3: Logomarca utilizada para o turismo em Cunha	82
Figura 4: Mapa da População rural na RMBH. Dados estratificados. IBGE, censo demográfico 2000; Cadastro do Incra para MG (2007)	89
Figura 5: Propaganda do empreendimento Recanto das Araras, em Jaboticatubas	92



## **LISTAGEM DE QUADROS**

Quadro 1: Resultado da busca de teses por programa com as palavras-chave	18
Quadro 2: Processo de seleção das teses para o corpus da pesquisa	19
Quadro 3: Informações das teses do Programa de Geografia Humana - USP que serão analisadas	47
Quadro 4: Informações das teses do Programa de Ciências Sociais em desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - UFRRJ que serão analisadas	75

## RESUMO

CABRAL, João Gabriel Chiaratti. **As contribuições das Ciências Sociais e da Geografia para o debate acerca do rural: uma análise a partir das teses de dois PPGs.** 2022. 109p Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2022.

O presente trabalho tem por objetivo identificar as contribuições da Geografia e das Ciências Sociais para o debate acerca da noção de rural. Para chegar a tal objetivo, foi realizada uma seleção de teses de doutorado de dois Programas de Pós de Graduação, quatro de Geografia (Geografia Humana – USP) e quatro de Ciências Sociais (CPDA-UFRRJ), entre os anos 2000 e 2020. A partir da leitura dessas teses e do preenchimento de fichas de leitura, foi observado como a noção de rural é definida e operacionalizada nesses trabalhos. O objetivo foi tentar identificar as principais questões levantadas nos referidos estudos, apontando para possíveis aproximações ou distinções teóricas e temáticas entre as duas áreas. Foi constatado o interesse sobre questões relativas ao “novo rural” em localidades das regiões Sul e Sudeste, como a pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura, associadas, principalmente, ao turismo rural. Observou-se um diálogo entre autores e conceitos das duas disciplinas. Apesar disso, foi possível constatar, também, que as duas ciências têm seus debates próprios e falam a partir dos seus conceitos chaves; porém, esses conceitos dialogam entre si e os autores tendem a buscar qual deles melhor se adequam a observar sua realidade de estudo.

**Palavras-chaves:** novas ruralidades; espaços rurais; rural.

## **ABSTRACT**

**CABRAL, João Gabriel Chiaratti. The contributions of Social Sciences and Geography to the debate about the rural: an analysis based on the theses of two PPGs 2022.** 109p Dissertation (Masters of Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2022.

The present work aims to identify the contributions of Geography and Social Sciences to the debate about the notion of rural. To achieve said goal, eight doctoral thesis from two postgraduate programs were analyzed, four in Geography (Human Geography – USP) and four in Social Sciences (CPDA – UFRRJ), between the years 2000 and 2020. From the analysis of the thesis and after filling out reading sheets, it was observed how the notion of rural is defined and operationalized in said works. The goal was to understand the main questions that have been raised by the studies, pointing out to possible similarities or distinctions between the two areas. It was noted the interest in issues related to the “new rural” in places at the South and Southeast regions, such as the pluriactivity and multifunctionality of agriculture, mainly associated with rural tourism, as described by the theoretical authors presented in Chapter 1. In addition, it was noted a dialogue between authors and concepts of the two subjects. Despite this, it was also possible to verify that the two sciences have their own debates and speak from their key concepts, but these concepts dialogue with each other and the authors tend to seek which one is best suited in the analysis of their reality of study.

**Keywords: new ruralities; rural spaces; rural**

## SUMÁRIO

Como eu cheguei até aqui.....	13
Introdução.....	15
1. Contextualização Teórica.....	22
1.1 Linhas de pensamento da noção de rural.....	22
1.1.1 A dualidade rural urbano, a crítica a Dualidade e o Continuum Rural.....	23
1.1.2 Novo rural e novas ruralidades.....	29
1.2 O debate sobre o rural na Geografia.....	36
1.2.1 O conceito de espaço e espaço rural.....	38
1.2.2 O conceito de território e o rural.....	40
1.2.3 A separação cidade x campo e o rural.....	42
1.2.4 As urbanidades no rural.....	43
2. A contribuição da Geografia, uma visão a partir do programa de Geografia Humana da USP.....	46
2.1 Apresentação das teses de Geografia.....	47
2.1.1 A identidade territorial como estratégia de planejamento do turismo rural: interfaces entre o Vale dos Vinhedos e o Alto Douro Vinhateiro.....	48
2.1.2 Políticas públicas e produção familiar: novos bairros rurais e os parceiros do desenvolvimento territorial rural São Paulo.....	54
2.1.3 Território, Identidade e Desenvolvimento: uma outra leitura dos arranjos Produtivos Locais de serviços no rural.....	58
2.1.4 O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social no espaço rural da região de Presidente Prudente nos anos 1980-90.....	61
2.2 Análise das teses: a noção de rural nas teses do programa de Geografia Humana/USP.....	65
2.2.1 A Geografia Agrária Crítica.....	67
2.2.2. O conceito de espaço.....	67
2.2.3. Conceito de território.....	69

2.2.4 Multifuncionalidade e pluriatividade.....	71
3. A contribuição Das Ciências Sociais, uma visão a partir do programa doCPDA	73
3.1 Apresentação das teses de Ciências Sociais.....	74
3.1.1 Rural e natureza: a construção do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul.....	75
3.1.2Dinâmicas rurais contemporâneas e configurações sociais de gênero.....	81
3.1.3 Ruralidades e urbanidades: Juventudes rurais e permanências no extremo oeste de Santa Catarina.....	84
3.1.4 Ruralidades na região metropolitana de Belo Horizonte: um olhar à luz de Janus.....	88
3.2 Análise das teses: a noção de rural nas teses do programa do CPDA/UFRRJ...	93
3.2.1 Multifuncionalidade e pluriatividade.....	94
3.2.2 As Representações Sociais.....	95
Conclusão.....	98
Referencias Bibliográficas.....	102
Anexo 1: Listagem das teses objeto da pesquisa.....	105
Anexo 2: Modelo de Ficha de leitura.....	106

## COMO CHEGUEI ATÉ AQUI

Esta pesquisa é fruto de uma breve história envolvendo um estudante/professor de Geografia com os estudos relacionados à questão agrícola/agrária. Apresentar a minha pesquisa é, de certa forma, apresentar quem eu sou também, já que muitas vezes a vida do pesquisador e a pesquisa se confundem. Mills (2009) compara o pesquisador a um trabalhador e defende a ideia de que esse trabalho deve ser aperfeiçoado e amadurecido a cada dia, o que significa que a nossa experiência de vida pode, também, ajudar a amadurecer nosso trabalho de pesquisador. É claro que há limites para essa influência; é preciso confiar na experiência e ao mesmo tempo ser cético a ela.

Minha trajetória começa na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), que é um campus da UERJ em Duque de Caxias, onde cursei licenciatura em Geografia. Lá, participei da fundação de um grupo de agroecologia em 2013, o Geofloresta. Nesse projeto, transformamos o gramado localizado nos fundos do CIEP onde funciona o campus em um S.A.F. (Sistema Agroflorestal). Durante essa experiência, pude desenvolver técnicas de plantio e me aprofundar no tema da agricultura a partir da prática agroecológica.

Durante a graduação, residi por quatro anos no município de Magé, no distrito de Santo Aleixo, onde pude ter uma experiência mais próxima com a terra e a produção de alimentos. Desde então, decidi que essa seria a minha área de estudo. Durante uma atividade de caminhada em busca de sementes nativas com um grupo que tentava construir uma casa de sementes, conheci o distrito de Rio de Ouro, em Magé, onde fica situado o assentamento de Cachoeira Grande. Daí em diante, passei a frequentar aquela região para atividades de lazer. Aproveitava, também, para comprar alimento direto com os produtores locais e, sempre que permitido, pedia para visitar as roças. Essa região se tornou minha área de estudo para o meu trabalho de conclusão de curso, que apresentei em 2017. Nele, discuti a questão do rural x urbano no município, e, no último capítulo, foram feitos trabalhos de campo no bairro/assentamento de Cachoeira Grande. Devido à afinidade com o tema, já que me identificava com a Geografia Agrária, logo me veio à mente estudar no CPDA. Afinal, é um programa referência no tema e, assim, teria chances de continuar a minha pesquisa.

Apresentei à banca do processo seletivo do mestrado do CPDA um projeto que pretendia aprofundar algumas questões que deixei em aberto no meu TCC, como a

questão das relações de trabalhos e da pluriatividade na minha área de estudo. Durante meu primeiro ano de estudo no mestrado, aprofundi minha pesquisa em relação ao assentamento, porém, no ano de 2020, todos nós fomos afetados de diversas formas pela pandemia do COVID-19. Um problema se colocou à minha frente: como fazer uma pesquisa empírica sem poder fazer campo? Nesse momento fui obrigado a repensar um tema e reconstruir meu objeto de pesquisa.

A questão do assentamento Cachoeira Grande e do município de Magé não foram deixados de lado, pois são lugares que guardo muito carinho e afeto. Porém, naquele momento, a escolha foi optar por um trabalho teórico que fosse viável e sem a necessidade de ir a campo. Neste cenário, decidi, portanto, acumular um debate teórico para, futuramente, poder voltar à minha pesquisa em Cachoeira Grande com mais bagagem.

## INTRODUÇÃO

Definir o que é rural aparentemente parece uma tarefa fácil, porém é uma tarefa complexa e requer alguns cuidados. Primeiro porque essas definições não são exclusivas do meio acadêmico e tem significados criados também pelo senso comum, além disso, cabe destacar que cada grupo social pode se apropriar de forma diferente da noção de rural. Ao longo do tempo, vários significados foram atribuídos à noção de rural. A importância desse trabalho gira em torno, justamente, da dificuldade de se definir, caso possamos definir, o que venha a ser rural, uma vez que é possível ter diferentes resultados analisando, de pontos de vista diferentes, o mesmo termo.

As representações criadas pelo senso comum, assim como boa parte das definições acadêmicas, são baseadas em uma dualidade entre o rural e o urbano. Dualidade essa que se baseia na oposição entre os termos, já que um é definido em função da negação do outro e são considerados espaços distintos. Essa lógica dualista geralmente é baseada em uma visão de sociedade pensada a partir do processo de industrialização ou modernização, onde o urbano representa o industrial e moderno e o rural é o espaço destinado àquilo que não é industrial, ou seja, as atividades primárias, principalmente a agrícola. Superar essa lógica dualista é importante para se desvendar o que há por trás do discurso aceito amplamente pelo senso comum.

Rural é uma categoria que aglutina um domínio do saber em várias ciências. Sigaud (1992) faz um levantamento dos “produtores de conhecimento” sobre o “campo”. Cabe destacar que a autora usa o termo “campo” para se referir ao “rural”. Esses especialistas ou produtores formam um numeroso contingente e são oriundos de diferentes disciplinas ou ciências. Essa diversidade dificulta, de certa forma, um olhar mais amplo, já que cada ciência tem os seus próprios paradigmas e os seus próprios conceitos-chave, por isso é sempre complexo estabelecer um diálogo entre dois campos científicos.

Como sou licenciado em Geografia e realizo o mestrado em um Programa de Pós-Graduação em Ciências sociais, decidi, por sugestão de minha orientadora, relacionar a produção acadêmica desses dois campos de estudo, tentando buscar as diferentes contribuições de cada um. Tanto a Geografia quanto as Ciências Sociais se dedicam a estudar o campo ou o meio rural a partir de abordagens específicas. A proposta da presente pesquisa é identificar contribuições teóricas de formações disciplinares distintas no debate sobre o uso da noção de rural e seus significados. No



caso das Ciências Sociais, temos a chamada Sociologia Rural. Na Geografia, temos a Geografia Agrária ou a Geografia Rural. Entender quais são as bases teóricas dessas disciplinas é importante para tentar estabelecer um diálogo entre as duas e encontrar os pontos de aproximação ou as divergências nesse debate.

Para cumprir tal objetivo, decidimos fazer uma revisão das teses produzidas nas duas últimas décadas (2000 e 2020) que tenham como tema questões sobre a realidade rural brasileira. Foi feito um recorte temporal a fim de buscar um debate mais atual sobre o tema e delimitar um universo passível de ser analisado no escopo de uma dissertação de mestrado. O levantamento bibliográfico que fundamenta o trabalho foi realizado no catálogo de teses e dissertações da CAPES. A escolha deve-se à importância desse banco que reúne e disponibiliza todas as teses e dissertações defendidas nos PPGs do país. É necessário, aqui, registrar a importância da CAPES para a produção e divulgação de conhecimento e a pesquisa no nosso país, principalmente no atual momento de desvalorização e negação da ciência pelo qual estamos passando.

Foram selecionadas apenas teses de doutorado, em busca de trabalhos mais amadurecidos teoricamente e que dessem maior consistência à pesquisa. Foram selecionados dois Programas de pós de graduação, um de Geografia (Geografia Humana – USP) e um de Ciências Sociais (CPDA-UFRRJ). O primeiro Programa de Pós-Graduação a ser trabalhado no universo de pesquisa foi o CPDA-UFRRJ. A escolha deve-se à importância deste Programa de Ciências Sociais, que se dedica ao estudo do mundo rural, desenvolvimento e agricultura há 40 anos. O CPDA é responsável por uma vasta publicação na área, além de ter em seu corpo docente professores que são referências no assunto, como Roberto José Moreira, Maria José Carneiro, entre outros. O Programa é avaliado pela CAPES com conceito cinco e conta com duas revistas. A *Estudos ,Sociedade e Agricultura* é uma revista de Ciências Sociais de publicação quadrimestral, dedicada ao estudo do mundo rural desde 1993. Outra revista também importante é a *IDeAS*, que foi criada em 2007 e é administrada por estudantes do CPDA-UFRRJ.

Nazareth Wanderley, no prefácio do livro *O rural brasileiro na perspectiva do século XXI*, afirma que o CPDA está entre os maiores programas de pós-graduação do Brasil. A autora elenca as qualidades que justificam tal afirmação, como a

interdisciplinaridade, que traz uma riqueza e diversidade muito grandes ao programa:

Para começar, o caráter interdisciplinar. Não deve ter sido fácil para o CPDA tanto quanto para outros programas que assumem a mesma proposta, afirmar-se nesse campo da interdisciplinaridade, enfrentando a tradição disciplinar da pós-graduação brasileira e fazendo emergir, passo a passo, uma outra concepção da produção científica. Que se compreenda bem: a interdisciplinaridade não é de nenhum modo a negação das disciplinas. Cada uma dessas tem seu objeto e sua forma de estudá-lo. Ninguém abre mão disso. Porém, a perspectiva interdisciplinar, longe de negar as especificidades das disciplinas, as supõe. É que o seu fundamento é a construção do diálogo entre elas. E o retorno à disciplina é sempre original e inovador. Grande desafio que, certamente, foi também difícil para o CPDA. (WANDERLEY, 2019, p.9)

Wanderley (2019) ressalta que, para que a interdisciplinaridade possa ser trabalhada na sua forma mais ampla, é importante que esta seja construída em cima de uma problemática ou de uma questão. No caso do CPDA, as pesquisas estão associadas, de modo geral, às questões relativas ao mundo rural: é através dessa temática que se estabelece um diálogo entre as disciplinas.

O segundo programa escolhido foi o Programa de Geografia Humana da Universidade de São Paulo – USP. Sua escolha deve-se à importância do mesmo para a Geografia e da expressiva produção acadêmica em relação ao rural. O curso de Geografia da USP foi um dos primeiros do Brasil e sempre esteve na vanguarda da produção acadêmica, exercendo, inclusive, papel central na renovação da disciplina, como destaca Marques:

Universidade de São Paulo assumiu um papel central no processo de renovação do pensamento geográfico a partir da liderança de um grupo de estudantes de pós-graduação e com base no apoio que estes encontraram entre professores como Léa Goldenstein, Pasquale Petrone e Manoel Seabra para desenvolver seus trabalhos numa perspectiva crítica. Esses estudantes viriam a se tornar professores dessa instituição a partir dos anos 1980, entre eles, destacam-se: Antônio Carlos Robert de Moraes, Wanderley Messias, André Roberto Martin, Sandra Lencioni, Ana Fani A. Carlos, Amélia Luisa Damiani e Ariovaldo U. de Oliveira. (MARQUES, 2018, p.505)

O Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP é avaliado com conceito seis pela CAPES, confirmando, assim, sua importância no campo de estudo. Conta com alguns professores-referência para a temática da Geografia Agrária, como a professora Marta Marques e o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, autor do livro *“Modo Capitalista de Produção, agricultura e Reforma Agrária”*, uma obra que é referência para a temática. O programa possui uma linha de pesquisa, a *“Território, agricultura e sociedade”*, e duas revistas acadêmicas voltadas para o tema.

Desde 2004, a revista Agrária ([s.d.]), do Laboratório de Geografia Agrária da USP, tem sido um importante veículo de divulgação e promoção do debate na perspectiva crítica de temas relativos ao campo no Brasil. As revistas

Campo-Território (CT, [s.d.]) e Nera ([s.d.])<sup>1</sup> têm papel<sup>1</sup> semelhante, evidenciando a potência da abordagem da geografia agrária crítica hoje no país. (MARQUES, 2018, p.507)

Foi preciso definir, a partir do tema do trabalho, quais termos seriam utilizados como palavras-chave para realizar as buscas que seriam feitas no catálogo de tese da CAPES. Essa é uma etapa fundamental, pois é a partir dos termos escolhidos que podemos definir o tipo de tese que fará parte do universo empírico. A escolha da palavra-chave foi bastante importante, já que a noção de rural pode ser tratada a partir de diferentes conceitos e podem ser usados diferentes termos para se referir a tal, como, por exemplo, rural, rural-urbano ou ruralidade. Pensando em encontrar o maior número de resultados e considerar a maior possibilidade desses termos, após algumas buscas no site da CAPES, escolheu-se a palavra-chave “rural” acrescida do comando (\*), que considera qualquer resultado de caractere. Todas as buscas feitas no catálogo de teses da CAPES foram realizadas ao longo do segundo semestre do ano de 2020. Como ilustra o quadro abaixo, o CPDA apresentou 226 teses entre o período de 2000 e 2020 como resultado para a busca com a palavra-chave “rural\*”. O Programa de Geografia Humana da USP, contudo, apresentou 217.

Quadro 1: Resultado da busca de teses por programa com as palavras-chave

<b>Programa de pós-graduação</b>	<b>Resultados</b>
CPDA	226
Geografia Humana – USP	217
TOTAL	443

Depois de escolher os Programas e obter um universo inicial de teses (443), foi preciso selecionar as teses relevantes para os objetivos da presente pesquisa. Muitas teses apresentaram palavras como “rural” ou “ruralidade”, porém apresentavam temas não tão relevantes. Para filtrar as teses, primeiro foram identificadas as que continham a palavra rural, ruralidade ou semelhante no título ou resumo, buscando, assim, os trabalhos que tinham a noção de rural como tema central da pesquisa. Chegamos ao universo de 59 teses, como ilustra o quadro abaixo. A partir da leitura do resumo dessas 59 teses, foram, então, identificados os trabalhos que tinham como questão de análise central a noção rural e eram relevantes aos nossos objetivos para fazer parte do universo empírico. Ao todo, foram selecionadas oito teses.

Quadro 2: Processo de seleção das teses para o corpus da pesquisa

<b>Programa de pós-graduação</b>	<b>Resumos lidos</b>	<b>Teses selecionadas para leitura</b>
CPDA	31	4
Geografia Humana – USP	28	4
<b>Total</b>	59	8

As teses selecionadas foram salvas no formato PDF, numeradas e organizadas em tabela (em anexo), em Excel, onde estão informações sobre autor, ano da defesa, Programa a qual faz parte, além de uma coluna com a numeração das teses para facilitar futuras buscas.

Quanto à organização desta dissertação, o primeiro capítulo recupera as principais questões do debate sobre o rural, tanto na Geografia como nas Ciências Sociais. Em seguida, serão desenvolvidos alguns temas e conceitos das duas ciências que ajudam a compreender como a noção de rural é tratada em cada campo do conhecimento. O resultado do debate servirá como aporte teórico para guiar as análises das teses, que serão feitas no segundo e no terceiro capítulos.

A leitura das teses foi guiada por uma ficha de leitura, com o intuito de fazer as mesmas perguntas a todos os textos, mantendo, assim, o foco nos objetivos traçados para a pesquisa. Consta em anexo desta dissertação o modelo de ficha usado. A ficha é

dividida em três partes. Na primeira foram registradas as informações sobre o autor, tais como nome e formação, título do trabalho, ano de publicação e instituição. Já a segunda parte conta com perguntas de viés teórico e conceitual, com o propósito de identificar os usos e significados atribuídos à noção de rural pelos autores e as referências teóricas que os sustentam. Além disso, foram feitas algumas perguntas mais gerais, como o tipo de metodologia usada, recorte espacial ou temporal da pesquisa, tipo de fontes de dados, conceitos-chave trabalhados e os principais argumentos. No final da análise, essas fichas foram utilizadas para sistematizar os dados para desenvolver a síntese do debate, o que será apresentado nos capítulos 2 e 3.

No segundo capítulo, foram realizadas análises das quatro teses escolhidas do programa de Geografia da USP: *A identidade territorial como estratégia de planejamento do turismo rural: interfaces entre o Vale dos Vinhedos e o Alto Douro Vinhateiro*, de Tiaraju Salini Duarte (2016); *Políticas públicas e produção familiar: novos bairros rurais e os parceiros do desenvolvimento territorial rural São Paulo*, de Elba Medeiros Punski dos Santos (2018); *Território, identidade e desenvolvimento: uma outra leitura dos arranjos produtivos locais de serviços no rural*, de Rogério Ribeiro Jorge (2009); e *O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social no espaço rural da região de Presidente Prudente nos anos 1980-90*, de Célia Maria Santos Medeiros (2002).

No terceiro capítulo, foram analisadas as quatro teses escolhidas do programa de Desenvolvimento Agrário da UFRRJ- CPDA: *Ruralidades na região metropolitana de Belo Horizonte: um olhar à luz de Janus*, de Dione Melo da Silva (2014); *Juventudes rurais e permanências: ruralidades e urbanidades representadas no extremo oeste de Santa Catarina*, de Rodrigo Kummer (2019); *Rural e natureza a construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul*, de José Marcos Froehlich (2002); e *Dinâmicas rurais contemporâneas e configurações sociais de gênero*, de Ariane da Silva Favareto (2019).

Em um primeiro momento, são apresentadas as teses, o objeto da pesquisa, a metodologia adotada pelo(a) autor(a) e os principais conceitos e discussões desenvolvidos. Durante a análise, são realizadas observações e aproximações entre as abordagens das teses sobre a noção de rural e as discussões que atravessam a compreensão de cada autor.

Foi possível observar aproximações e diferenças entre as abordagens de cada Programa. As aproximações se encontram, principalmente, nas discussões sobre a superação da dualidade rural-urbano e em alguns autores que são referências para ambos os campos disciplinares. Ainda nas aproximações, podemos observar a presença dos temas da pluriatividade e da multifuncionalidade em todas as teses, marcando as novas funções e as atividades nos espaços rurais. Houve uma influência do recorte temporal (décadas de 2000 e 2010) da pesquisa para a presença desses temas, pois essas são características do novo rural, sendo um reflexo das novas funções e das novas atividades econômicas atribuídas aos espaços rurais.

As distinções entre a forma de operacionalizar a noção de rural estão relacionadas, principalmente, ao debate próprio de cada Ciência a partir de seus conceitos-chave e temáticas relacionadas a esses conceitos. No Capítulo 2, ao analisar as teses de Geografia, observamos que a discussão perpassa conceitos como espaço e território, que são chaves dessa disciplina. É possível perceber a influência da Geografia Agrária crítica nas teses. Já no Capítulo 3, as discussões são feitas tendo como base as representações sociais articuladas às discussões das “novas ruralidades”.

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Esse capítulo está estruturado em três partes. Primeiro serão apresentadas as três principais correntes de pensamentos sobre a noção de rural; depois será feita uma síntese das principais discussões dessas correntes na Sociologia; e, em seguida, na Geografia. Essa estrutura permite compreender os diálogos e as diferenças do tema nas duas ciências e dialogar metodologicamente com os dois capítulos seguintes, quando se realizará a análise das teses de cada uma das ciências.

### 1.1 Linhas de pensamento da noção de rural

Carneiro (2007), no artigo *“Rural” como categoria de pensamento*, apresenta as três principais correntes de pensamento para explicar a dinâmica do mundo rural nas sociedades contemporâneas. As duas primeiras se fundamentam na dualidade rural-urbano e a terceira nega essa dualidade e propõe uma abordagem centrada nas representações sociais. A primeira corrente parte da premissa de que, com a modernização da sociedade e a implementação do modelo produtivista, diretamente relacionados com a urbanização, as localidades rurais desapareceriam, como argumentou Sorokim; Zimmermam; Gaipin (1981) para no caso americano, ou, no caso francês, desapareceria o principal ator social do meio rural, o camponês, decretando, assim, o fim do mundo rural (MENDRAS, 1976).

A segunda corrente, ao invés de considerar que as mudanças iriam ocasionar o desaparecimento dos espaços rurais, propõe a ideia do “renascimento do rural”, considerando que as mudanças gerariam novas formas de sociabilidade e relações sociais, reelaborando, assim, a dualidade cidade-campo. Essa linha, que tem como principal autor o geógrafo Kayser, mas também inclui outros autores, como Wanderley (2000), se fundamenta na observação da revitalização social e econômica de localidades rurais que não estão mais centradas nas atividades agrícolas, mas que, ao mesmo tempo não se confunde com os espaços urbanos. Nessa corrente, a noção de rural passa a se associar à natureza como um espaço valorizado de contemplação, atraindo novos moradores. Nesse contexto, a figura do agricultor ainda permanece emblemática na representação do campo imaginário.

Uma terceira corrente sustenta o fim das dicotomias rural-urbano e agricultura-indústria para se definir a noção de rural. A autora recorre a Sarraceno para explicar essa nova corrente, que se apresenta no pós-produtivismo, quando passa a se observar tanto um processo de dinamização econômica dos espaços rurais quanto de declínio dos espaços urbanos. Sarraceno ainda critica a forma residual de classificação rural-urbano e o uso da atividade agrícola como definidora dos espaços rurais, uma vez que já se observa a redução de pessoas com atividades agrícolas nessas áreas e um aumento das ocupações não agrícolas. A função dos espaços rurais vai além da produção agrícola, incluindo uma diversidade de atores, de classes sociais e de interesses. Sendo assim, Sarraceno propõe uma abordagem baseada nas “economias locais” e “economias regionais”, de modo a absorver a heterogeneidade dos espaços rurais, que não pode mais ser determinado por indicadores claramente definidos. Mas a autora observa que, apesar da realidade ser mais heterogênea, permanece no senso comum a associação das zonas rurais às atividades agrícolas. Nas duas primeiras linhas de pensamento apresentadas, a compreensão do espaço rural está centrada nas diferenças com o urbano, sendo assim, sendo definido a partir da ótica da cidade, numa abordagem marcada pela dicotomia entre rural (agrícola; “tradicional”) e urbano (industrial, “moderno”).

A pergunta em torno do desaparecimento ou não do rural inquietou, por muito tempo, muitos autores. Porém, com a diversificação das atividades econômicas dos espaços rurais e uma maior complexificação das relações sociais no campo, essa pergunta parece perder um pouco o sentido e dá uma nova cara aos estudos do rural. Afinal, se temos um novo rural, outras abordagens devem ser pensadas. Com isso, as duas primeiras linhas de pensamento foram criticadas por diversos teóricos, apontando-se que já não eram mais funcionais para analisar a realidade. A partir disso, novas propostas foram apresentadas, como a de Carneiro, em diálogo com MORMONT (1989) e REMY (1989), que propõe pensar a noção de rural como uma categoria de pensamento e não como categoria analítica, e a de Wanderley, que analisa o rural como modo de vida.

### **1.1.1 A dualidade e o continuum rural-urbano**

Nesse item, desenvolveremos brevemente as duas primeiras linhas de pensamento apresentadas acima, tanto com autores que desenvolveram essas linhas quanto algumas críticas de outros autores.



José Eli da Veiga, em seu texto *Nascimento de outra ruralidade*, faz uma generalização sobre os que estudam o rural, dividindo-os em dois grandes grupos que dialogam com as duas primeiras correntes de pensamento apresentadas anteriormente. Uma abordagem trata da “completa urbanização”, fundamentada em Henri Lefebvre em seu livro *A Revolução Urbana*. A outra abordagem, contrária à ideia da urbanização, é a do “renascimento rural”, que foi trabalhada, principalmente, por Bernard Kaiser (1990). Para explicar a primeira abordagem, Veiga recorre a Henri Lefebvre. Lefebvre desenvolve o conceito de *Sociedade Urbana*, que nasce com o processo de industrialização e tem como utopia principal a completa urbanização da sociedade. A cidade exerce papel central na sociedade urbana e sua influência vai além dos limites das áreas urbanizadas, chegando às áreas rurais. Essa área de alcance da cidade é definida pelo autor como tecido urbano, isto é, como se o tecido urbano fosse um corpo e, a cidade, a cabeça que domina e organiza esse corpo. Essa dominação da cidade se dá, principalmente, através da mudança dos costumes da vida rural e na questão econômica. A revolução urbana seria o conjunto de transformações que a sociedade deve passar para chegar à completa urbanização da sociedade. Apesar da obra de Lefebvre ser comumente associada à ideia da completa urbanização da sociedade e do desaparecimento do rural, no livro *A Revolução urbana* ele apresenta esse modelo como uma hipótese que retrata uma sociedade que tem como utopia a completa urbanização, mas não como o único destino possível para a nossa história.

Autores que desenvolveram teorias alinhadas a essa primeira corrente descrita acima por Veiga foram Sorokin; Zimmermann; Gaipin, ([1930] 1981), cuja obra foi considerada uma das fundadoras da Sociologia Rural e influenciou todo o desenvolvimento do tema na área das Ciências Sociais. Os autores fazem parte da Sociologia Rural norte-americana e são influenciados pelo momento histórico que eles estão vivendo, com o avanço da industrialização e o crescimento das cidades nos Estados Unidos durante a primeira metade do século XX. Por isso, defendiam que o rural desapareceria com o avanço do espaço urbanizado industrial. Para diferenciar o que é rural do que é urbano, os autores descreveram nove diferenças fundamentais. Essas características, que serão detalhadas a seguir, ajudam a entender como foi construída a base teórica desses autores tão importantes para a Sociologia rural.

A primeira característica apresentada é em relação à ocupação das pessoas, associando o mundo rural à atividade agrícola, extrativismo vegetal ou criação de

animais. Dessa forma, a Sociologia rural pode ser entendida como uma sociologia da ocupação agrícola. A segunda é em relação ao que os autores vão chamar de “diferenças ambientais”, alegando que a população rural viveria com maior proximidade com a natureza e, em contrapartida, as populações urbanas teriam uma vida “mais artificial” e distante da natureza. A terceira característica está relacionada ao tamanho da comunidade, pois a relação com a agricultura impediria grandes aglomerações populacionais, já que para sua subsistência uma família camponesa precisaria de um pedaço expressivo de terra. A quarta característica também está relacionada com a questão da ocupação e da moradia. Neste caso, as diferenças entre rural e urbano se dariam em relação à densidade populacional e à concentração de pessoas: no rural menos concentrado e no urbano mais concentrado. A quinta diferença é que a população rural é considerada mais socialmente homogênea que a população urbana. Ou seja, nos espaços rurais, as pessoas teriam menos diversidade de religiões, costumes, tradições comportamentos e modos de vida, enquanto nas cidades haveria maior variação entre grupos sociais. A sexta diferença é em relação à estratificação social. As cidades apresentam mais tipos de classes sociais e o espaço rural teria uma vida econômica mais homogênea e com uma divisão social do trabalho menos complexa. A sétima característica é a mobilidade espacial, que é mais intensa entre os moradores da cidade. A população urbana se desloca com mais frequência e para distâncias mais longas. Já a população rural seria menos móvel. A oitava diferença está no sentido da migração que acontece principalmente dos campos para as cidades. A cidade seria uma área de atração de pessoas e o campo uma área de repulsão. A nona e última diferença se refere à integração social, onde o homem urbano é uma pessoa com mais acesso aos meios de comunicações e, assim, estabelece relações sociais com maior número de pessoas, fazendo parte de uma rede mais complexa de informações.

Pelas características elencadas acima, é possível perceber que a maioria das diferenças está relacionada com a agricultura e com características descritivas do que seria cada espaço, homogeneizando-os. Os autores tinham a ideia de que o rural está relacionado com o agrícola. Essas teorias estão fundamentadas na oposição rural-urbano e influenciou a Sociologia Rural de uma forma muito significativa. Muitos foram os autores que seguiram essas teorias.

Na segunda abordagem, segundo Veiga (2006, p. 343), Kayser observava uma mudança demográfica nos espaços rurais na maioria dos países industriais da Europa, assim como os Estados Unidos experimentou na década 1970. A mudança

consistia em um processo de crescimento da população rural, colocando em xeque a discussão do desaparecimento do rural. Kayser vai chamar esse movimento de “renascimento do rural”, questionando, assim, alguns pilares que sustentam as teorias que acreditam no desaparecimento do rural. Se hoje há um movimento de pessoas em sentido às áreas definidas como rural, como podemos definir urbano como área de atração de pessoas e grande densidade populacional, e rural como áreas de repulsão ou vazios demográficos? O rural que se transforma também traz mudanças econômicas, com destaque para o fato de muitas áreas rurais deixarem de ter sua economia voltada para a atividade agrícola.

Um dos autores que questionam essa dicotomia entre rural e urbano como tipos de espaços homogeneizados e com características bem definidas é Pahl (1960). Ele foi um dos principais autores a descrever a ideia de *continuum*. Em seu texto *The rural-urban continuum*, o autor afirma que há uma diferença no padrão do uso de terra entre áreas rurais e urbanas. Ele acredita que existem diferenças de intensidade e não de contraste. Porém, utiliza, ainda, a dualidade rural urbano partindo de dois polos extremos e acredita que existe um *continuum* entre eles, como se existissem vários níveis de graduação tanto do espaço rural quanto do urbano.

Wanderley (2000, p.126-128) apresenta a noção de *continuum* baseada em autores como Duran (1988) e Mendras (1988). Para a autora, o *continuum* se apresenta como inovação em relação às formas tradicionais da dualidade rural-urbano que se definiam pela oposição radical entre campo e cidade. O *continuum* ainda está relacionado à noção de urbanização, à ideia de uma aproximação entre o campo e a cidade, de modo que estes vão se assemelhando e se inter-relacionando. Formula-se a proposta de que existe um *continuum* entre o meio rural e o meio urbano. Nessa proposta, se apresentam diferenças de intensidade e não de contraste; assim, a passagem de uma comunidade rural para uma urbana ocorre de maneira gradual: metrópole, a grande cidade, a pequena cidade e o meio rural são vistos como partes de uma mesma sociedade. Wanderley (2000 p.127) apresenta autores que criticam essa noção de *continuum*, como Sarraceno e Placide Rambaud, que a consideram “urbano-centrada” por valorizar o polo urbano como “civilizado” em contraste ao extremo rural do *continuum*, tido como “atrasado”. Outra crítica elencada pela autora é a realizada por Mathieu, que rejeita as análises realizadas com base no *continuum* por não considerarem a dimensão espacial como um recorte importante para a compreensão da vida social e por partirem do pressuposto de que haja difusão do modo de vida

urbano, por isso não levariam em consideração as diferenças das estruturas sociais e condições de vida, uma vez que essas terminariam sendo abolidas.

Assim como a dualidade rural-urbano, a noção de *continuum* influenciou as pesquisas tanto na Sociologia quanto na Geografia. Inclusive, a crítica à noção é feita tanto por geógrafos quanto por sociólogos. A professora e geógrafa Marta Marques também apresenta críticas a esse conceito. A autora contextualiza o surgimento do termo *continuum* após a segunda metade do século XX, quando o processo de urbanização avança e atinge outros patamares na Europa e nos Estados Unidos. Dessa forma, observa-se um aumento de fluxos entre cidade e campo. Mas a autora observa, também, assim como autores citados anteriormente, que essa noção ainda se apoia em uma dualidade, onde o rural e o urbano seriam pontos extremos em uma escala de gradação e, por isso, haveria ainda uma diferença qualitativa entre eles:

Analizando atentamente as duas abordagens, vê-se que a ideia de *continuum* rural-urbano também se apoia numa concepção dual, pois considera o rural e o urbano como pontos extremos numa escala de gradação. Na medida em que o rural e o urbano são tratados como polos de um contínuo, está, de certa forma, subentendida uma diferença qualitativa entre eles (Solaris, 1972). (MARQUES, 2002 p.101)<sup>1</sup>

Veiga (2006), além das duas abordagens apresentadas acima, apresenta uma terceira hipótese, que diz, em termos gerais, que há uma nova ruralidade que está nascendo junto com a sociedade moderna e com o processo de globalização, e não uma ruralidade que está renascendo, como afirma Kayser:

O fenômeno da nova ruralidade, cujas primeiras manifestações italianas foram relatadas na segunda seção deste artigo, corresponde ao surgimento de qualidades singulares de um sistema que só podem existir em certas condições. Somente em situações de grande prosperidade socioeconômica é que se manifestam as qualidades singulares dessa ruralidade. Situações capazes de impulsionar simultaneamente os três vetores: a conservação da biodiversidade, o aproveitamento econômico de suas repercussões paisagísticas, por meio das diversas formas de “turismo”, bem como a alteração da matriz energética mediante aumento de suas fontes renováveis. Por isso, ela deve ser considerada nova, em vez de renascente. (VEIGA, 2006, p. 348)

O autor, observando que as duas primeiras hipóteses não se adequavam mais à realidade e tentando compreender essa nova ruralidade que se apresenta, propõe, então, outra forma de pensar o rural. Para ele, o que seria critério para definir o ambiente rural

---

<sup>1</sup> As duas abordagens citadas pela autora trata-se da dicotômica rural-urbano e a do continuum.

e o urbano seria o grau de artificialização dos ecossistemas, associando, assim, o rural à natureza. Ele apresenta essa proposta para classificar áreas/municípios como forma de mapeamento da dinâmica populacional para fins estatísticos a fim de fundamentar políticas públicas com base em dois critérios: a população absoluta do município e a densidade demográfica.

Em poucas palavras, é o grau de artificialização dos ecossistemas que distingue em última instância o urbano do rural. E é por isso que em vez da revolução urbana, profetizada por Lefebvre, ou do renascimento rural, preferido por Kayser, o que se testemunha neste início do século XXI é o nascimento de outra ruralidade. (VEIGA, 2006, p.348)

Carneiro (2007) critica essa proposta uma vez que, ao relacionar o espaço rural com a natureza, se apresenta novamente uma dualidade, dessa vez natureza-cultura, igualmente generalizante, em que o rural é associado ao natural e o urbano à artificialidade produzida pela ação do homem. Além disso, observa que, por esse critério, o rural seria associado à ausência de civilização. Carneiro (2007) destaca ainda que essa proposta edita uma nova versão da ideia de *continuum*, antigo recurso da sociologia rural, classificando espaços do mais natural ao mais artificializado. Com isso, restaria o problema de definir as áreas que ficariam entre esses dois polos. Ela observa que esse esforço de tentar classificar os espaços é interessante para fins estatísticos, mas para estudos que tratam de modos de vida e dinâmicas locais, tal categorização se torna inoperante.

Interessante salientar que essas características utilizadas como critérios (proximidade com a natureza; tamanho da comunidade; densidade demográfica) estão entre as características apresentadas por Sorokin; Zimmermann; Gaipin, ([1930] 1981) anteriormente. Sendo assim, podemos observar que a proposta apresentada ainda está muito associada com a dualidade e com as características das duas primeiras linhas de pensamento.

Mesmo que não tenham plena consciência, todos os que pesquisam sobre a ruralidade estão sob a influência de uma das duas hipóteses extremas sobre seu destino: a de completa urbanização ou a de um renascimento rural. (VEIGA, 2006, p. 333)

Isso se ratifica quando ele mesmo afirma que todos os que pesquisam a ruralidade estão sob influência dessas duas hipóteses: desaparecimento do rural ou o renascimento do rural. Tal afirmação pode ser questionada pelas discussões sobre novas ruralidades, que serão apresentadas adiante baseadas em autoras como Carneiro (2007) e Wanderley (2000).

### 1.1.2 Novo rural e novas ruralidades

Pesquisadores, tentando buscar caminhos diante de um mal-estar ao observar que as realidades não cabem mais nas teorias desenvolvidas até então por se encontrar em outro contexto histórico, econômico e social, passaram a questionar, inclusive, se as categorias como rural e urbano ainda podem qualificar espaços e universos. Assim foram propostas novas abordagens para dar conta dessa nova realidade. Nesse item, vamos tentar apresentar, resumidamente, as principais propostas apresentadas e que foram utilizados pelos autores das teses apresentadas nos próximos capítulos.

Por muito tempo, a associação do rural ao agrícola guiou as pesquisas do tema, transformando a sociologia rural praticamente numa sociologia das atividades agrícolas. (CARNEIRO, 2008, p.2). O campo hoje não é apenas um lugar de atividades primárias e sim um espaço que está sob a lógica de uma complexa rede, incluindo diversos setores da economia (FAVARETO, 2007, p.183). Um desses setores é o turismo rural, que tem crescido cada vez mais. Outro setor da economia que vem ganhando espaço é o imobiliário, afinal, cada vez mais as áreas rurais vêm se tornando uma região procurada para residência.

Autores vêm definindo essas novas atividades, que se apresentam nesse “novo rural”, como pluriatividade, ou apontam para as múltiplas funções da agricultura nesse novo contexto. Carneiro e Maluf definem multifuncionalidade como:

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos. (Carneiro; Maluf. 2003 p. 19)

Maluf verifica como se expressa a dimensão multifuncional na agricultura familiar brasileira. O autor reconhece quatro novas funções da agricultura em nosso país: (i) reprodução socioeconômica das famílias rurais; (ii) promoção da segurança alimentar das famílias e da sociedade; (iii) manutenção do tecido social e cultural; (iv) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

A pluriatividade é entendida por Graziano, Del Grossi e Campanhola (2002) como decorrente do fato de famílias rurais estarem cada vez mais “dependentes de capitais associados não apenas aos mercados agrícolas, mas a uma matriz de múltiplas atividades (pluriatividade) de seus membros” (GRAZIANO, DEL GROSSI,

CAMPANHOLA, 2002, p.41). Esses autores apresentam as novas atividades desse “novo rural” que surgem a partir de meados da década de 80 em três grupos: agropecuária de commodities relacionadas à agroindústria; conjunto de atividades não agrícolas ligadas à moradia, lazer, turismo, atividades industriais e de prestação de serviços; e um conjunto de “novas” atividades agropecuárias impulsionadas por nichos de mercado. Esses dois últimos grupos de atividades geram uma diversificação de atividades dos agricultores em consequência desse esforço para se inserirem nos novos mercados que se abrem. Esses mercados se apresentam em um processo de valorização de bens não tangíveis como a paisagem, o lazer e de ritos cotidianos agrícolas e pecuários, relacionados a demandas específicas de consumidores das classes média e alta dos centros urbanos (GRAZIANO, DEL GROSSI, CAMPANHOLA, 2002, p.39-42).

Os autores, ao analisarem a ocupação da população economicamente ativa do campo, observaram também uma mudança da população dessas áreas, com a contínua redução das pessoas ocupadas na agricultura e com o aumento de desempregados e aposentados residentes no campo. Com isso, concluem que o meio rural está se tornando um ambiente de moradia desassociado do local de trabalho. Ao observar um aumento significativo nas décadas de 80 e 90 de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas, conclui-se que o que manteve as pessoas no campo foram essas outras atividades. Assim, a atividade agrícola passou a ocupar cada vez menos o tempo das famílias rurais e representar menos renda que as rendas não-agrícolas (GRAZIANO, DEL GROSSI, CAMPANHOLA, 2002, p.44-45). Observou-se, através de análise de dados estatísticos, que a renda *per-capta* de famílias agrícolas é sempre inferior que a de famílias pluriativas e as principais ocupações identificadas estão na área de serviços e de empregos domésticos. (GRAZIANO, DEL GROSSI, CAMPANHOLA, 2002, p.56).

A procura citada acima está muito relacionada com um novo mito que se está construindo em torno da noção de rural que seria o mito da ruralidade idílica, como afirma Carneiro (2008): “estariamos, portanto, presenciando uma crise do mito da dualidade entre campo e cidade, ao mesmo tempo em que um novo mito estaria sendo produzido: o mito da ruralidade idílica, fruto de um olhar urbano sobre o rural” (CARNEIRO, 2008, p.17). Wanderley (2000, p.121-124) fala também da modernização da atividade agrícola e da demanda de novas competências ao agricultor, principalmente nas fases de transformação e comercialização dos produtos, e da necessidade de ampliar a renda familiar com atividades agrícolas ou não, dentro ou fora do estabelecimento

familiar. Citando Muller (1989), a autora aponta três modalidades de empresas rurais que combinam atividades diversificadas centradas na função comercial: (i) agricultura, transformação da produção-comercialização; (ii) agricultura e atividades turísticas no próprio estabelecimento familiar; (iii) agricultura – artesanato – serviços.

Mormont (2015, p.52) destaca que mesmo que haja uma série de transformações no mundo rural a partir do avanço do processo de modernização, processo que o autor chama de “grande transformação”, é possível pensar para além da homogeneização do mundo rural. O autor observa que é preciso pensar também sobre a diversidade que surge dessas novas ruralidades. É possível, da mesma forma, discutir o rural em torno das resistências aos processos de modernização. Mormont vai chamar esse debate de “sociologia das resistências à modernização” (MORMONT, 2015, p.52). Com as mudanças apontadas acima, que afetam as relações sociais e de trabalho, as noções de rural e urbano passam a ser categorias simbólicas, construídas a partir das representações sociais. E considera que esse processo de modernização do campo não atinge de forma homogênea a todos, uma vez que se expressa de formas diferentes em contextos culturais, sociais e econômicos heterogêneos. Esse processo de transformação estaria associado a dois fenômenos no espaço rural: a pluriatividade, já apresentada acima, e a crescente procura para o lazer e moradia por pessoas da cidade (CARNEIRO, 2008, p.53). Essas novas atividades econômicas e esses novos moradores dos espaços rurais promovem trocas entre rurais e urbanos, de forma a promover uma reelaboração simbólica da noção de rural.

Halfacree (1993) traz a proposta de análise da noção de rural como representações sociais. O autor questiona a ideia de se estudar o comportamento social apenas através dos estudos acadêmicos, como se a compreensão do mundo fosse mero processo de aquisição de informação. O autor descreve três tipos de definições do rural: descritivas; socioculturais; e o olhar a partir da localidade rural. As descritivas geralmente estão associadas a pesquisas quantitativas e relacionadas com a ideia de espaço absoluto, ou seja, um espaço pensado de forma cartesiana onde tudo pode ser matematizado, ignorando o dinamismo do espaço. Essas abordagens geralmente estão baseadas também na ideia da matematização da natureza e da realidade como um todo. As abordagens socioculturais estão ligadas a estudos sobre o modo de vida ou costumes das populações rurais. Ao desenvolver a definição sobre o olhar a partir da localidade rural, o autor traz para o debate a teoria das representações sociais, que tem como propósito pensar como a realidade prática e social da vida das pessoas que vivem nas



áreas ditas rurais ajuda no entendimento da complexidade do mundo social, fazendo o diálogo entre discursos acadêmicos e não-acadêmicos. Muitas vezes, essa percepção dos atores sociais é deixada de lado. Dessa forma, considerar a visão desses indivíduos é extremamente necessário para alcançar novas dimensões de análise. Roberto José Moreira, no texto *Ruralidades e globalizações ensaiando uma interpretação*, alerta para o papel hegemônico que as representações sobre o rural podem ter. Assim, a cultura da cidade globalizada, a cultura hegemônica é que produz a concepção de rural que conhecemos. Afinal, nossa sociedade é fruto da cidade capitalista, cidade essa que nasce do processo de industrialização.

Carneiro (2008) argumenta que as noções de rural, urbano e ruralidades são representações sociais que “expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual são referidas, estando, portanto, sujeitas a reelaborações e apropriações diversas”. (Carneiro, 2008, p.60) Essas representações são influenciadas por diversos fatores, como a divulgação do pensamento ecológico que criou a demanda aos cidadãos pela procura da natureza e da vida no campo, o turismo que garante tanto a manutenção da agricultura para garantir um “clima rural” quanto na produção de eventos sociais como as festas caipiras, religiosas e o fenômeno da cultura *country*, entre outros. Para a autora, ruralidade é um processo dinâmico de reestruturação de elementos da cultura local através tanto da reapropriação de elementos da cultura local quanto de apropriação da cultura urbana. De Paula (2001) discute como o “estilo de vida *country*” influencia as representações construídas acerca do rural. A palavra “*country*” remete a uma série de significados como, por exemplo, a figura do cowboy ou do sertanejo, que representa esse estilo de vida. (De Paula, 2001, p.33). A autora aborda a questão do imaginário *country* no Brasil, e a crescente expressividade que vem adquirindo na sociedade brasileira, mesmo que de maneira difusa e sem muitos contornos definidos, de maneira que apenas muito recentemente o tema *country* começou a ser tema de estudos acadêmicos no Brasil:

(...) *country* como um estilo de vida que, tomando a ruralidade como tema, cria um padrão de sociabilidade que comporta a prescrição de atividades sociais, temas de conversação, etiqueta, gosto, consumo, vocabulário e linguagem corporal próprios (De Paula, 2001, p.34)

Esse estilo de vida, contudo, é criado principalmente através das experiências urbanas, como salienta a autora:

(...) é possível afirmar que, no Brasil, o estilo de vida *country* introduz o tema da ruralidade no cenário urbano e, neste sentido, intervém como elemento que dialoga com as fronteiras tradicionais que aqui delimitam a relação

entre o campo e a cidade. (De Paula, 2001, p.38)

A pesquisa da autora foi realizada em Presidente Prudente, interior de SP, e em alguns estados dos EUA, porém com o foco da pesquisa sempre voltado para o estilo de vida *country* no Brasil. A partir disso, ressalta que o estilo de vida *country* brasileiro não corresponde ao padrão *country* brasileiro. Há aproximações, mas há, sobretudo distâncias, recriações, inversões importantes. A interpretação da autora é a de que existem, sim, conexões entre as experiências *country* nos dois países, mas que uma não deve ser entendida como cópia da outra. Para examinar a conexão entre o estilo de vida *country* brasileiro e norte-americano, a autora traz o conceito de transculturação (Pratt, 1999) como o espaço de seleção e invenção no interior de fórmulas originalmente alienígenas às tradições e aos sujeitos que adentram zonas de contato – atuação de um campo de forças que produz simultaneamente proximidades e distâncias.

Outra contribuição para esse debate foi apresentada por Wanderley (2000) ao propor a análise do rural como um “modo de vida”. Nesse contexto de questionamento, à dualidade rural-urbano e de crítica ao “fim do rural”, a autora discorre sobre Mormont, que propõe a hipótese de que não se pode mais opor rural e urbano como duas sociedades distintas, mas que isso não significa um esgotamento da questão rural. Para ela, rural passa a ser uma questão de apropriação que engloba estratégias de desenvolvimento que vão além da agricultura. Para sua análise, Mormont utiliza argumentos demográficos (que observa a revitalização do rural com o aumento da população), morfológicos (ausência da homogeneização dos espaços – como urbanos – e a permanência de espaços rurais) e culturais (consumo com outras características em relação ao urbano, a democratização do acesso à mídia que acaba por reiterar as diferenças entre os espaços). Mormont (1996), segundo Wanderley (2000), conclui que o que se assiste hoje é a emergência de uma “nova ruralidade”, que precisa de uma nova abordagem para pensar a realidade rural. Ela considera a diferença entre os polos, mas com a reiteração da diversidade. Com isso, passa-se a considerar os espaços rurais como singulares, na sua multiplicidade de formas e a própria diversidade dialéticas que estes estabelecem com o mundo urbano. Ela fala que a definição do rural supõe uma dialética entre grupos e instituições que o definem atribuindo sentidos a essas diferenças, ou seja, carrega em si a diversidade de relações entre os espaços rurais e urbanos que se modificam no tempo e no espaço. Segundo Wanderley (2000), essa proposta teórica reverte os debates dominantes que até então definiam o urbano que se espalharia por toda a sociedade e que colocava o rural como o símbolo do atraso.

Considero particularmente fértil, nesta reflexão, a ideia de que, mesmo quando se atinge uma certa homogeneidade, no que se refere aos modos de vida e à “paridade social”, as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade. (WANDERLEY, 2000 p.130)

No texto acima, a autora fala de como a noção de rural está baseada em representações sociais. Por isso, podemos dizer que a noção de rural pode ser considerada uma categoria de pensamento do mundo social, nesta perspectiva:

(...) o rural é uma categoria de pensamento do mundo social”, que é, ao mesmo tempo, uma categoria “político-ideológica” e “transacional”. Por ela, é possível “compreender a sociedade”, “classificar e distinguir as pessoas e as coisas” e “construir uma representação do mundo social em torno do espaço e do tempo. (WANDERLEY, 2000, p.130)

A associação da noção de rural com o meio ambiente estabelece uma reelaboração da dualidade. Mormont destaca, ainda, que o meio ambiente não sobrepõe às questões agrícolas clássicas, mas as reformula. Wanderley recorre, também, a Remy para observar que as diferenças entre cidade e campo se apresentam não mais no nível de acesso aos bens materiais e sociais, mas no modo de vida. O rural se torna um “ator coletivo” de identificações e reivindicações constituídas a partir de uma referência espacial. Segundo Wanderley (2000), Remy propõe, para compreender esse processo, uma análise das imagens que os rurais e os citadinos têm do campo e da cidade, o que ele chama de “utopias práticas”, juntando pessoas e grupos sociais que se sentem ligados cultural e simbolicamente com aquele espaço.

Sendo assim, ela reforça a ideia de que o “rural” não se constitui como uma essência, imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade, como propõe Sorokin *et al*, “Ao contrário, esta é uma categoria histórica que se transforma.” (WANDERLEY, 2000 p.88). Para a autora, o rural sofreu uma série de transformações a partir do desenvolvimento industrial e da modernização da agricultura. Essas transformações se dão no âmbito econômico, social e cultural. A autora tem uma importante contribuição nos estudos das novas formas do mundo rural:

As novas e múltiplas faces do rural não podem ser vistas como obra acabada. Está em curso uma nova visão do rural, que propõe uma nova concepção das atividades produtivas, especialmente daquelas ligadas à agropecuária, e uma igualmente nova percepção do “rural” como patrimônio a ser usufruído e a ser preservado (WANDERLEY, 2000, p.134).

Outra contribuição importante foi de Carneiro (2008), que propõe o uso da noção de rural como uma categoria de pensamento e não uma categoria analítica. A autora considera o par rural e urbano insuficiente para contemplar a diversidade e

complexidade atual, porém isso não quer dizer que os termos não têm utilidade hoje:

É importante esclarecer que aceitar os limites da capacidade heurística das categorias “rural” e “urbano” não significa abolir o seu uso ou reafirmar, apenas, que o rural não se restringe ao agrícola e nem que se trata de mera criação imaginária. Não é apropriado, muito menos, buscar uma essencialidade para essas categorias, de maneira a restituir-lhes função classificatória. Essas observações nos levam à necessidade de reconhecer o estatuto teórico dessas categorias. (CARNEIRO, 2008, p.15)

Para a autora, é preciso entender os “significados das práticas sociais que tornam operacional esse tipo de interação (e distinção) a partir do olhar dos atores sociais.” (idem, p.16). Essas categorias são representações sociais que podem ser manipuladas e utilizadas por diferentes grupos sociais com diferentes significados. Cada espaço apresenta uma forma particular dessa relação e o importante é perceber qual o lugar e a importância que essas categorias assumem na relação social de cada espaço. (idem, p.16). Carneiro recorre, também, a Rémy e Mormont para afirmar que rural é uma categoria de pensamento do mundo social baseada em representações sociais, e não uma categoria analítica:

(...) “categoria realizada” ou, dito de uma outra maneira, mas na mesma direção, do que Rémy e Mormont definem como “categoria operacional”, ou seja, “uma categoria de pensamento (político-ideológica e relacional) do mundo social” que define identidades e sustenta reivindicações. Caberia, portanto, partir para a análise das ruralidades contemporâneas com a atenção voltada para essa distinção básica, para não incorrerem no risco de confundir representações sociais com categorias analíticas. (CARNEIRO, 2008, p.17)

A autora sugere que a noção de localidade pode ser útil para superar a dicotomia do par urbano-rural, pois ela não define *a priori* a natureza rural ou urbana de um espaço e assim podemos olhar o espaço a partir das relações sociais dos que o ocupam. O mais importante é ter sempre em mente que o rural não é uma categoria dada *a priori* e sim “uma categoria de pensamento, que classifica e organiza o mundo social orientando suas ações”, devendo, portanto, ser desconstruída em cada contexto (CARNEIRO, 2008, p.1).

## 1.2 O debate sobre o rural na Geografia

Manuel Correia de Andrade (2010) trabalha, em seu texto *Geografia rural questões teórico-metodológicas e técnica*, a influência do positivismo de Conte e a teoria cartesiana na Geografia, o que ajudou a criar uma série de separações como, por exemplo, a divisão entre a Geografia Física e a Geografia Humana. Tal separação se dá em várias escalas, como os departamentos das universidades que oferecem os cursos de graduação, de bacharel ou licenciatura em Geografia. Podemos perceber a divisão entre departamentos de Geografia Física e Humana, porém a Geografia “é uma só, correspondendo ao setor do conhecimento humano que estuda o processo de ocupação do espaço natural pelo homem e das transformações deste espaço em território, área de domínio do homem” (ANDRADE, 2010, p.4). O autor vai distinguir três termos diferentes para se designar o estudo dos espaços rurais na Geografia: Geografia Agrícola, Geografia Rural e Geografia Agrária. É preciso ter em mente o que esses termos significam e qual conteúdo eles carregam. Essas três definições tiveram seu papel de destaque em algum período. Essas mudanças estão relacionadas às transformações que a ciência sofre na busca das questões do seu tempo.

O autor distingue três períodos históricos. O primeiro período se dá até meados do século XX, quando os espaços rurais e urbanos no Brasil apresentavam uma grande diferenciação na questão populacional e na extensão de suas áreas. Esse período apresenta a predominância dos estudos da Geografia Agrícola, pois os pesquisadores se dedicavam mais às questões voltadas à agricultura (produção, mercado, produtividade etc.). Depois da segunda metade do século XX, com o surgimento das ligas camponesas, inaugura-se no Brasil outro período, onde a Geografia Agrícola começa a dar espaço para uma Geografia Agrária preocupada agora com a questão da estrutura agrária e das relações de trabalho no campo. Porém, com o aprofundamento dos estudos da questão da exploração da mão de obra e do trabalho no campo, os geógrafos começaram a perceber que essa exploração não se dá apenas na questão agrícola. Também há exploração do meio rural em outros setores como o industrial, o comércio e, recentemente, cada vez mais no ramo do turismo e lazer. Assim, a Geografia Agrária ou a Agrícola não dão conta de responder a todas as questões percebidas na paisagem rural.

Via-se, então, que a Geografia Agrária ou Agrícola não contribuía para se ter uma visão da totalidade da paisagem rural e passou-se a procurar aprofundar a visão da paisagem existente, a fim de analisar as várias formas de utilização do meio rural. (ANDRADE, 2010, p.10)

Dessa forma, o autor considera o termo Geografia Rural mais adequado por sugerir que o uso dessa nomenclatura ajuda a ver essas outras formas de atividades humanas e formas de ocupação que não cabem no termo agrário nem agrícola. É importante dizer que a Geografia Rural não tem um método próprio, muito menos é uma teoria que explica ou define o rural.

Marta Marques é geógrafa e professora no curso de Graduação em Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Em seu texto *O conceito de espaço rural em questão*, a autora divide as abordagens sobre o rural em duas formas gerais: a dicotômica e do *continuum*. Essa divisão se aproxima, de certa maneira, com a citada acima por Veiga, onde o autor divide as abordagens sobre o rural entre as teorias baseadas na hipótese da completa urbanização da sociedade ou do renascimento do rural. No trecho abaixo, a autora explica de forma resumida as duas abordagens:

Na primeira, o campo é pensado como meio social distinto que se opõe à cidade. Ou seja, a ênfase recai sobre as diferenças existentes entre estes espaços. Na segunda, defende-se que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana. (MARQUES, 2002, p.100)

Marques, em seu artigo *Geografia agrária crítica: um pouco de história*, faz uma análise do período histórico que denomina como “renovação crítica da Geografia Agrária”, processo que foi influenciado, principalmente, pela difusão do marxismo e do materialismo histórico dialético na Geografia. Para a autora, o lançamento de *Por uma geografia nova*, de Milton Santos, em 1978, “representou um ponto de partida para o desenvolvimento desse diálogo entre geografia e marxismo no Brasil” (MARQUES, 2002, p.505). A Geografia Agrária Crítica “tem como referência a escola de pensamento criada na Universidade de São Paulo (USP) sob a liderança intelectual de Ariovaldo Umbelino de Oliveira.” (MARQUES, 2002, p. 506). Esse momento vai representar uma mudança não só de perspectiva teórica e metodológica (materialismo dialético) nos estudos da Geografia Agrária do Brasil como também nas temáticas que são evidenciadas nos trabalhos. Marques vai apontar uma mudança de direção nesse sentido, ou seja, a renovação que acontece na USP vai influenciar diretamente esse movimento. A autora descreve tais mudanças no trecho abaixo:

Quando a geografia crítica toma a cena, a geografia agrária se ocupava, sobretudo, do estudo: (1) da distribuição espacial da produção agrícola e do sentido e da racionalidade em que ela se baseia, (2) do uso da terra e dos sistemas agrícolas, do ponto de vista das técnicas, dos itinerários empregados e de sua relação com o calendário agrícola e a paisagem rural, e (3) das comunidades rurais em sua tradição, particularidades regionais, evolução histórica e dinâmica contemporânea. (MARQUES, 2018, p. 505)

Já Manuel Correia de Andrade associa esta mudança ao surgimento das ligas camponesas, que o autor vai datar da segunda metade do século XX. A questão é que há uma mudança notória nos temas estudados pela Geografia Agrária nesse período. Os conceitos de espaço e de território na Geografia vão ter forte influência dessas mudanças, principalmente o conceito de espaço cunhado por Milton Santos. Inclusive esse conceito se revela fundamental para tentar entender a contribuição da Geografia para a discussão que se propõe nesse trabalho.

### **1.2.1 O conceito de espaço e espaço rural**

Na Geografia, a noção de rural aparece, muitas vezes, vinculada ao conceito de espaço, dessa forma, faz-se necessário tentar perceber como essa relação pode contribuir para se pensar o rural. Para o geógrafo Halfcree (1993), por exemplo, a maioria das abordagens em relação ao rural baseia-se em definições espaciais equivocadas, principalmente por negarem a sua dinamicidade, vendo o espaço de forma absoluta e criando certo determinismo, como se o mesmo fosse capaz de gerar formas de representações sociais. Muitas são as concepções de espaço geográfico, afinal, por se tratar de um tema central da Geografia, é um conceito que tem ontologia própria e uma série de ressignificações ao longo da história do pensamento geográfico. Aqui neste trabalho não cabe remontar todo esse histórico e nem discutir a ontologia do conceito nem da ciência Geográfica. O importante é definir como esse conceito pode ser útil para a discussão acerca da noção de rural. O espaço é, antes de tudo, um conceito social, afinal, é um produto do homem e não da natureza. Essa percepção do espaço como produto social é fruto da Geografia Crítica de cunho marxista que ganha notoriedade a partir dos anos 70. Essa base teórica é pautada na ideia de que a nossa sociedade necessariamente está organizada para a produção da nossa vida material, ou seja, a organização das suas forças produtivas. Tal conceituação é de extrema validade e, inclusive, vai influenciar autores importantes, como o geógrafo britânico David Harvey (2005), que, em seu livro *A produção capitalista do espaço*, faz uma relação entre a teoria da acumulação marxista com a dimensão espacial:

Marx desenvolveu uma nova abordagem relativa à teoria da localização (em que a dinâmica está no centro das coisas) e mostrou ser possível ligar, teoricamente, o processo geral de crescimento econômico com o entendimento explícito de uma estrutura emergente de relações espaciais. (HARVEY, 2005, p.105)

Essa visão é um ponto de partida, pois inclusive vendo o espaço só a partir da lógica da produção e do desenvolvimento econômico podemos acabar caindo no mesmo erro do determinismo espacial apontado por Halfcree. O espaço é mais que só um produto do social, ele reúne também elementos culturais e imateriais.

Outro autor que trouxe importante contribuição para o debate sobre a questão espacial foi o filósofo Henry Lefebvre, que, apesar de não ser geógrafo, exerceu grande influência sobre vários autores da Geografia. O autor vai adicionar outras dimensões ao conceito de espaço. “O conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico” (LEFEBVRE, 2000, p.9), e isso implica que o espaço seja visto em várias dimensões:

(...) o espaço aparece, se forma, intervém ora a alguns “níveis” ora a outros. Ora no trabalho e nas relações de dominação (de propriedade), ora no funcionamento das superestruturas (instituições). Portanto, desigualmente, mas por toda parte. A produção do espaço não seria “dominante” no modo de produção, mas religaria os aspectos da prática coordenando-os, reunindo-os, precisamente, numa “prática” (LEFEBVRE, 2000, p.6)

O espaço geográfico envolve, ao mesmo tempo, a organização social das forças produtiva e as instituições que fazem parte dessa estrutura:

(...) resultado de forças produtivas e de estruturas, de relações de propriedade entre outras. Ora, o espaço entra nas forças produtivas, na divisão do trabalho; ele tem relações com a propriedade, isso é claro. Com as trocas, com as instituições, a cultura, o saber. Ele se vende, se compra; ele tem valor de troca e valor de uso. (LEFEBVRE, 2000, p.8)

As várias dimensões do espaço não estão dissociadas ou hierarquizadas. Muito pelo contrário: o espaço é o que une tais elementos, é nele que “as coisas então dissociadas se juntam.” (MOREIRA, 2012, p.24). A capacidade de unir os elementos, como já foi dito, faz do espaço uma categoria central de análise da Geografia. É preciso pensar o espaço em cada tempo histórico, e suas instituições, que criam e dão sentido ao espaço, cada sociedade recria sua forma de unir essas dimensões, dessa forma “ele muda com as sociedades, se quiser exprimir assim. Portanto, há uma história do espaço” (LEFEBVRE, 2000, p.6). Cada forma de cidade, assim como a sua formação espacial, é única a cada espaço-tempo. Marques vai definir o que venha a ser espaço rural da seguinte forma:



O espaço rural corresponde a um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o “espaço natural” aparecem como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa. (MARQUES, 2002, p.109).

O tema do espaço rural será aprofundado durante a análise das teses, a fim de perceber como esse conceito pode se diferenciar das demais noções presentes nesse debate e se há alguma contribuição em seu uso.

### **1.2.2 O conceito de território e o rural**

A noção de rural aparece muitas vezes associada também ao conceito de território, por isso, se faz necessário desenvolver uma breve síntese do mesmo no sentido de perceber quais as contribuições do mesmo para o debate acerca do rural. O conceito, apesar de ser um tema que faz parte da essência da Geografia como ciência acadêmica, também é utilizado de forma ampla nas Ciências Sociais, inclusive foi um tema que apareceu nas teses dos dois programas que fazem parte do objeto desta pesquisa. Para fazer um debate inicial do tema, foram selecionados dois autores, um da Geografia – Rogério Haesbaert – e um da Sociologia – Sergio Schneider. Cabe destacar que a discussão do conceito e sua relação com a noção de rural será aprofundada nos capítulos seguintes, quando forem feitas as análises das teses. A definição em Haesbaert (2004) atravessa outros conceitos, como o de desterritorialização e territorialização. Sobre a desterritorialização, Haesbaert (2004) ressalta que não se trata somente da perda de um território. Sendo assim, para o autor, a desterritorialização pode ser considerada um mito, pois não há desterritorialização sem uma reterritorialização, afinal, as pessoas precisam se reestabelecer em um novo território.

Atualmente, esses processos estão associados às mudanças econômicas que vêm acontecendo nos espaços rurais e que forçam populações a saírem de seus territórios e se realocarem em novos territórios. Dessa forma, o autor acredita ser necessário discutir a (re)territorialização a partir da sua complexidade, através dos múltiplos territórios que são gerados a partir desse movimento. Haesbaert fala em multiterritorialidade. Essa rede complexa de múltiplos territórios está imersa em outra complexa rede de relações de dominação e apropriação, que são de cunho político-econômico, cultural e simbólico. (Haesbaert, 2004, p.95-96). Schneider (2019) trabalha a questão do território a partir de três vertentes, uma da Geografia Política, uma da Antropologia e Sociologia e a terceira remete à Geografia Econômica. A vertente da Geografia Política está

relacionada, em sua origem, a uma perspectiva ligada às ideias de Ratzel, que foi um dos pensadores que teve suas ideias utilizadas como alicerce da fundação da Geografia alemã, pioneira nos estudos sobre Geografia junto com a Geografia francesa. Essa concepção de território está associada à questão do espaço, tanto que o conceito principal usado por Ratzel para descrever o território é o conceito de espaço vital (SCHNEIDER, 2019, 24). Como destaca Schneider, esta vertente define “o território a partir da interação dos indivíduos com o espaço. Resultam daí formas de uso e de transformação do espaço, espaços criados, espaços construídos ou espaços transformados.” (SCHNEIDER, 2019, p 25).

A segunda vertente, que o autor define como da Antropologia e das Ciências Sociais, fundamenta o conceito de território a partir das dimensões imateriais, culturais e simbólicas do espaço, pensando a relação dos indivíduos com o espaço. Essa vertente considera que a relação entre os seres humanos com o espaço constrói identidades e valores que são capazes de gerar um grau de pertencimento desses indivíduos ao grupo e ao território (SCHNEIDER, 2019, p 30). Essa vertente, muitas vezes, é associada à questão do turismo rural. Essas identidades criadas a partir da relação das populações rurais com o espaço funcionam como atrativos para as populações que vêm das áreas urbanas a fim de experimentar um pouco desse modo de vida.

O terceiro paradigma, contudo, está relacionado à questão econômica, tema que é ligado à geografia, ao planejamento e que é geralmente pensado a partir da questão do desenvolvimento. O conceito de território, quando pensado nesse ponto de vista, muitas vezes é usado como sinônimo do conceito de região (SCHNEIDER, 2019, p 30). Podemos associar esse paradigma à questão do desenvolvimento dentro da lógica capitalista, onde o capital desfaz e cria territórios a fim de gerar zonas de interesse do capital. A noção de rural hoje e a ideia do conceito de região ser pensado como território têm grande relação. As mudanças econômicas estruturais e os agentes dessas mudanças pensam os espaços rurais como regiões de desenvolvimento. Os espaços rurais que antes eram vistos como áreas de aproveitamento agrícola, hoje podem ser vistos como regiões de atrativos turísticos.

### 1.2.3 A separação cidade x campo e o rural

Ruy Moreira (2012) define três formas históricas da relação cidade-campo: 1) *Cidade e campo numa sociedade de domínio rural*: a sociedade que precede a criação da indústria. Ou seja, a sociedade pré-capitalista já tinha suas cidades, porém ainda não existia a separação com o campo, A produção (indústria) ainda acontece no espaço rural na forma do artesanato e da manufatura (MOREIRA, 2012). Já com o surgimento da indústria e da sociedade capitalista, há uma separação dessas duas atividades, como destaca o autor:

Separa a indústria da agricultura, transfere a indústria para a cidade e reduz o campo à agropecuária, numa dualidade cidade-campo determinada, por um lado, pela autonomia da cultura urbana que a presença da indústria traz para a cidade e, de outro, pela reafirmação da cultura rural que a permanência da agricultura impõe ao campo. (MOREIRA, 2012, p.157)

Dessa forma, essas cidades surgem em meio à cultura do rural, com representações de mundo com valores rurais e uma visão integrada entre sociedade e natureza. Essa separação gera a segunda forma histórica de relação cidade-campo: 2) *A cidade e o campo numa sociedade de divisão territorial do trabalho*, que forma essa cidade que integra a indústria, gerando uma autonomia da sua cultura. As cidades, que antes tinham uma “cultura rural”, agora têm uma “cultura urbana”, ligada ao modo de produção industrial. Os valores, que antes se baseavam nas experiências do dia a dia da lavoura, na criação dos animais e na relação com natureza, agora são criados a partir da vida urbana. E o campo, sem o artesanato, a manufatura e com esvaziamento populacional devido à migração para as cidades, passa a depender da cidade para existir. Dessa forma, fica imposta ao campo a cultura rural. Chegamos à última forma: 3) *A cidade e o campo numa sociedade de domínio urbano*: a partir da década de 1970, o mundo apresentou uma série de avanços no ramo da tecnologia, comunicação e transporte. Esses avanços foram responsáveis por uma nova divisão territorial do trabalho baseada nos avanços tecnológicos. Assim, a cidade assume a função financeira e de serviços e a indústria se funde à agricultura no campo na forma da agroindústria.

### 1.2.4 As urbanidades no rural

As transformações no cotidiano da vida rural são objeto de estudo de vários autores da Geografia. Um deles é João Rua, que trabalha com o conceito de urbanidades no rural (Rua, 2006). Para o autor, o rural faz parte da espacialidade do capitalismo; dessa forma, a interação entre rural e urbano estaria sob a lógica do projeto de hegemonia capitalista. É como se o capitalismo recriasse o rural, e, ao recriar esses espaços, cria também novas territorialidades que possam se adaptar à nova lógica espacial capitalista, como destaca Rua:

O capitalismo recria um rural, capaz de, participante de lógicas complexas, integrar-se, desigualmente, às múltiplas escalas que marcam as interações espaciais do mundo atual. Esse processo de integração afeta, sobremaneira, a (re)construção ou a manutenção da identidade social do agricultor e os rebatimentos territoriais desse processo. (RUA, 2006, p.83)

Como citado pelo autor, a identidade social do agricultor sofre grande influência desses novos processos de interação urbano-rural. Dessa forma, os costumes da vida urbana aos poucos vão se espalhando no rural e surgem, assim, novas identidades. O autor vai chamar essas novas identidades de urbanidades no rural. Rua vai dialogar com a abordagem das “novas ruralidades”. Para ele, há um grupo de autores que, mesmo que apresentem diversidades entre si, sustentam, em geral, uma ideia em comum: seus estudos, de certa forma, dão ênfase ao rural. São eles: Abramovay, Carneiro, Moreira, Schneider e Veiga. Para Rua (2006), essa visão pode acabar por não dar a devida atenção à dimensão ideológica e comportamental do processo de urbanização que alcança os espaços rurais. O autor também defende que a abordagem através das urbanidades tem certa semelhança com a abordagem das novas ruralidades. Segundo o próprio autor, um ponto em comum entre a teoria defendida por ele e a teoria das novas ruralidades é que as duas acreditam que esses processos dão origem a algo novo, que não é urbano nem rural. Alentejano (2003) compactua com a ideia de que o melhor é nos distanciar das visões estereotipadas que tratam o rural como lócus do atraso, do agrícola, do natural, e o urbano como lócus do progresso, modernização, indústria e técnica:

Assim, a tarefa fundamental no sentido de afirmar a atualidade do uso do par rural-urbano está em definir o novo significado que o par teria na atualidade. Antes, é preciso dizer que os que consideram que tal par jamais foi útil para a análise, confundem o uso dicotômico que muitas vezes teve com sua utilidade conceitual. (ALENTEJANO, 2003, p.8-9)

No trecho citado acima, o autor sugere pensar os novos significados do rural e destaca a importância do uso do par urbano-rural para análises apesar das imprecisões desses termos. Alentejano (2003) salienta que superar o uso desse par negando a existência de um dos polos é reforçar a dualidade. Alentejano (2003) critica a visão de João Rua sobre o rural a partir das urbanidades, pois, para ele, o rural visto assim perde sua dinamicidade:

(...) a persistência da ideia de que o que move o rural e lhe dá dinamismo é o urbano e não a própria dinâmica do rural, ou seja, embora Rua insista que o rural deve continuar a ser percebido em suas especificidades, ao atribuir à influência das “urbanidades” as transformações que não são tão profundas como as produzidas pela urbanização, o autor permanece no campo dos que não atribui dinamismo próprio ao rural. (ALENTEJANO, 2003, p.8)

Alentejano (2003) acredita que, assim, voltamos a reduzir o debate acerca do rural a duas premissas: “aceitar a ideia de que o rural foi ou está sendo sepultado pela expansão do urbano e, portanto, não é mais uma categoria descritiva ou explicativa útil, ou considerar que rural e urbano sempre foram categorias inúteis para a análise.” (ALENTEJANO, 2003, p.8). O autor deixa explícito que acredita que ainda haja espaço para o rural como categoria descritiva e explicativa da realidade. Para o autor, o que surge é um novo rural e um novo urbano, a partir do choque entre os dois. Dessa forma, ele afirma que é possível teorizar o rural e que podemos produzir interpretações teóricas que orientem a análise da realidade sem tirar o seu dinamismo e a sua complexidade. A relação com a terra, para ele, é um ponto chave para definir o rural. Não que o rural crie uma forma específica de relação com a terra, porém “tanto do ponto de vista econômico, como social e espacial, o rural está diretamente associado à terra, embora as formas como estas relações se dão sejam diversas e complexas”. (ALENTEJANO, 2003, p.11). Isso não quer dizer que o autor esteja negando a importância do solo urbano como mercadoria ou a especulação imobiliária nas cidades. A questão é que a importância econômica, social e espacial da terra no espaço rural é maior.

Neste capítulo, foram retomados autores tanto da Geografia quanto autores das Ciências Sociais e foram abordados temas e conceitos que ajudam a compreender como a noção de rural é abordada nas duas ciências. No próximo capítulo serão feitas as apresentações das teses de Geografia e, no final, uma análise dos temas e conceitos mais trabalhados nas teses e que julgamos mais pertinentes para o debate acerca do rural.

Destaca-se que essa análise tem como objetivo perceber como os autores tratam a noção de rural nas suas teses, quais conceitos e discussões os mesmo mobilizam para chegar a seus objetivos e como esses conceitos são relacionados com a noção de rural.

## **2. A CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA, UMA VISÃO A PARTIR DO PROGRAMA DE GEOGRAFIA HUMANA DA USP**

Neste capítulo, serão feitas as análises de teses de doutorado do Programa de Pós-Graduação de Geografia Humana da USP do período de 2000 a 2020 que tenham como tema principal a noção de rural ou tema relacionado. Em um primeiro momento serão apresentadas as teses, seu objeto, metodologia e principais conceitos. Depois, na conclusão do capítulo, será realizada a análise de como a noção de rural foi abordada pelos autores, observando as aproximações e divergências entre eles.

A Geografia, como qualquer ciência, tem seus conceitos-chave; contudo, eles não são dogmas fechados. Há a possibilidade de serem articulados com outros conceitos ou até desdobrados em outros temas mais específicos nos trabalhos. Porém, subentende-se que são a base do olhar geográfico e fazem parte do método da Geografia. Os conceitos de espaço e território são centrais na Geografia e, como já esperávamos, apareceram de forma recorrente nas teses lidas. Neste capítulo, continuaremos trabalhando os conceitos já desenvolvidos no Capítulo 1, porém a partir da conceituação e uso dos autores das teses. O objetivo da leitura é perceber como esses conceitos são operacionalizados nas teses e como contribuem para a definição de rural em questão em cada trabalho e suas possíveis implicações nas interpretações dos dados pelos autores.

É importante destacar que autores das Ciências Sociais foram usados como base teórica de forma recorrente nas teses de Geografia. Entre eles estão Carneiro (2008) e Wanderley (2000). Tal fato aponta para uma possível convergência em alguns pontos e para um diálogo entre as duas ciências. Essa questão será retomada no próximo capítulo e nas considerações finais. As noções de multifuncionalidade e de pluriatividade apareceram nas quatro teses de Geografia, e é importante observar como esses temas contribuem com a discussão sobre o rural hoje, o que foi feito na conclusão deste capítulo.

Nas teses de Duarte (2016) e Jorge (2009), a ideia de olhar para o rural como representação social tem grande importância; os atores sociais assumem papel central na análise dos autores, o que será demonstrado durante a análise desses trabalhos. Como colocado no Capítulo 1, o PPG em Geografia Humana da USP tem um papel importante nas discussões no que tange a Geografia agrária crítica. Essa característica do departamento da USP ficou bem visível durante as leituras tanto na

escolha dos autores que compõem a base teórica das teses quanto na escolha do caminho metodológico tomado por alguns autores. Isso será exemplificado durante a análise das teses.

## 2.1 Apresentação das teses de Geografia

Pelos critérios apresentados na introdução dessa dissertação, foram selecionadas quatro teses: *A identidade territorial como estratégia de planejamento do turismo rural: Interfaces entre o Vale dos Vinhedos e o Alto Douro Vinhateiro*, de Tiaraju Salini Duarte (2016); *Políticas públicas e produção familiar: novos bairros rurais e os parceiros do desenvolvimento territorial rural São Paulo*, de Elba Medeiros Punski dos Santos (2018); *Território, identidade e desenvolvimento: uma outra leitura dos arranjos produtivos locais de serviços no rural*, de Rogério Ribeiro Jorge (2009); e *O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social no espaço rural da região de Presidente Prudente nos anos 1980-90*, de Célia Maria Santos Medeiros (2002).

Quadro 3: Informações das teses do Programa de Geografia Humana - USP que serão analisadas

TÍTULOS	ANO	AUTOR	FORMAÇÃO	ORIENTADOR
A identidade territorial como estratégia de planejamento do turismo rural: interfaces entre o Vale dos Vinhedos e o Alto Douro Vinhateiro.	2016	DUARTE, Tiaraju Salini.	G: Geografia M: Geografia	Eduardo Abdo Yazigi – Planejamento Urbano
Políticas públicas e produção familiar: novos bairros rurais e os parceiros do desenvolvimento territorial rural de São Paulo.	2018	SANTOS, Elba Medeiros Punski dos.	G: Geografia M: Geografia	Ana Maria Marques Camargo Marangoni - Geografia
Território, identidade e desenvolvimento: uma outra leitura dos arranjos produtivos locais de serviços no rural.	2009	JORGE, Rogério Ribeiro.	G: Geografia M: Economia Política M: Ciência Ambiental	Júlio César Suzuki - Geografia
O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social no Espaço Rural da Região de Presidente Prudente nos anos 1980-90.	2002	MEDEIROS, Célia Maria Santos.	G: Geografia M: Geografia	Ariovaldo Umbelino de Oliveira - Geografia

Como podemos observar no quadro acima, a grande maioria de autores e orientadores das teses analisadas tem formação em Geografia, com exceção de Eduardo Abdo Yazigi, orientador de Tiaraju Salini Duarte, que tem formação em Planejamento Urbano.



### **2.1.1 A identidade territorial como estratégia de planejamento do turismo rural: interfaces entre o Vale dos Vinhedos e o Alto Douro Vinhateiro**

A tese *A identidade territorial como estratégia de planejamento do turismo rural: interfaces entre o Vale dos Vinhedos e o Alto Douro Vinhateiro*, de Tiaraju Salini Duarte (2016), faz uma análise de como são construídas as identidades rurais nas regiões do Vale dos Vinhedos, localizado no estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, e do Alto Douro Vinhateiro, localizado no norte de Portugal. O objetivo da tese é perceber como essas identidades podem contribuir para o planejamento do Turismo Rural no Brasil e podem servir de instrumento para a criação de políticas neste setor. A escolha dessas regiões deve-se, principalmente, à importância de experiências de planejamento turístico que tiveram como base a identidade territorial. Um exemplo dessas estratégias de planejamento baseadas na identidade territorial são os roteiros de turismo criados, que servem como base para a organização produtiva de diversos municípios (Duarte, 2016, p.159). Duarte (2016) desenvolve sua questão a partir de três conceitos centrais: espaço, identidades territoriais e turismo rural. A imagem abaixo ilustra um esquema feito pelo autor, representando os caminhos teóricos seguidos a partir desses três conceitos e os meandros que percorreu para chegar ao seu objetivo:

Figura 01 – Esquema metodológico da tese de Duarte



Fonte: Duarte, 2006, p.48

O primeiro dos três conceitos centrais é o de espaço, que aparece baseado, principalmente, na ideia da “produção do espaço” de Lefebvre (1976) e no “sistema de objetos e ações” de Milton Santos (1982), ambos trabalhados no primeiro capítulo. Duarte vai estabelecer uma relação entre os dois autores para chegar à premissa de que o espaço é um produto social. No entanto, espaço, apesar de produto social, também é fruto da relação da sociedade com a natureza, ou seja, a sociedade transforma os objetos, sejam eles naturais ou sociais, através das técnicas (sistemas de ações). Duarte (2016) afirma que o espaço é produzido pelos atores sociais que o transformam a partir de ações que são dotadas de intencionalidades e criam representações sociais. O espaço, ao mesmo tempo em que é produzido, se reproduz também nessas representações. “O espaço então produz uma configuração territorial única, sendo um produto social que cria materialidades e imaterialidades vivas no imaginário social” (DUARTE, 2016, p. 54). A noção de “novas ruralidades” também é explorada por Duarte (2016). Para o

autor, as novas representações sociais “que se desenvolveram nos espaços rurais influenciados pelo movimento da modernização” são chamadas de “novas ruralidades” (DUARTE, 2016, p.97). O autor sugere que olhar para os espaços rurais a partir da ótica das “novas ruralidades” é a forma mais adequada para seu tipo de trabalho e assume esse olhar como metodologia, o que fica claro no trecho a seguir: “Neste momento, passaremos a discutir a emergência da ruralidade como possibilidade de outros olhares sobre o rural, visando compreender a mesma e suas relações com o turismo” (DUARTE, 2016, p.98). Duarte recorre a Carneiro (1997) e Wanderley (2003) para definir o que são novas ruralidades; faz uma relação entre o espaço produzido a partir dos atores sociais com a definição de rural, apontando que os espaços rurais possuem particularidades:

Estas particularidades constituem formas espaciais e funções que estas desempenham na estrutura social, diferenciando-se exatamente pela maneira como é apropriada e pelo movimento incessante da vida que constrói a realidade pela população que reside no rural e produz este espaço (DUARTE, 2016, p. 56).

Wanderley (2003) aponta que essas particularidades estão ligadas ao modo de vida das populações que vivem nos espaços rurais e a forma como elas se apropriam do espaço. Pensando a produção do espaço a partir dos atores sociais, Duarte (2016) se distancia da ideia da homogeneização do rural, pois pensar os espaços rurais como algo único é pensar o espaço como se fosse algo estático e ignorar sua dinamicidade e as particularidades de cada modo de vida. Em contrapartida à homogeneização, Duarte (2016) acrescenta ao debate espacial a ideia de autopoieses. No trecho a seguir, o autor explica a origem do termo:

(...) surge em 1974 com os chilenos Humberto Maturana, Francisco Varela e Roberto Uribe no artigo intitulado “Autopoiesis: the organization of living systems, its characterization and a model”, no qual os autores introduziram o conceito de auto-organização dos seres vivos. A origem da palavra *poiesis*, segundo os autores, vem do grego, que significa produção. Logo, a ideia da autopoiesis parte do princípio da autoprodução. (DUARTE, 2016, p. 56).

O autor relaciona a auto-organização à produção social do espaço, porém, mesmo que os espaços rurais sejam produzidos pelos atores sociais e tenham uma lógica própria de organização, ao mesmo tempo estão ligados a outros espaços. Abaixo, há uma breve definição de autopoieses feita por Duarte (2016), onde ele também exemplifica como faz a relação desse conceito com os espaços rurais:

Em decorrência da ideia de autopoiesis, compreende-se a existência de uma auto-organização do rural e sua produção, tanto material como simbólica. Em decorrência da ideia de autopoiesis, compreende-se a existência de uma auto-organização do rural e sua produção, tanto material como simbólica.

(DUARTE, 2016, p. 56).

Auto-organização não significa que os espaços rurais estejam isolados, mas sim que esses modos de vida particulares “criam uma lógica de vida independente de outros espaços, mas que possuem uma interligação com estes” (DUARTE, 2016, p. 58). A crítica à abordagem dualista entre o chamado mundo rural e o urbano, assim como a negação do fim do rural, está presente na conceituação teórica de Duarte (2016). Para ele, essas teorias acabam por excluir as especificidades locais e a heterogeneidade que se desenvolveram nos espaços rurais influenciados pelo movimento da modernização (DUARTE, 2016, p.97). O autor também ressalta que os espaços rurais não podem ser vistos como regiões meramente produtoras de alimento, “mas sim como um espaço de produção de memórias, identidades e materialidades” (DUARTE, 2016, p.60). Continuando a desenvolver o conceito de espaço, no trecho abaixo, Duarte (2016) faz uma pequena síntese de como relacionou os conceitos de espaço, de sistemas de objetos e de ações e como esses, apesar de serem produzidos de forma particular, estão ligados à lógica da economia global:

O rural torna-se um espaço heterogêneo, específico e interconectado com o mundo, tanto local quanto globalmente. Pensa-se que existe uma integração entre objetos e ações espaciais que possibilitam uma circulação de informações que influenciam o rural, criando novas adaptações deste. (DUARTE, 2016, p.61)

O segundo conceito central na tese é o conceito de identidade territorial. Para desenvolvê-lo, o autor primeiro faz um histórico do uso do conceito de território, que tem sua origem geralmente associada ao surgimento do estado-nação alemão, “nesta conjuntura o território surge entrelaçado com a figura político administrativa do Estado”(DUARTE, 2006, p. 63). “O território, nesse sentido, representa o vínculo que uma nação possui com seu solo” (DUARTE, 2006, p.63). Esse conceito de território é baseado principalmente na obra *Antropogeografia* de Friederich Ratzel (1882), porém, o território, assim como os outros conceitos-chave da Geografia, que perdem ou ganham importância com o passar do tempo, muda de sentido ao longo dos anos (DUARTE, 2016, p.62). O conceito de território trabalhado por Duarte prioriza a dimensão cultural e simbólica, por estar mais próximo do espaço vivido, ou seja, destacando a constituição do território pelos grupos sociais (DUARTE, 2016, p.67). O ponto de partida da análise empírica é o processo de formação histórica de suas áreas de estudo. O autor vai olhar para ele observando como a produção desses espaços rurais e os modos de vida dessas populações criaram identidades territoriais para depois analisar como essas identidades serviram de base para o planejamento do turismo rural (DUARTE, 2016, p.52).

A região do Vale dos Vinhedos, primeira área de estudo trabalhada, teve sua formação histórica profundamente ligada à história dos imigrantes italianos e à produção vinícola. Duarte (2016) observa esse movimento de imigração a partir da lógica da desterritorialização e reterritorialização, recorrendo a Rogério Haesbaert. Com a formação dos núcleos coloniais, imigrantes italianos no Sul passam por um processo que Duarte (2016) vai chamar de transposição identitária:

Esta simbologia criada oriundo do processo de colonização serviu de base para constituição de uma identidade territorial que se relaciona não somente as práticas trazidas e reconstruídas pelos imigrantes, mas também as originadas no Vale dos Vinhedos. (DUARTE, 2016, p. 148)

A identidade que antes era ligada ao imigrante e ao processo de desterritorialização e reterritorialização agora experimenta a construção de um novo processo de identificação, o colono.

Esta conversão origina o “modo de vida do colono”, pautado na policultura e na pequena propriedade. Assim, consolidados territorialmente, os denominados “colonos” criam vínculos entre si, os quais contribuem para a manutenção e reprodução social da cultura local. Um exemplo claro de sociabilidade é representado pelo denominado “filó”. (DUARTE, 2016, p. 147)

Os “filós” citados por Duarte acima são exemplo de como aspectos da cultura do imigrante se mantém, mesmo estando em terras estrangeiras. Os filós são reuniões feitas pela comunidade, onde eram trazidas notícias de parentes e amigos que ficaram na Itália. Tais reuniões, próprias da cultura italiana, foram trazidas para o Brasil pelos primeiros imigrantes (DUARTE, 2016, p. 148). O autor cita outro exemplo de elementos da cultura que faz parte do imaginário social e se torna um símbolo do modo de vida local. Desta vez, cita a região de estudo do Alto Douro Vinhateiro, localizado no norte de Portugal. O elemento em questão é o barco Rabelo:

Esta embarcação é um exemplo de como uma rede pode transformar-se em um símbolo, desde sua gênese até os dias atuais, sendo parte do imaginário social Duriense. Historicamente, esta embarcação possibilitou a superação das montanhas e dos tortuosos vales, desenvolvendo o comércio entre o interior de Portugal e o litoral. (DUARTE, 2016, p. 217)

Como já foi dito anteriormente, a modernização do campo impõe certas mudanças à economia dos espaços rurais. Duarte faz uma análise importante desse processo em sua área de estudo. O autor afirma que a maioria das vinícolas que fazem parte dos roteiros turísticos do Vale dos Vinhedos foi criada após a década de 1990, apontando, assim, para uma relação entre um momento de intensificação do processo de modernização e a criação dessas vinícolas. A influência da economia globalizada, nesse caso, não fez o espaço rural desaparecer, muito menos transformou esses espaços em

áreas urbanizadas ou homogêneas. Pelo contrário. Podemos observar, nesse caso, que essa interferência é responsável pelo aumento de uma atividade (vinicultura) tradicional na região, como destaca o trecho a seguir:

(...) assim, a especificidade e a identidade territorial pautada no mundo da uva e do vinho em conjunto com a imigração italiana originou uma unicidade espacial, a qual torna o lugar um atrativo para o mercado, principalmente o dito mercado globalizado. (DUARTE, 2016, p.167).

O último conceito central na tese é o turismo rural. Duarte (2016) ressalta a importância de diferenciar turismo rural de turismo no espaço rural. No turismo no espaço rural, não necessariamente o turista se desloca com o objetivo de experimentar uma relação com uma propriedade que esteja ligada a atividades agrícolas. O turismo rural, todavia, é esclarecido pelo autor na passagem abaixo:

No que diz respeito ao conceito de turismo rural, definimos este como uma atividade eminentemente espacial na qual a população desloca-se com o intuito de vivenciar determinadas práticas agrícolas e busca nas ruralidades o principal atrativo para este deslocamento. (DUARTE, 2016, p.78)

Duarte ressalta os pontos positivos do turismo rural quando o planejamento é voltado para o desenvolvimento da economia local:

(...) aumenta a possibilidade de divulgar a cultura e os costumes, tornando-se mais uma fonte de renda, acessória à atividade agrícola, demonstrando, assim, que existem possibilidades para os proprietários familiares garantirem sua reprodução socioespacial e a permanência no campo a partir da multifuncionalidade. (DUARTE, 2016, p.81)

Duarte (2016) mobiliza o conceito de multifuncionalidade em suas quatro dimensões, como fundamenta Carneiro (2003, p. 19): reprodução socioeconômica das famílias; promoção da segurança alimentar; manutenção do tecido sociocultural; e preservação e conservação.

Estas múltiplas funções estabelecidas no espaço rural permitem, concomitantemente, o estabelecimento de atividades não agrícolas que diversificam a possibilidade de geração de renda entre as famílias, valorizando os saberes e práticas dos agricultores. Dentro desta concepção multifuncional da agricultura familiar, o turismo rural vem crescendo e se desenvolvendo como mais uma alternativa de obtenção de renda complementar, além de propiciar a manutenção dos traços culturais e de formas de uso e gestão das riquezas naturais, constituindo o binômio paisagem e memória no contexto do desenvolvimento local. (DUARTE, 2016, p. 76)

A multifuncionalidade acaba sendo um elo entre os três conceitos que o autor mobiliza para explicar seu objeto e desenvolver sua pesquisa: espaço, identidade territorial e turismo rural. A produção do espaço rural e o modo de vida que são criados pelos atores, a partir dessa lógica, criam identidades territoriais, que servem de base para o turismo rural:

Contudo, uma das bases do denominado turismo rural está na ideia de multifuncionalidade da agricultura, tendo como pressuposto que a pedra angular que caracteriza esta prática socioespacial são as práticas agrícolas e o simbolismo gerado por estas. (DUARTE, 2016, p.81)

A multifuncionalidade da agricultura permite que o agricultor exerça outras aditividades econômicas e assim torne-se pluriativo, ou seja, o agricultor trabalha em outros ramos não agrícolas. Apesar de ser pluriativo, nesse caso o agricultor consegue manter seu modo de vida ligado à produção de alimentos e ao mesmo tempo se inserir em outros setores, já que o turismo rural apesar de envolver também outros setores da economia não agrícolas está ligado ao modo de vida rural e do agricultor. Assim, ao mesmo tempo em que o produtor rural está dinamizando a economia desses espaços, ele está contribuindo para preservar sua cultura e seu modo de vida. A proposta não é esgotar essa discussão a partir da tese do autor. O tema da multifuncionalidade também foi tratado em outras teses, deste modo, primeiro será apresentado como cada autor trata do tema e no final faremos comparações de como o tema foi abordado por eles.

### **2.1.2 Políticas públicas e produção familiar: novos bairros rurais e os parceiros do desenvolvimento territorial rural São Paulo**

A tese *Políticas públicas e produção familiar: novos bairros rurais e os parceiros do desenvolvimento territorial rural São Paulo*, da autora Elba Medeiros Punski dos Santos (2018), tem como objetivo analisar os resultados das políticas agrícolas de crédito destinado aos produtores familiares. O conceito de bairros rurais é central na tese, aparecendo pela primeira vez na obra *Parceiros do Rio Bonito*, de Antônio Candido. O conceito está presente também na obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Santos (2018) faz uma adaptação dos bairros rurais para a realidade temporal que estuda:

Toma-se como base a unidade bairro rural de Queiróz, na sua forma não tradicional. Conforme apresentado anteriormente, essa forma considera as transformações econômicas dos bairros rurais tradicionais, na qual cada família constitui uma unidade econômica, com atividade individualizada, sem participar mais de mutirões e ajuda mútua, como no sistema anterior de roça. (SANTOS, 2018, p.198)

A autora justifica o uso do conceito por duas razões. A primeira está relacionada à importância da escala geográfica para se estudar os espaços rurais, ou seja, os bairros rurais contribuem para o entendimento do tema do desenvolvimento territorial rural justamente por ajustar uma melhor escala de análise, mais próxima dos pequenos agricultores, facilitando, inclusive, a inserção desses agricultores nos planos

orçamentais dos municípios:

A característica de unidade político-administrativa, que espacializa a sociedade, qualifica o bairro como um recorte fundamental da escala urbana, permitindo sua inclusão nos Planos Diretores e nos orçamentos participativos dos municípios. Ressignificar as comunidades rurais como bairros qualifica-os como um recorte organizativo do espaço rural municipal, facilitando sua inclusão nos planos e orçamentos municipais. (SANTOS, 2018, p.200)

O segundo motivo é a hipótese da existência de “uma camada intermediária de agricultores, surgida durante os ciclos econômicos, entre os senhores e os escravos, que também teve sua trajetória até os dias de hoje” (Santos, 2018, p. 19). Essa camada intermediária, que já teve diversas nomenclaturas, hoje, na visão da autora, se aproxima do que são os pequenos agricultores familiares:

Nos trabalhos de ambos os autores sobre bairros rurais, encontram-se diferentes denominações, tais como camponês, caipira e agricultores (em Antônio Candido), roceiros e sitiantes (em Maria Isaura), mas todas dizem respeito ao produtor agrícola de pequena escala, neste trabalho reconhecido como agricultor familiar. (SANTOS, 2018, p.187)

É possível perceber que a tese trata os atores sociais com certo nível de importância. Um exemplo disso é a forma que os agricultores familiares são trabalhados como categoria central nesta pesquisa. Outro exemplo que podemos citar é a participação dos agricultores familiares na construção de políticas públicas para o setor, discutida na tese. A autora faz uma análise da evolução das políticas de crédito agrícola nacionais, com foco nas políticas destinadas aos produtores familiares. Uma característica dessas políticas é o fato de que favoreceram o médio e o grande produtor, ratificando, assim, a desigualdade no campo:

(...) por meio de uma sucinta apresentação e avaliação da política de crédito, referiu-se sobre o modo como as políticas agrícolas ratificaram a desigualdade histórica no meio rural. Limitando o volume de crédito, burocratizando seu acesso e manejando a taxa de juros, favoreceram os médios e grandes produtores no atendimento às exigências para obtenção do crédito, possibilitando-lhes inovar o necessário para expandir e competir no mercado, principalmente, externo. (SANTOS, 2018, p.119)

Santos (2018) observa que as políticas públicas voltadas para o agricultor familiar muitas vezes não conseguem ter, de fato, participação coletiva dos agricultores, na maioria das vezes por falta de habilitação destes:

Existe o reconhecimento de que a abordagem territorial traz diferencial e elementos essenciais para o desenvolvimento. Porém, entende-se que esses elementos contribuirão para um efetivo desenvolvimento territorial na medida em que houver uma inovação territorial coletiva, a construção do desenvolvimento a partir do envolvimento desses agricultores, interagindo com outros atores tanto interna quanto externamente. É necessário, porém,



que os atores do processo estejam habilitados para isso. (SANTOS, 2018, p.219)

O conceito de território também exerce um papel central e aparece relacionado com os espaços rurais na tese. A autora ressalta a dimensão de poder do território e como a definição de território comumente é usada na criação de política pública, geralmente sedistancia dessa dimensão, dando foco maior para a dimensão cultural.

O descarte do elemento poder na formulação dessas políticas, cuja importância já foi discutida anteriormente, não só distanciou o conceito geográfico de território, mas também, inicialmente, confundiu o entendimento de território de identidade como sendo a escala para projetos destinados ao desenvolvimento de políticas culturais. (SANTOS, 2018, p.117)

A autora considera que existe um consenso em relação às transformações econômicas no campo: “é consenso que, atualmente, as atividades econômicas do espaço rural vão além das atividades eminentemente agrícolas, o que significa que ela vai além da sua função de produção alimentar” (SANTOS, 2018, p. 147). Dessa forma, a autora vai focar sua pesquisa no setor de serviços, que tem crescido nos espaços rurais, fruto dessas mudanças. A multifuncionalidade é um tema central da tese, confirmando, assim, a importância desse conceito para a pesquisa:

O conceito de multifuncionalidade está ligado ao papel exercido pelo estabelecimento agropecuário na economia, não limitando esse papel unicamente à função primária de produção de alimentos e matérias primas, mas também à garantia de certo nível de segurança alimentar, proteção do meio ambiente, criação de empregos e gestão dos recursos naturais. (SANTOS, 2018, p.125)

De certa forma, a autora avalia como positiva a questão da multifuncionalidade e pluriatividade nos espaços rurais, tanto para a economia quanto para a questão da proteção ambiental, preservação da história e do patrimônio imaterial dos espaços rurais:

O exercício simultâneo da pluriatividade e da multifuncionalidade nos territórios representa oportunidade, para os agricultores familiares, de integração econômica e diversificação de fontes de renda, além de ampliar as relações econômicas e sociais, aproveitar potenciais internos e externos (procurando o equilíbrio das forças internas e externas), além de diversificar não só as possibilidades de inserção no (e criação de) mercados, como na captação dos créditos destinados ao setor, através de suas diferentes linhas. (SANTOS, 2018, p.156)

Santos destaca três aspectos da multifuncionalidade: a segurança alimentar, a proteção ao meio ambiente e a função social da agricultura:

Sobre a relação rural e agrário, inicialmente a homogeneidade no uso da terra fazia da agricultura a atividade soberana no mundo rural. Posteriormente, as grandes transformações econômicas e sociopolíticas tornaram heterogêneas

tanto o uso da terra quanto a ocupação desse espaço. Hoje, além das formas diversificadas de produção agrícola e a agroindústria, surgem no meio rural atividades intersetoriais relacionadas a serviços, lazer, proteção ambiental, entre outros, dividindo o espaço com a agricultura. (SANTOS, 2018, p.181-182)

Santos (2018) observa uma mudança recente nas políticas agrícolas, que estão também relacionadas à questão da multifuncionalidade e da pluriatividade presentes nas dinâmicas econômicas dos espaços rurais hoje. No trecho abaixo, a autora exemplifica uma dessas mudanças:

O Pronaf, principal programa destinado à alocação de recursos para a agricultura familiar, passou a destinar crédito para as atividades não-agrícolas, desenvolvidas pelos indivíduos componentes das famílias que se enquadram no programa, reconhecendo e fortalecendo a multifuncionalidade, muitas vezes associada à pluriatividade, que gera renda em atividades não agrícolas no campo. (SANTOS, 2018, p. 16)

A autora fala em espaços rurais, mas não os define; porém, em alguns trechos, é possível perceber uma abordagem em relação ao espaço. Um exemplo está no trecho abaixo, onde a autora fala em apropriação do espaço e sua relação com o sistema agrário-dominante e o modo de produção:

(...) procedeu-se ao estudo do processo histórico de desenvolvimento econômico brasileiro, mostrando as estruturas criadas por cada sistema agrário predominante e suas formas de apropriação do espaço, o modo de produção e as relações de trabalho nelas existentes (...) (SANTOS, 2018, p. 27)

Os conceitos de bairros rurais e a forma como a autora trabalha a questão da escala são importantes contribuições. Como a tese de Santos (2018) tem como objeto políticas públicas voltadas para os agricultores familiares, a autora acredita que a unidade territorial dos bairros é importante até para que os bairros rurais possam ser incluídos em planos e orçamentos municipais. Outra grande contribuição está em torno da abordagem em relação de multifuncionalidade. A autora considera que os bairros rurais de hoje são diferentes dos bairros rurais descritos por Queiroz em sua obra, afinal, a presença da multifuncionalidade e da pluriatividade alteram características tradicionais desses bairros.

### **2.1.3 Território, Identidade e Desenvolvimento: uma outra leitura dos arranjos Produtivos Locais de serviços no rural**

A tese *Território, Identidade e Desenvolvimento: uma outra leitura dos arranjos Produtivos Locais de serviços no rural*, de Rogério Ribeiro Jorge (2009), tem como objetivo contribuir para discussão a respeito das estratégias territoriais de

desenvolvimento de regiões rurais. A pesquisa baseia-se em duas experiências de Arranjos Produtivos Locais Rurais. O autor compreende arranjo produtivo local com um aglomerado de empresas e/ou produtores com predominância da prestação de serviços como atividade econômica principal e que estabeleçam práticas conjuntas de desenvolvimento territorial (JORGE, 2009, p.25). Essas duas experiências são o Arranjo Produtivo da Música, em Conservatória, distrito do município de Valença – RJ, e o arranjo produtivo do Circuito Italiano de Turismo Rural de Colombo, na Grande Curitiba.

O autor não dedica uma parte específica do seu trabalho para definir o que seriam espaços rurais, porém a noção de rural é utilizada o tempo todo em sua abordagem. Dessa forma, buscaremos apreender a noção utilizada pelo autor em sua metodologia e em sua análise. Podemos perceber, por exemplo, que Jorge (2019), assim como Santos (2018), acredita que as transformações econômicas nos espaços rurais já são consenso entre os pesquisadores:

Há muito deixou de ser novidade olhar para o rural e ali apontar atividades econômicas, que em um primeiro momento seriam mais associadas ao meio urbano. Assim como podemos notar a pluriatividade do agricultor familiar, o campo também abriga multifuncionalidades que são muito diferentes da clássica dupla agricultura e pecuária. (JORGE, 2009, p.44)

Por isso, o autor vai guiar o seu trabalho a partir de tais mudanças, pensando, assim, como essas mudanças se manifestam nos arranjos produtivos da sua área de estudo. No trecho a seguir, por exemplo, Jorge (2009) usa a noção de ruralidade como uma característica ao qualificar o lugar a qual se refere, mas não deixa explícita o significado que atribui a essa. Ele reconhece a fragilidade dessa noção para definir espaços, e como isso influenciou na escolha da sua área de estudo:

Para escolher os casos que estudáramos, unicamente pensamos em exemplos que reiteradamente apresentassem certa ruralidade e que tivessem suas economias baseadas na oferta de serviços. Entretanto, o aspecto da ruralidade é bastante discutível. Se de um lado temos um arranjo inserido em um município de 233.918 habitantes, conurbado e fortemente dependente das demandas da metrópole curitibana; de outro, tratamos de um distrito afastado 30 km de sua sede, mas cuja principal atividade localiza-se em seu diminuto centro urbano. Assim, parece que estamos diante de um terreno que nos faz pisar em ovos, que deve ser analisado com cautela. (JORGE, 2009, p.125).

Neste outro trecho, o autor também ressalta como a mudança nas atividades econômicas dos espaços rurais refaz as relações cidade-campo e como as distinções entre rural e urbano não são suficientes para dar conta da heterogeneidade desses espaços:

Notamos que é cada vez mais penoso discutir a natureza do campo e da cidade, a partir de suas funções e de suas atividades. As atividades econômicas tipicamente rurais, por exemplo, podem ser encontradas no urbano, como é o caso da já tão propalada e discutida agricultura nas cidades. (JORGE, 2009, p.126)

O autor vai apontar alguns aspectos positivos da multifuncionalidade, entre eles a questão solidariedade foi a que ficou mais evidente no contexto de desenvolvimento do turismo rural na sua área de estudo: “ainda que notemos a presença de relações sociais mercantilizadas, os laços de solidariedade ficam mais evidentes quando observamos as prateleiras e os cardápios das cantinas e restaurantes do CI” (JORGE, 2009, p.78). Há também a presença da afetividade no “engajamento de diversos atores sociais nas questões ou debates concernentes aos direcionamentos futuros do Circuito Italiano de Colombo ou Conservatória” (JORGE, 2009, p.80). Outros aspectos evidenciados pelo autor que foram fortalecidos com os o turismo rural foram:

“simbólicos, como: identidade, pertencimento, percepção sobre o patrimônio, proximidade, afetividade e solidariedade para a formação de um corpo de importância crucial na territorialização dos arranjos rurais voltados à oferta de serviços.” (JORGE, 2009, p.90). O desenvolvimento do turismo rural contribuirá para a manutenção tanto da produção agrícola quanto do modo de vida rural, mesmo que com algumas alterações. Apesar de apontar aspectos positivos na relação entre o turismo e o desenvolvimento territorial, observa que a multifuncionalidade não pode ser vista como a solução dos problemas dos espaços rurais, uma vez que, por mais que nos casos estudados até aqui estejam sendo salientados aspectos positivos, esses processos também têm seus conflitos e desigualdades, como destaca:

É bem verdade que, em algumas situações, estes arranjos são prodigiosos na dinamização de seus territórios, contudo, não podemos olvidar os conflitos, as políticas equivocadas, as desconfianças que os produtores rurais, assim como outros informantes-chave, expuseram em suas entrevistas. (JORGE, 2009, p.81)

Analisando essa relação entre a identidade territorial e os arranjos produtivos, o autor considera que a identidade tem importante papel na territorialização desses arranjos (JORGE, 2009, p.203). O conceito de território para o autor é de extrema importância tanto para a Geografia quanto para o entendimento dos territórios rurais: “em Geografia, o território também poderia ser compreendido como o resultado do processo de territorialização.” (JORGE, 2009, p.217) O processo de formação desses territórios envolve também um movimento de desterritorialização e reterritorialização das populações que vivem nos espaços rurais (JORGE, 2009, p.27). Para isso, desenvolve os conceitos de desterritorialização e reterritorialização baseado no autor

Haesbaert (2004). Outro conceito que Jorge (2009) vai trabalhar a partir de Haesbaert (2004) é o de multiterritorialidade; considera que a sua área de estudo apresenta diversas formas de territorialização, criando assim “complexas redes de signos e de subjetivações que se manifestam na paisagem, na desterritorialização”. Desse modo, fica visível que o autor dá destaque às dimensões simbólicas do território. No trecho abaixo, o autor faz relação entre o que chama de plano simbólico do território e o espaço vivido:

Em relação ao plano simbólico do território, este começa a aparecer de maneira mais efetiva nos trabalhos dos geógrafos, desde o período do entre guerras 80. Gradativamente, a dimensão simbólica do território torna-se um dos temas essenciais da geografia, principalmente no momento em que se desenvolvem as pesquisas sobre o espaço vivido, nos anos setenta e oitenta. Assim, a geografia volta sua atenção para o sentido de enraizamento, para os laços afetivos e morais que os grupos tecem com o solo onde nasceram e onde estão sepultados seus antepassados. (JORGE, 2009, p.216-217)

O conceito de espaço vivido e a questão simbólica do território, abordados pelo autor no trecho acima, refletem diretamente na metodologia que usa para tentar compreender o espaço e, conseqüentemente, os espaços rurais. Baseado nisso, portanto, estabelece uma relação entre espaço e território. No trecho baixo, Jorge explica a relação entre as identidades sociais e o espaço:

Neste caso, na formação mais comum das identidades sociais é que podemos qualificar como sócio-espaciais. Se a identidade se alimenta da relação com o espaço que vive em cada um de nós, ela contribui, entretanto, para conferir uma dimensão específica a esta relação, ou seja: a soma da forma cultural das relações sociais e espaciais. (JORGE, 2009, p.237)

O autor apresentou a noção de rural relacionada diretamente com a questão das transformações econômicas nos espaços rurais e com o conceito de multifuncionalidade. O turismo rural é uma expressão dessa multifuncionalidade e está ligado diretamente à forma que as áreas de estudo observadas na tese organizam sua economia. O caminho teórico seguiu, ainda, a ideia dos Arranjos Produtivos Locais, que seriam aglomerados de serviços e, nesse caso, aglomerado de serviços voltado ao turismo rural. Os conceitos de multiterritorialidade, assim como o conceito de reterritorialização trabalhados por Haesbaert (2004), são mobilizados para pensar como a imigração pode contribuir para a formação de novas identidades territoriais rurais.

#### **2.1.4 O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social no espaço rural da região de Presidente Prudente nos anos 1980-90**

A tese *O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social no espaço rural da região de Presidente Prudente nos anos 1980-90*, de Célia Maria Santos Vieira de Medeiros (2002), busca entender o papel da produção familiar na dinâmica social e econômica no espaço rural da região em destaque. A área de estudo da autora, a região de Presidente Prudente, é composta por “30 municípios, em uma área de 17.526 Km<sup>2</sup>, correspondendo a 7,0% do território paulista, e, em 1996, concentrava uma população de

516.390 habitantes, ou seja, 1,5% da população do Estado de São Paulo” (MEDEIROS, 2002, p. 131). Dessa região, a autora destaca o universo empírico que pretende compreender em sua pesquisa e quais dimensões pretende analisar desse universo: (...) agricultores familiares e suas relações sociais, de produção, o nível tecnológico, os agentes financiadores, suas representações e a atuação de associações, sindicatos e outras entidades, bem como a questão da assistência técnica, da comercialização e de seus planos futuros relacionados ao trabalho e à família. (MEDEIROS, 2002, p.128)

A organização feita no trecho acima explica como a autora pretende dar conta dos grupos sociais e conceitos que pretende mobilizar. Essas considerações perpassam três pontos. Primeiro, quando a autora fala em relações sociais e de produção, já aponta para uma relação entre o espaço e o social, o vivido e o espaço de produção. Dessa forma, a autora conceitua o espaço a partir da visão da produção do espaço. O segundo ponto é em relação aos agentes financiadores e o nível tecnológico da produção, onde fica explícito que ela pretende analisar essas relações também a partir da ótica do papel do Estado, do grande capital e do movimento de modernização do campo. Por último, destacamos a questão das representações sociais, que, no trecho acima, indica um viés de organização como classe e também como essas organizações atuam e estabelecem relação com o Estado. É preciso destacar que neste trabalho, assim como na tese de Jorge (2009), a autora não se dedica a definir de fato o que seja rural, porém foi feita uma leitura de modo a tentar perceber como a noção de rural é operacionalizada.

O conceito de território na tese da autora tem pouco destaque, pois ela não define o que entende por território e, por vezes, usa o conceito de território como sinônimo de espaço, como é demonstrado no trecho abaixo:

(...) a questão principal é que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território é contraditório e combinado, ou seja, este desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (com o trabalho assalariado), assim como produz, simultaneamente, relações camponesas de produção (com o aumento do trabalho familiar no campo). (Medeiros, 2002, p. 40)

No início do seu trabalho, a autora faz uma análise histórica das abordagens teóricas sobre o conceito de agricultura familiar no Brasil, tendo como foco os processos sociais e políticos da formação dessa categoria. Ela se guiou, principalmente, pela intenção de entender o papel dessas categorias no capitalismo, principalmente no desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Medeiros (2002), nessa abordagem histórica, usa autores tanto da Geografia quanto da Sociologia, deixando explícito que faz um diálogo entre a Geografia e as Ciências Sociais:

Desta forma, as abordagens teórico-metodológicas sobre a agricultura familiar nas Ciências Sociais passaram por variadas vertentes; e, na explanação que farei delas, poderei deixar de destacar algumas; contudo, isso não as torna excludentes em um todo maior sobre este assunto pois podem, inclusive, aparecer de forma articulada em uma mesma análise, e, ainda, algumas serão apenas citadas, para que assim se possa ter uma visão ampla desta temática. (MEDEIROS, 2002, p.24)

Entre os autores das Ciências Sociais que orientam a conceituação de Medeiros (2002) estão: Carneiro (1999), Abramovay (1994), Wanderley (1995), Queiroz (1976), Martins (1995). No trecho abaixo, Medeiros (2002) fala sobre como a definição de produtor familiar de Wanderley influenciou sua perspectiva de análise:

Esta autora, ao analisar a permanência do produtor familiar no campo, destacava seu caráter de trabalhador para o capital; entretanto, este trabalhador se distinguia do proletário em três aspectos: 1) o trabalho familiar, dentro da unidade reprodutiva, proporcionava o capital para a compra de terra e para a organização da atividade agrícola; 2) a transferência do sobretrabalho, nos produtos explorados, se dava através da mediação do mercado capitalista; 3) o fato de haver um desenvolvimento da agricultura capitalista não significava que ela se reproduziria de forma homogênea no setor agrícola, pois, se há a subordinação ao capital, ela se dá de forma heterogênea e em diferentes graus. (MEDEIROS, 2002, p.30)

No primeiro capítulo foi trabalhado como alguns autores da Geografia, Moreira (2012), por exemplo, propõem olhar para a história dos espaços rurais a partir da questão cidade-campo. É possível notar que a noção de rural proposta por Medeiros (2002) apresenta semelhanças com esse tipo de abordagem ao dar centralidade à modernização agrícola e ao papel da agricultura no capitalismo. É importante observar que a autora não tem uma abordagem meramente econômica ou economicista, afinal, ao trabalhar seu objeto de pesquisa, trata além das relações econômicas. As relações

sociais e espaciais também fazem parte do conjunto de conceitos que dão base à Geografia, e essas relações estão presentes na tese em questão.

No trecho abaixo é possível observar que a autora acredita que a produção familiar tem papel de destaque na economia do espaço rural de Presidente Prudente. Medeiros (2002), inclusive, afirma que o produtor familiar não está em via de extinção e que eles podem representar novas oportunidades para os espaços rurais:

Sendo assim, a tese defendida neste trabalho é que a produção familiar representa um papel social e econômico importante, embora encontre dificuldades e limites, frutos da história social, política, econômica, agrícola e agrária brasileira. E, ao contrário daqueles que acreditam no desaparecimento das unidades produtivas, dirigidas pela família, a pesquisa de campo mostrou que as mesmas permanecem, de forma que as teorias que buscam explicar essa realidade devam ser permanentemente revistas e discutidas. Acredita-se que estes produtores familiares, se puderem superar limitações de caráter organizacional, políticos, tecnológicos, comerciais, etc., poderão refletir, significar e impor um maior dinamismo à região. (Medeiros, 2002, p.14)

A Geografia Agrária Crítica, citada na introdução desta dissertação, que tem como referência a escola de pensamento criada na Universidade de São Paulo, e com forte influência do marxismo e do método do materialismo histórico-dialético, exerceu bastante influência na análise da autora. É possível compreender a influência desse método e da própria Geografia Agrária Crítica na abordagem da autora, pois o objetivo da tese é compreender o papel do produtor familiar dentro do modelo de produção capitalista, o que demonstra uma forte influência do método marxista e da Geografia crítica. A autora deixa explícito que sua abordagem tem como foco a questão social e econômica, e podemos observar isso na descrição do objeto de pesquisa feito por ela: “Neste estudo, buscou-se compreender a dinâmica espacial do Sudoeste Paulista, destacando o papel representado pelo produtor familiar nesta dinâmica, através de uma abordagem social e econômica” (Medeiros, 2002, p.11).

No trecho abaixo, ela faz uma análise de como as políticas públicas destinadas aos produtores rurais aumentaram a questão da desigualdade no campo, assim como do papel do Estado, dos bancos e do grande capital nesse processo:

Os recursos financeiros disponíveis aos produtores rurais através do Sistema Nacional de Crédito Rural, implantado na década de 1960, não alcançaram, de forma semelhante, todos os níveis do setor agropecuário. Ao contrário, eles privilegiaram, principalmente, os médios e os grandes produtores rurais, acentuando uma modernização desigual e excludente.

Essa política foi, então, a base da modernização da agricultura, como um instrumento de articulação e de convergência desses produtores rurais com o grande capital com interesses na agricultura, principalmente ramos industriais fornecedores e processadores da produção agrícola; os capitais de origem urbana, desejosos de aplicar capital produtivo na agricultura e na especulação



Porém é importante destacar que Medeiros (2002) deixa claro o seu entendimento sobre as mudanças econômicas nos espaços rurais: “o espaço rural brasileiro não se reduz mais apenas a sua dimensão agrícola e ou agrária, pois as atividades produtivas tradicionais não conseguem dar conta de explicar a dinâmica do emprego e da população rural do país” (MEDEIROS, 2018, p.36). Dessa forma, fica explícito que a autora, mesmo que leve em consideração as transformações nos espaços rurais, defende a ideia de que os produtores familiares ainda são presentes e importantes para a economia desses espaços. Assim como os outros autores trabalhados neste capítulo, ela nega a questão o desaparecimento do rural:

Tais mudanças ainda precisam de estudos para serem compreendidas com maior clareza; entretanto, já direcionam para a negação da ideia muito comum da inevitável decadência das regiões baseadas principalmente em economias rurais. Contudo, o segredo desta alteração de tendência é revelado através do grau de diversificação das economias regionais, invertendo as avaliações feitas anteriormente das formas de produção do setor agropecuário. Setores que foram considerados ineficientes, hoje são tidos como fundamentais para o desenvolvimento das atividades de origem rural. (MEDEIROS, 2018, p.26)

O conceito de região, também importante para a Geografia, aparece como aporte teórico de Medeiros. Dentre as teses de Geografia que fazem parte do nosso universo empírico, essa é a primeira que deu tamanha importância para tal conceito. No trecho abaixo, a autora justifica o destaque à região em seu trabalho:

Frente à proposta de analisar e a refletir sobre o espaço rural do Sudoeste Paulista surge naturalmente o termo “região”, pois, ao estudar-se esse espaço estarei tratando da “Região de Presidente Prudente”. Entretanto, é fato que a questão do pluralismo conceitual com relação ao termo região, é entre os geógrafos, uma tradição de longa data. (MEDEIROS, 2018, p.78)

A autora levanta algumas diferentes definições desse conceito e no final define de que forma vai operacionalizá-lo: “calcada neste referencial teórico que privilegia tanto o universal, através dos processos gerais decorrentes da globalização, quanto o singular, através do local e suas especificidades, é que analisarei o Sudoeste Paulista (a região de Presidente Prudente)” (MEDEIROS, 2018, p. 84). O conceito de Região ganha centralidade na tese de Medeiros; a visão espacial e a interpretação da noção de rural da autora estão relacionados ao conceito de região. A escolha do conceito de região sedeu, principalmente, por sua área de estudo (Presidente Prudente) se tratar de um recorte geográfico já denominado comumente como região, facilitando, assim, interpretação e cruzamento de dados. A autora fundamenta a discussão principalmente em Milton Santos, relacionando os conceitos de espaço e região. Esse autor desenvolve a

ideia de um espaço organizado em redes, onde o espaço globalizado, cada vez mais integrado, cria e recria os espaços e as unidades regionais (MEDEIROS, 2002, p.80).

A análise de Medeiros vai apresentar uma preocupação também com a questão da estrutura fundiária, confirmando a hipótese de que sua pesquisa tem grande tendência a pensar a noção de rural a partir da relação campo x cidade. A concentração fundiária aparece relacionada à questão da reprodução social dos agricultores, mostrando, assim, que a autora percebe a questão fundiária, para além de uma questão ligada ao sistema econômico. Para ela, a concentração de terras pode servir de obstáculo para o dinamismo social: “Impossibilitar ou dificultar o acesso à terra é dificultar também a reprodução do modo de vida do agricultor familiar” (MEDEIROS, 2002, p.155).

A noção de rural, na tese da autora, aparece relacionada ao conceito de região e espaço; na verdade, muitas vezes esses conceitos se sobrepõem. Por exemplo, quando a autora propõe pensar os espaços rurais como regiões que fazem parte da lógica universal do capitalismo, mesmo que falando de região, está também falando de espaço. Mesmo que a autora mobilize o conceito de região como central, o caráter espacial da geografia sobressai na tese. O Espaço serve como elo entre os principais conceitos e noções que a autora trabalha, como o conceito de região, a noção de rural, as questões econômicas e as representações sociais. Confirmando, assim, a importância do conceito de espaço na Geografia, essa discussão será retomada no final deste capítulo na parte destinada às análises das teses. A proposta é perceber como o conceito de espaço foi trabalhado nas outras teses e entender desse modo, como a visão espacial da Geografia pode contribuir para a discussão acerca do rural.

## **2.2 Análise das teses: a noção de rural nas teses do programa de Geografia Humana/USP**

Neste capítulo foi feita uma apresentação de cada tese tentando perceber como a noção de rural é construída pelos geógrafos e como os conceitos da Geografia se relacionam com a noção de rural. Agora será feita uma síntese das abordagens encontradas a fim de perceber qual a contribuição das teses de Geografia selecionadas para o debate. Primeiro destacaremos alguns pontos mais gerais percebidos nas análises. Depois será feita uma análise mais aprofundada, por assunto, separada por tópicos. São eles: Conceito de espaço, Conceito de território, Geografia Agrária Crítica, e por último Multifuncionalidade e Pluriatividade. A ideia de fazer a análise por tópicos é

desenvolver como esses conceitos podem contribuir para o debate a respeito da noção de rural. Há um consenso nas teses de Geografia aqui trabalhadas em relação à questão das transformações das atividades econômicas no campo. Por algum momento, foi possível perceber em todas as teses que os autores parecem já considerar de certa forma superada a questão da dualidade. A ideia de consenso pode ser produtiva no sentido de recuperar trabalhos que já fizeram tal debate, já que, dessa forma, cada autor não precisaria percorrer todo o caminho teórico de questionamento das teorias dualistas, sobrando, assim, mais espaço para o aprofundamento no tema de sua pesquisa.

Ao longo da leitura das teses, percebemos que dois trabalhos não destacaram uma parte de sua tese para definir o que entendem por rural, como foi o caso das teses de Jorge (2009) e Medeiros (2002). Porém, as duas teses não apresentaram perdas teóricas significativas por falta de tal definição. A percepção de rural de Jorge (2009) está muito associada à questão das transformações econômicas nos espaços rurais. O autor aponta a presença do turismo rural em suas áreas de estudo como uma expressão dessas transformações. O conceito de multifuncionalidade é mobilizado por ele para entender os espaços rurais hoje, a partir dessas transformações. Assim como Jorge (2009), Medeiros (2002) também analisa os espaços rurais a partir de suas transformações econômicas. Sua concepção de rural está associada à questão da estrutura fundiária, mostrando, assim, uma influência direta da Geografia crítica de cunho marxista, linha teórica que está muito presente nas pesquisas do programa de Geografia da USP. Acreditamos que não definir o que são espaços rurais é uma opção que deve ser feita com cautela, afinal, as teorias não são um consenso e apresentam diversidade de definições, como foi colocado no primeiro capítulo. Ao se abster de definir esses conceitos, corremos o risco de cair em generalizações e confundir o leitor de que as definições de rural também estão presentes no imaginário social. Nas teses dos dois autores, mesmo mobilizando outros conceitos e adotando outras metodologias que não perpassaram por tal definição, não se nota ausência de consistência teórica em relação à noção de rural. É importante destacar que é possível perceber, nas teses de Geografia, a presença de autores das Ciências Sociais. Contudo, quando isso ocorre, é explícito que as duas disciplinas conversam entre si, como é o caso da tese de Medeiros (2002). Porém, há também caso onde tal diálogo é feito sem ser explicitado, como é o caso da tese de Duarte (2016).

Essas foram as discussões mais gerais a respeito da leitura das análises. Agora, trabalharemos outros temas separados por tópicos. A escolha desses temas deve-se,

principalmente, à sua recorrência nas teses de Geografia que fazem parte do universo empírico e à importância para as análises feitas nessas teses, assim como por sua relevância para o debate acerca da noção de rural.

### **2.2.1 A Geografia Agrária Crítica**

É possível perceber a influência da Geografia Crítica nas quatro teses da USP que fazem parte do nosso universo empírico. A Geografia Agrária Crítica, citada na introdução, tem como referência a escola de pensamento criada na Universidade de São Paulo, que tem forte influência do marxismo e do método do materialismo histórico-dialético. Essa escola de pensamento é marcada por forte crítica ao capitalismo e às desigualdades sociais no campo. Podemos perceber que, na tese de Santos (2018), a questão da desigualdade nas políticas públicas está presente, demonstrando, assim, essa influência. Em Medeiros (2002), tanto na estruturação da tese como no referencial teórico escolhido, fica explícito que a autora opta por uma abordagem da categoria de agricultor familiar a partir de sua formação histórica e de seu papel dentro do capitalismo. A crítica ao capitalismo feita pela autora deixa explícito que ela está calcada no referencial teórico da Geografia Crítica. É preciso destacar que os autores das teses, sem exceção, apesar de apresentarem essa influência e darem destaque a questões econômicas, extrapolam a questão econômica e conseguem pensar, também, a noção de rural a partir dos atores sociais, das identidades sociais e territoriais. Tal fato será tratado nos tópicos seguintes, quando discussões relacionadas aos conceitos da Geografia forem feitas.

### **2.2.2. O conceito de espaço**

O conceito de espaço na Geografia é central, o que explica o motivo de aparecer em todas as teses que foram apresentadas acima. Por isso, fez-se necessário voltar nesse tema na intenção de resgatar o debate feito pelas teses e, assim, pensar como pode contribuir para o debate acerca do rural. Pensar o espaço como produto social é pensar que os atores sociais são os protagonistas do espaço. Sendo assim, é possível traçar um paralelo entre o conceito de espaço e a teoria das representações sociais. A tese de Duarte (2016) é um exemplo disso, onde o autor conceitua a ideia de espaço em Lefebvre (1976) e Santos (1982). Como já foi dito durante a apresentação da tese, o autor afirma que o espaço, ao mesmo tempo em que é produzido, produz também representações. Outra abordagem que também aparece na tese de Duarte (2016) é

relacionada ao espaço, baseada em Lefebvre. Ela consiste na divisão do espaço em três: o vivido, o percebido e o concebido. É possível perceber que o autor faz ainda uma relação do conceito de espaço com a noção de “novas ruralidades”, usando como referência Carneiro (1997) e Wanderley (2003). O espaço, na Geografia, exerce esse papel de unir as relações econômicas às relações sociais e espaciais. Um exemplo disso é como Duarte (2016) e Jorge (2009) conseguem trabalhar a questão das alterações da dinâmica produtiva do campo e da multifuncionalidade relacionados ao conceito de espaço. A visão de espaço de Santos (2018) é igualmente baseada na ideia da produção do espaço, assim como a de Duarte (2016). Outra similaridade entre os dois autores é o fato de pensarem o espaço relacionado com a sua função no sistema produtivo, e consequentemente, pensá-lo relacionado à questão da multifuncionalidade.

Na tese de Medeiros (2002), a autora busca entender o papel da produção familiar na dinâmica do espaço. Porém, a autora não dá centralidade ao conceito de espaço e não destaca uma parte de seu texto para definir o mesmo. Contudo, ao falar em espaço, a autora sempre o relaciona à questão da reprodução social e econômica, ou seja, para ela, o que define os espaços e, consequentemente, os espaços rurais, é a forma como os mesmos estão inseridos no modo de produção vigente, no caso capitalista. Dessa forma, a autora vai definir a categoria de agricultor familiar justamente pensando como os produtores familiares estão inseridos dentro dessa lógica.

Assim como Duarte (2016) e Santos (2018), Jorge (2009) reconhece que há transformações ocorrendo nos espaços rurais, principalmente no que tange à economia. Jorge (2016) e Duarte (2016) se referenciam em Campanhola e Graziano da Silva (2000) para distinguir os antigos espaços rurais do “novo rural”. O novo espaço rural seria o que não é mais apenas agrícola e, agora, apresenta outros setores da economia, como o setor de serviços e atividades não-agrícolas. Jorge (2009), assim como Duarte (2016), relaciona o conceito de espaço ao conceito de território. No tópico seguinte, o debate sobre o conceito de território também será retomado. Podemos concluir que o espaço, apesar de ser um conceito-chave da Geografia, dialoga com outros conceitos e com outras noções da Geografia e das Ciências Sociais. Por exemplo, analisar o espaço a partir da produção social e dos atores sociais que o produzem se aproxima da noção de representações sociais, temadas Ciências Sociais. Podemos citar, também, a relação estabelecida entre o conceito de espaço e o de multifuncionalidade. O que observamos foi a Geografia em seu lugar de fala, assim como o espaço ou o território, fazendo diálogos com outras noções e conceitos que podem ajudar a entender os

espaços rurais.

Outra similaridade na forma em que as quatro teses de Geografia pensam os espaços rurais consiste na ideia de que estes espaços não são espaços condenados ao desaparecimento ou que tendem a uma urbanização completa. Os autores de todas as teses trabalhadas neste capítulo acreditam que para se afastar dessa ideia de desaparecimento do rural é preciso, pensar a partir da particularidade de seus objetos de pesquisa.

Foi possível perceber que pensar a produção social do espaço é importante para que o mesmo seja visto a partir dos atores sociais. Na tese de Duarte (2016), o autor faz uma relação direta do conceito com as representações sociais do rural. Foi possível perceber ainda que a questão do modo de produção vigente também esteve relacionada com a produção do espaço, como é o caso da tese de Medeiros (2002). Ficou evidente que essa produção pelos atores sociais relacionados com a questão econômica e do modo de produção pode contribuir para pensar a noção de rural na Geografia. Afinal, assim, os autores puderam reafirmar o espaço como conceito central e objeto de estudo da Geografia e ao mesmo tempo desvendar questões próprias dos espaços rurais. Portanto podemos perceber que a forma que os autores desenvolveram o conceito em relação à noção de rural marca um debate próprio da Geografia.

### **2.2.3. Conceito de território**

O conceito de território também é um conceito-chave da Geografia e, por isso, foi um tema que apareceu de forma central nas teses de Geografia. Nesta sessão será feita uma análise, a partir das discussões das teses apresentadas acima, de como o conceito de território pode contribuir para a compreensão dos espaços rurais. Uma abordagem do conceito de território que aparece nas teses de Duarte (2016) e de Santos (2018) consiste na ideia de que o território tem várias dimensões. Santos (2018), ao trabalhar com o conceito de território, ressalta a dimensão de poder do território e como essa definição, comumente usada na criação de políticas públicas, se distancia dessa dimensão, dando ênfase somente à dimensão cultural. Jorge (2009) e Duarte (2016) abordam como o turismo explora a ideia da identidade das populações que vivem nas áreas rurais e da sua cultura como atrativo. Duarte (2016) desenvolve o conceito de identidade territorial, relacionando a produção do espaço com a formação de identidades. Para o autor, o processo de formação dos espaços rurais hoje está

diretamente relacionado com a questão da territorialização.

As transformações econômicas nos espaços rurais, como a introdução de novos setores (serviços e turismo), foi um tema que atravessou todas as teses apresentadas neste capítulo. Observando a forma como esse tema foi colocado pelos autores podemos apontar que este processo possui dimensão territorial. A desterritorialização e a reterritorialização trabalhadas por Haesbaert (2004) foram relacionadas com a questão das mudanças econômicas nos espaços rurais nas teses de Duarte (2016) e Jorge (2009). As propostas dos dois autores são bem parecidas: ambos pensam o processo de formação histórica das suas áreas de estudo a partir desse processo. Duarte (2016) e Jorge (2009) concordam em relação à visão do território a partir de três dimensões, descritas acima e fundamentadas na teoria do autor Rogério Haesbaert (2004). Medeiros (2002) associa a questão do território ao espaço e, como dito anteriormente, a autora pensa o espaço e o território a partir da lógica do modelo de produção vigente, o sistema capitalista.

As três vertentes do território propostas por Schneider (2019) estiveram presentes nas teses de Geografia, a vertente política que teve origem no pensamento de Ratzel esteve presente principalmente relacionada ao conceito de espaço, na tese de Santos (2018) é possível perceber essa vertente de forma clara quando a autora relaciona o conceito de território à questão das relações de poder. A forma como os grupos sociais produzem o espaço está diretamente relacionada com o território. Nas teses de Jorge (2009) e Duarte (2016) foi possível perceber como essa relação entre os indivíduos e o espaço é capaz de produzir identidades territoriais. Essa ideia de identidades territoriais está mais próxima da segunda vertente trabalhada por Schneider (2019) que o autor nomeia como da Antropologia e das Ciências Sociais. Já a terceira vertente que é relacionada à questão econômica, e que muitas vezes é usado como sinônimo do conceito de região esteve presente principalmente na tese de Medeiros (2002), que ao pensar os espaços rurais dentro da lógica capitalista pensa como o sistema de produção cria regiões de desenvolvimento a partir dos territórios.

A desterritorialização e a reterritorialização conceitos trabalhados por Haesbaert (2004) serviram como aporte para observar as consequências das mudanças econômicas nos espaços rurais, portanto, observa-se importância desses conceitos para entender a dinâmica dos espaços rurais hoje. Igualmente como trabalhado no tópico anterior sobre o espaço foi possível observar que o conceito de território foi importante por demarcar um debate próprio da Geografia a partir de um conceito central da mesma e que o mesmo

pode contribuir para desvendar significados atribuídos ao rural hoje assim como perceber os espaços rurais a partir de suas particularidades.

#### **2.2.4 Multifuncionalidade e pluriatividade**

A partir das leituras das teses, podemos perceber os espaços rurais que um dia estiveram ligados à agricultura hoje são marcados pela multifuncionalidade e pela pluriatividade. Santos (2018), Jorge (2009) e Duarte (2016) consideram que a multifuncionalidade da agricultura pode ter aspectos positivos tanto para a economia quanto para a questão da proteção ambiental e para a preservação da história e do patrimônio imaterial dos espaços rurais. As definições e operacionalizações do conceito de multifuncionalidade em Santos (2018) e Duarte (2016) aproximam-se bastante. Enquanto Santos (2018) explora mais a questão das políticas públicas e a participação dos agricultores, Duarte (2016) vai aprofundar mais a relação da produção do espaço com a multifuncionalidade e o turismo rural.

O turismo rural, tema da tese de Duarte (2016), é objeto de estudo também na tese de Jorge (2009). As duas teses apresentam bastantes semelhanças em relação ao modo de observar o turismo rural. A primeira delas é o fato de que ambos os autores trabalham o turismo rural associado à escala territorial. Outro ponto que os autores se assemelham consiste na forma de pensar o turismo rural a partir da multifuncionalidade da agricultura para a preservação ambiental e dos costumes e tradições do modo de vida dos espaços rurais. Jorge (2009), assim como Duarte (2016), acredita que o turismo rural pode servir como forma de fortalecer a produção agrícola e ajudar o agricultor a manter esse modo de vida. Ambos autores concordam que o modo de vida rural não pode ser considerado em via de desaparecimento e que, mesmo com as transformações econômicas dos espaços rurais, existem possibilidades desses modos de vida resistirem a esse processo, mesmo que se alterem. Nas pesquisas de Jorge (2009) e Duarte (2016) podemos observar, de forma muito clara, uma das quatro dimensões da multifuncionalidade verificadas por Maluf (2003) no Brasil, que está relacionada à reprodução social das famílias que vivem nos espaços rurais. Assim, a multifuncionalidade assume função de manutenção do modo de vida do agricultor familiar, criando, como dito acima, possibilidades de permanência do agricultor familiar nos espaços rurais.

Uma contribuição importante da tese de Jorge (2009) para o presente trabalho



concerne na ideia de apresentar as novas funções dos espaços rurais a partir de outra ótica ainda não discutida aqui, os arranjos produtivos locais que são aglomerados de serviços – no caso da pesquisa em questão, serviços voltados ao turismo. Jorge (2009) discute como a multifuncionalidade da agricultura serve de embasamento para criarem aglomerados de estabelecimentos ligados ao setor de serviços nos espaços rurais. As semelhanças apresentadas com a tese de Duarte (2016) confirmam a ideia de que a multifuncionalidade da agricultura é um tema que está no cerne das discussões das teses trabalhadas e que é uma característica marcante da realidade dos espaços rurais. Isso demonstra que para se entender as dinâmicas desses espaços, hoje, é necessário pensar a multifuncionalidade. Medeiros (2002) reconhece as transformações nos espaços rurais, porém a autora tem como objeto de pesquisa os produtores familiares envolvidos principalmente com o trabalho agrícola e a pecuária. A autora tem olhar voltado para a questão da desigualdade no campo e em como os agricultores estão inseridos no sistema capitalista de produção. Por isso, nesse tópico não houve uma contribuição relevante da tese de Medeiros (2002), pois a autora não se propôs a discutir essa temática em sua pesquisa.

Como podemos notar, houve uma incidência do uso das noções de multifuncionalidade e de pluriatividade nas teses; isso é um reflexo do recorte temporal feito nesta pesquisa (décadas de 2000 e 2010), pois são questões que estão em pauta no debate sobre a ruralidade e suas transformações nessas décadas. Possivelmente, se fossem teses produzidas em outros momentos, seriam outras as noções e conceitos primordiais.

Neste capítulo foram feitas as apresentações das teses que foram selecionadas do departamento de Geografia Humana da USP selecionadas e, posteriormente, foram discutidos os principais temas e conceitos que apareceram nas pesquisas. No próximo capítulo será feito o mesmo com as teses do CPDA. Por último, nas considerações finais, serão retomados esses debates e traçadas algumas conclusões finais deste trabalho.

### **3. A contribuição Das Ciências Sociais, uma visão a partir do programa do CPDA**

Neste capítulo serão feitas as análises de teses de doutorado do Programa de Pós-Graduação do CPDA/UFRRJ, no período de 2000 a 2020 que tenham como tema principal a noção de rural ou tema relacionado. Assim como feito no capítulo anterior, primeiro serão apresentadas as teses, seu objeto, metodologia e principais conceitos. Na conclusão do capítulo será realizada a análise de como a noção de rural foi abordada pelos autores observando as aproximações e divergências entre eles. Nessa análise, serão retomadas teorias desenvolvidas no primeiro capítulo, e observaremos como esses conceitos foram utilizados pelos autores das teses. O consenso sobre a existência de transformações econômicas e sociais nos espaços rurais e a crença que hoje há um novo rural marcado pela multifuncionalidade da agricultura, a pluriatividade e a presença de atividades do setor de serviços no campo, que foi citado no capítulo dois em relação às teses de Geografia, se repete nas teses de Ciências Sociais. É importante ressaltar que assim como alguns autores das Ciências Sociais foram recorrentes nas teses de Geografia, percebemos o mesmo movimento inverso, alguns autores da Geografia aparecem nas teses de Ciências Sociais, entre eles, podemos citar Haesbaert (1994), Santos (1990) e Harvey (1999).

O rural como representação social aparece com maior intensidade nas teses do CPDA, não que esse assunto tenha sido preterido nas teses de Geografia, porém, é notável que nas teses do CPDA essa questão, em geral, ganha mais importância. Na tese de Kummer (2019), por exemplo, essa questão ganha maior destaque, o que será discutido mais à frente. A explicação dessa maior importância para a temática é que as representações sociais se constituíram como objeto das Ciências Sociais já há algum tempo e existe um vasto corpo teórico voltado para elas. Outro tema que atravessa todas as teses analisadas nesse capítulo é o da multifuncionalidade da agricultura, recebendo maior centralidade nas teses que dão foco ao turismo rural como as de Silva (2014), Froehlich (2002) e Favareto (2019). Destacam-se também os estudos das identidades rurais, que, em geral, foram pensadas a partir das representações dos atores sociais, sendo que esses atores não são apenas os moradores dos espaços rurais, como é desenvolvido por Silva (2014) que retoma os estudos de De Paula (1999), nessa linha a autora propõe pensar essas representações a partir de entrevistas moradoras de áreas urbanas a fim de entender como o morador da cidade pensa o rural e como isso pode

influenciar nas representações desse rural. De Paula (1999) como foi trabalhado no primeiro capítulo trata da questão da cultura country, que seria uma visão construída pelo morador da cidade em relação à cultura rural que se expressa também no meio urbano, no caso, a idealização e a valorização do estilo country. Uma questão nova que apareceu na tese de Silva (2014) e não tinha aparecido nas teses de Geografia é a relação entre os espaços rurais e a lógica metropolitana. Silva (2014) analisa como o rural muitas vezes é invisibilizado por estar em uma região metropolitana.

Interessante observar também que outro assunto que não tinha aparecido nas teses lidas até agora é a questão sobre Gênero, que foi desenvolvida por Favareto (2019). A autora foca sua pesquisa em como as novas dinâmicas rurais influenciam na vida das mulheres do campo, o conceito de modo de vida é central em sua análise, servindo como instrumento metodológico. Vale lembrar que não nos debruçaremos aqui sobre a questão de gênero em toda sua complexidade, mas é relevante destacar que foi encontrada tal discussão em apenas uma tese, numa época em que o debate feminista atravessa a sociedade e o campo acadêmico. O importante aqui é perceber qual a noção de rural que a autora utiliza, e em que uma análise do meio rural na perspectiva de gênero acrescenta aos estudos sobre o meio rural e à definição dessa noção.

Alguns autores como Carneiro (2008) e Wanderley (2000) recorrem à categoria de modo de vida como uma lente para observar os processos sociais do meio rural. A categoria modo de vida esteve presente em todas as teses de Ciências Sociais. A questão do turismo, por exemplo, apareceu associada ao modo de vida rural, onde os símbolos desse modo de vida tornam inclusive objeto de propaganda turística.

Froehlich (2002) também vai pensar a noção de modo de vida como forma de análise do rural. Destacamos que a tese desenvolve sua análise a partir de uma hipótese central de que há uma ressemantização do rural, ou seja, hoje a noção de rural ganha novos sentidos devido às mudanças que estão em curso nesses espaços. Froehlich (2002) alerta que muitas vezes essa construção de identidade é idealizada por um modo de vida que já não existe mais ou do qual os moradores lutam para se afastar.

### **3.1. Apresentação das teses de Ciências Sociais**

Pelos critérios apresentados na introdução dessa dissertação, foram selecionadas quatro teses: *Rural e naturez. A construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul*, de José Marcos Froehlich (2002); *Dinâmicas rurais contemporâneas e configurações sociais de gênero*, de Ariane da Silva Favareto (2019);

*Juventudes rurais e permanências: ruralidades e urbanidades representadas no extremo oeste de Santa Catarina*, de Rodrigo Kummer (2019); e *Ruralidades na região metropolitana de Belo Horizonte: um olhar à luz de Janus*, de Dione Melo da Silva (2014).

Quadro 4: Informações das teses do Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - UFRRJ que serão analisadas

TÍTULOS	ANO	AUTOR	FORMAÇÃO	ORIENTADOR
Ruralidades na região metropolitana de Belo Horizonte: um olhar à luz de Janus.	2014	SILVA, Dione Melo da.	G: Engenharia Agrônoma M: Extensão Rural	Roberto José Moreira – Ciências Sociais Agrárias / Economia
Juventudes rurais e permanências: ruralidades e urbanidades representadas no extremo oeste de Santa Catarina.	2019	KUMMER, Rodrigo.	G: Ciências Sociais/História M: Ciências Sociais	Eli de Fátima Napoleão de Lima – Ciências Sociais
Rural e natureza. A construção social do rural Contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul.	2002	FROELICH, José Marcos.	G: Agronomia M: Sociologia	Maria José Teixeira Carneiro – Antropologia Social
Dinâmicas rurais contemporâneas e configurações sociais de gênero	2019	FAVARETO, Ariane da Silva.	G: Ciências Sociais M: Planejamento e desenvolvimento Rural Sustentável	Maria José Teixeira Carneiro – Antropologia Social

Apesar de apresentar diversidade de formações entre os autores das teses por ser tratar de um Programa interdisciplinar, é possível observar, no Programa do CPDA, que todos os autores das teses escolhidas, com exceção de Dione Melo da Silva, tiveram alguma formação em Ciências Sociais, seja graduação ou mestrado.

### 3.1.1 Rural e natureza. A construção do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul

A tese de Froehlich (2002) tem como área de estudo a região central do estado do Rio Grande do Sul. Constituem a base empírica o município de Santa Maria e os municípios de sua região de influência, com foco nos espaços rurais desses municípios. Foram usados dados coletados através de entrevistas, além de dados do IBGE, como o censo e outros dados socioeconômicos e populacionais. Outra fonte de dados da pesquisa foi o Cadastro Rural Multifinalitário:

que é um programa informatizado e foi desenvolvido em conjunto pelo Departamento de Extensão Rural (DEAER) e o Departamento de Engenharia Rural do CCR-UFSM, sendo alimentado pela coleta de dados de alunos da disciplina de Extensão Rural dos cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Engenharia Florestal e Zootecnia, além dos bolsistas envolvidos

no projeto “Dinâmica, perspectivas e alternativas sustentáveis dos sistemas de produção agropecuários familiares da região do COREDE-Centro do RS”, do qual o autor participa. 11 Por exemplo, para ser classificado como ‘de aposentado’, a dinâmica do estabelecimento rural devia ser dada pela aposentadoria de seus membros, não bastando a presença de uma só pessoa aposentada. Para mais detalhes a respeito e uma análise geral destes dados. (FROEHLICH, 2002, p. 48)

Froehlich (2002, p.22) reconhece que as visões dualistas baseadas na oposição rural-urbano estão cada vez mais esvaziadas de sentido. O autor aponta a necessidade de novas leituras que estejam além dessa dicotomia. Para isso, parte de uma contextualização histórica do uso da noção de rural, problematizando a dualidade rural-urbano e a associação à natureza, comumente feita pelo senso comum dos espaços rurais. Além disso, trabalha a ruralidade como um processo dinâmico entre a reestruturação dos elementos das culturas locais com a incorporação de atividades e a apropriação pelos urbanos dos bens culturais e naturais do meio rural. (FROEHLICH, 2002, p.101). Para o autor, esse movimento é bidirecional, ou seja, a cultura local não tende a desaparecer, e, ao mesmo tempo em que as culturas locais passam por uma releitura a partir de novos códigos, a cultura urbana também se apropria de elementos da cultura rural (FROEHLICH, 2002, p.101). A definição da noção de rural do autor está embasada na noção de novas ruralidades. O mesmo resgata Carneiro (2008), Wanderley (1997) e De Paula (1999) para afirmar que não podemos falar em ruralidade, e sim em ruralidades. Essas ruralidades se expressam de forma heterogênea, e, por isso, é preciso pensar os espaços rurais a partir de sua diversidade. Froehlich (2002) recorre a Carneiro (1997) para dizer que o “novo rural” tem se caracterizado por dois conjuntos de fenômenos: “a) ‘o rural não mais se define pelo agrícola’, mas pela ‘pluriatividade’; b) a questão da valorização de um novo modo ou estilo de vida (*lifestyle*), pautado por novos valores advindos do ambientalismo e da demanda por lazer, que tem valorizado positivamente o mundo rural” (FROEHLICH, 2002, p. 31). Seguindo esse ponto de vista das novas ruralidades, Froehlich (2002) defende que as preocupações ambientais e a problemática da relação do rural com a natureza constituem a principal matriz dos novos sentidos para os espaços rurais hoje:

Assim, por tais vias, a crise ambiental e a problemática reemergente da natureza nela implícita colocam-se como uma matriz de reformatação dos sentidos para o rural contemporâneo. E esta renovada associação do rural com a natureza não só permite a construção de novos sentidos para a ruralidade, mas também processa a proliferação de novas atividades em seus espaços. Na busca por novos patamares de relação com a natureza, o rural torna-se hoje uma espécie de laboratório social privilegiado desta inquirição, pois se reaproveita agora o acumulado histórico da visão que o tinha como o ponto de contato por excelência da sociedade com a natureza. (FROEHLICH, 2002, p. 183)

A hipótese principal de Froehlich é que há uma ressemantização do rural, processo esse que é influenciado pela associação do rural com a natureza. O turismo rural e a procura do rural como espaço de lazer também estão ligados a esses novos significados do rural (FROEHLICH, 2002, p.148). Como tratado no primeiro capítulo, essa ideia está associada à noção de rural como natureza e lazer, o rural idílico. Froehlich chama atenção para a relação dessa construção com a ideia de uma construção urbana sobre o rural e resgata De Paula (1999) para desenvolver a abordagem:

O contato e a busca da natureza, ancorados no desejo dos cidadãos em transformá-la em mais um bem de consumo, vêm alterando as relações, o ritmo de vida e o próprio uso do território rural. Este anseio contemporâneo, embora se apresente e se realize de modo multiforme, parece efetivamente promover ou guiar-se por uma peculiar associação do rural com a natureza, como no caso de algumas das modalidades de esportes que analisamos, ou mesmo nos chamados *esportes country*, estudados por De Paula (1999b:221-2). (FROEHLICH, 2002, p.135)

Durante as entrevistas feitas pelo autor, a população considerada urbana também foi interpelada e foram feitas perguntas como: “Quando você pensa no meio rural, o que lhe vem à cabeça?”. A proposta foi mapear os sentidos dados à noção de rural pelos atores sociais urbanos. As respostas geralmente faziam associação do rural com a natureza e como algo ligado ao descanso. As chamadas amenidades rurais são fatores de atração das populações urbanas para o mundo rural; dessa forma, esse rural idílico impulsiona uma ressemantização da noção de rural nesse sentido (FROEHLICH, 2002, p.141). A tese de Froehlich (2002, p.38) não segue um caminho metodológico fechado. O autor combina diferentes teorias, técnicas, fonte de dados e métodos a fim de enriquecer a interpretação dos dados e da realidade da sua área de estudo. Além das entrevistas, o autor também fez uso de técnicas de pesquisa como observação participante, enquetes formais e informais e fotografia. O autor vai chamar tal forma de combinar métodos de “triangulação metodológica”, que tem como objetivo possibilitar uma **visão caleidoscópica** da problemática em estudo. Uma contextualização importante para a análise feita pelo autor é a experiência do Projeto de Execução Descentralizada – PED-RS do Programa Nacional da Mata Atlântica – (PRODESUS), que injetou recursos na região para capacitação e desenvolvimento de atividades voltadas para o turismo rural, cultural e ecológico na região. Isso influenciou diretamente em como se construiu essas novas compreensões locais sobre o rural e o desenvolvimento de novas atividades econômicas na região. O PRODESUS foi importante por impulsionar o turismo regional: foram criados 18 roteiros de turismo na região, o que possibilitou a implementação de cursos de formação de guias turísticos

locais. O turismo na região de estudo da tese em questão tem como base as representações de rural contemporâneas, representações que misturam visões urbanas sobre o rural e representações que remetem, por exemplo, ao modo de vida, ao trabalho e à história das populações que vivem nesses espaços tidos como rurais (FROEHLICH, 2002, p.58).

As festas que têm como palco os espaços rurais, trabalhadas por Carneiro (1993 e 1998), são também temas da tese de Froehlich. O autor retoma Carneiro e Champgne (1977) para enfatizar a importância dos estudos das festas nos espaços rurais. Nesse contexto, em São Valentim, no segundo distrito de Santa Maria, desde 1999 há a realização de um grande evento festivo: a Festa dos Carreiros, que envolve atividades desde danças, jogos, competições etc. (FROEHLICH, 2002, p.106). A festa é detalhada pelo autor na tentativa de resgatar as representações do rural criadas pelos moradores, organizadores e participantes da festa. O cartaz do evento (figura 02, abaixo) se torna objeto de análise do autor. A partir dele, desvenda alguns significados e representações dos espaços rurais que vão servir de fio condutor em sua pesquisa.

Figura 02: Reprodução reduzida do cartaz de propaganda da I Festa dos Carreiros de São Valentim



Fonte: FROEHLICH, 2002.

No cartaz, o autor destaca a velha carreta e alguns utensílios antigos usados como, por exemplo, um machado e uma panela de ferro. O violeiro, também presente na imagem, concebe um imaginário lúdico, em meio às ferramentas de trabalho e à velha carroça que remetem ao trabalho e a um modo de vida geralmente associados ao rural (FROEHLICH, 2002, p.107).

O que era objeto de trabalho e transporte – artefato de utilidade – transfigura-se em signo materializado de reverência histórica, numa narrativa que (re)constrói a história e a tradição criando o seu próprio (e novo) original: a ‘velha carreta’ é nova e serve para, didaticamente, referenciar a narrativa e aludir ao espetáculo. (FROEHLICH, 2002, p.109)

Dessa forma, podemos observar que o rural idílico se mistura com a ideia de rural do atraso. É possível também perceber que o resgate da identidade feita pelo cartaz remonta ao modo de vida concebido como rural com o objetivo de explorar a identidade como forma de atrativo turístico. É possível fazer uma relação do cartaz acima com a ideia de multifuncionalidade da agricultura, afinal, o exemplo acima é uma clara referência de como a agricultura pode estar associada a outros setores econômicos, como o turismo rural que está em evidência no cartaz. Outra festividade abordada por Froehlich (2002) para desenvolver sua hipótese é o Festival de Inverno de Vale Vêneto, que é o “segundo distrito do município de São João do Polêsine, conta atualmente com 742 habitantes e localiza-se a cerca de 40 km de Santa Maria” (FROEHLICH, 2002, p.118). Vale de Vêneto é uma região de colonização antiga, principalmente composta por italianos, que tem fortes traços dessa cultura no seu modo de vida (FROEHLICH, 2002, p.118). O festival conta com diversas atividades relacionadas à cultura italiana, como oficinas, apresentações de música, gastronomia, artesanato, jogos, danças e espetáculos folclóricos (FROEHLICH, 2002, p.122). Como destaca Froehlich no trecho abaixo, o festival, além de fortalecer a sociabilidade e identidade cultural do local, também dinamizou a economia da região, criando e fortalecendo outros setores:

A trajetória dos 15 anos do “Festival de Inverno de Vale Vêneto”, ancorada em sua dimensão territorial, mas principalmente cultural, propiciou a criação de uma série de atividades econômicas novas no âmbito do distrito. Atividades constituídas não só por produtos artesanais dos mais diversos tipos, desde gastronômicos até estéticos, vendidos na feira que se instala durante todo o período do evento – e que, de resto, não tem só produtos ‘típicos’, mas uma variedade muito eclética de mercadorias – mas também por empreendimentos de hospedagem, balneários, bares e restaurante etc. (FROEHLICH, 2002, p.127).

É importante destacar que Froehlich (2002, p.134) problematiza essa questão do “resgate” da “cultura tradicional”. Para o autor, a forma com que essa cultura é idealizada na apresentação dessas festas muitas vezes funciona como um “simulacro”



ou uma “espetacularização da realidade”. O modo de vida descrito através dessas festas já foi, muitas vezes, abandonado pelos moradores de Vale Vêneto ou, pelo menos, há uma luta para abandoná-lo. O paradoxo criado por essa “espetacularização” da cultura e do cotidiano local acabou por criar uma versão “museificada” da realidade.

A dicotomia rural-urbano está fundamentada na ideia do rural agrícola, afinal, o rural da agricultura seria o oposto do urbano industrializado. O autor questiona essa dualidade a partir da ideia que o rural hoje está em processo de transformação onde se estabelecem novas funções para esses espaços:

(..) pensamos que denominar multifuncionalidade do rural ao amplo processo de transformações que dizem respeito aos diferentes usos e funções que o espaço rural vem assumindo contemporaneamente é mais adequado do que o termo multifuncionalidade da agricultura noção já bastantedifundida no âmbito da comunidade européia” (Froehlich, 2002, p.99)

O autor considera que as preocupações ambientais e o turismo constituem uma das principais matrizes de sentidos para o rural e a oposição rural-urbano esvazia-se de sentido. Hoje, com o crescimento de outros setores de atividades como o lazer, turismo, residência, serviços e parques ecológicos, os sentidos para o rural vão além da agricultura (FROEHLICH, 2002, p.201). Assim, segundo o autor, a tentativa não é de redefinir os limites entre rural e urbano e, sim, de ver a diversidade de configurações dos espaços sociais em suas singularidades (FROEHLICH, 2002, p.202). No trecho abaixo, o autor faz um pequeno resumo de como relaciona a questão do rural à natureza e como se dá o processo chamado pelo autor de ressemantização do rural:

A noção de “crise” e as preocupações ambientais de nossa época – que remetem a problemática da natureza –, conjuntamente com as diversas manifestações características da lógica cultural contemporânea, têm perpassado o rural na atualidade, trazendo para este espaço uma série de transformações multidimensionais, muitas das quais apresentadas e analisadas anteriormente. Através deste mesmo movimento, o rural vem sendo também ressemantizado, tomando atualmente novos e heterogêneos sentidos, que se vinculam às demandas pela multifuncionalidade de seu espaço. (FROEHLICH, 2002, p.135)

As maiores contribuições da tese para o debate sobre a compreensão da noção de rural gira em torno da discussão em torno da ressemantização do rural, que tem como principal característica a associação do rural com a natureza, e da forma como o autor percebe os espaços rurais a partir da noção de “novas ruralidades”. Cabe destacar que essa associação com a natureza é uma representação social do rural idílico, ligado ao prazer e ao lazer, própria dos cidadãos que visitam a região e explorada pelos locais. Cabe lembrar, também, que o autor usa como lente para a análise a noção de “novas ruralidades”, noção essa que Froelich (2002) fundamenta em Carneiro (2008),

Wanderley (1997) e De Paula (1999). Assim, acredita que os processos de transformação dos espaços rurais criam representações de rural que absorvem tanto elementos do modo de vida urbano como do modo de vida rural. Convém ainda lembrar que essas representações são heterogêneas.

### **3.1.2 Dinâmicas rurais contemporâneas e configurações sociais de gênero**

A tese *Dinâmicas rurais contemporâneas e configurações sociais de gênero*, de Ariane da Silva Favareto, tem como objetivo perceber como é a vida social das mulheres que vivem nos espaços rurais hoje e como elas são afetadas pelas novas dinâmicas da ruralidade. O universo da pesquisa é o município de Cunha, localizado no Vale do Paraíba, estado de São Paulo. Favareto (2019) faz uma “análise da trajetória de vida de algumas mulheres que trabalham em atividades ligadas ao turismo, à agroecologia e à pecuária. A autora recorre a entrevistas semiestruturadas, bem como da observação participante”.

No contexto das dinâmicas rurais contemporâneas podem estar sendo geradas condições em que as interdependências se alteram, gerando fissuras e possibilidades em relação ao arranjo posto anteriormente, o que poderá influenciar as representações, identidades e a posição das mulheres na sociedade. Considerando estes aspectos questionamos se as recentes transformações da ruralidade alteram as configurações sociais de gênero. Em caso afirmativo, interessa-nos investigar de que forma as mulheres são afetadas e se essas mudanças são capazes de incidir em sua posição e condição social. (FAVARETO, 2019, p.26)

A autora parte da hipótese de que as novas dinâmicas rurais geram novas possibilidades para as mulheres, que antes tinham a atividade agropecuária como quase exclusiva. Porém, essas oportunidades são desiguais e não se apresentam de forma homogênea para todas as mulheres rurais (FAVARETO, 2002, p.26). Foram realizadas entrevistas com as mulheres rurais de Cunha a fim de entender os seguintes aspectos: vida cotidiana; origem familiar; escolarização; trabalho/renda; percepção sobre mudanças; e participação social. A História do município de Cunha é marcada pelo caminho do ouro, que vinha de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, período de destaque econômico para a região. Durante o ciclo do café, contudo, Cunha, apesar de estar no Vale do Paraíba, não aproveitou muito essa localização devido à altitude do município e à possibilidade de geada, o que dificultou a produção de café e gerou certo isolamento da cidade (FAVARETO, 2019, p.33).

Para discutir a definição de rural, a autora retoma a questão das transformações econômicas nos espaços rurais, e ressalta que o aumento do setor de serviços nos espaços rurais introduz novos atores sociais nesses espaços. Esses novos atores são

responsáveis por criar novas representações de rural.

Para entender essas novas representações, ela retoma o debate feito por Carneiro (2008), seguindo uma linha teórica considerando a noção de rural uma construção simbólica à qual diferentes grupos sociais podem atribuir diferentes significados. Favareto (2019) também afirma, concordando outra vez com Carneiro (2008), que a noção de rural não pode ser considerada uma categoria analítica, justamente por ser fruto de representações, mas vai adotar a noção de **modo de vida** para compreender os processos históricos que criam representações e identidades das populações rurais. Essas representações estão ligadas à forma de organização da vida social, reunindo aspectos simbólicos e materiais. (FAVARETO, 2019, p.45). A autora faz uma relação entre a noção de ruralidade e o conceito de modo de vida, explicitando que, para ela, o conceito de modo de vida é uma chave analítica da noção de ruralidade e, por isso, guiará sua análise em relação aos espaços rurais a partir desses dois conceitos. No trecho abaixo, a autora explica a relação que faz entre a noção de ruralidade e a categoria modo de vida:

Partindo da noção de ruralidade, na qual a categoria modo de vida representa uma chave analítica, explicitamos os elementos que organizam e dão sentido para determinadas formas de representação e valores que foram apresentados materializados em aspectos referentes: a estrutura fundiária, o movimento migratório de pessoas que viveram em grandes cidades, as relações de vizinhança e parentesco que revelam a importância do bairro como lócus de sociabilidade, a religiosidade que orienta práticas e valores, a realização de mutirões como ajuda mútua e os aspectos da culinária e da música. (Favareto, 2019, p.85)

A percepção do rural idílico é apontada pela autora como uma matriz de ressignificação do rural. Favareto (2019) ressalta que existe uma ideia de integração entre sociedade e natureza, e de localidade pacífica que atraem pessoas vindas principalmente das áreas consideradas urbanas para Cunha. Assim como Froehlich (2002), Favareto (2019) também se dedica a entender o papel das festas que acontecem na sua área de estudo como fonte para identificar as representações sociais sobre os espaços rurais. Duas festividades são analisadas pela autora: Festa do Divino e Festa do Pinhão. A Festa do Divino envolve praticamente toda a comunidade. A bandeira do Divino, símbolo da festa, por exemplo, passa por todas as propriedades rurais que fazem parte da festa e que desejam recebê-la; o encerramento da festa é realizado na igreja (FAVARETO, 2019, p. 57). É possível perceber uma relação entre a cultura local, a Igreja e a festividade. A segunda festividade trabalhada pela autora é a Festa do Pinhão, que, assim, como a Festa do Divino e as outras festas trabalhadas na tese de Froehlich, tem em sua apresentação um apelo ao modo de vida rural, mesmo que seja um modo de

vida criado a partir da visão das pessoas da cidade.

Figura 03 – Logomarca utilizada para o turismo em Cunha



Fonte: Favareto, 2019

A figura acima representa, de certa forma, uma identidade para o município. Essa identidade está associada à paisagem natural, destacando, assim, o rural como natureza. Na imagem também podemos perceber que a questão do modo de vida da população rural de Cunha também marca presença. É possível ver em meio à paisagem uma alusão a uma das principais atividades econômicas de Cunha, a produção de cerâmica. Todos esses elementos da identidade de Cunha são explorados como atração turística (FAVARETO, 2019, p.67).

Outra dimensão analisada é a agroecologia, que vem sendo desenvolvida de forma gradual em Cunha. Esse aumento é responsável pela valorização de saberes e apresenta novas possibilidades produtivas e de emprego. “Se por um lado o debate sobre natureza e desenvolvimento contribuiu para que a atividade turística fosse explorada como consumo em áreas rurais, por outro viés, incentivou a diversificação de práticas produtivas” (FAVARETO, 2019, p.74). O setor de serviços vem sendo ampliado com as crescentes atividades voltadas à exploração turística nas últimas décadas. Esse crescimento causa desde o aumento de possibilidades de emprego a problemas como a especulação imobiliária. As mudanças nos espaços rurais apresentadas por Favareto (2019) apresentam prós e contras para as mulheres e para os moradores de Cunha. Um dos contras é que ultimamente tem crescido a compra de

terras por “forasteiros”, que leva à valorização das terras. (FAVARETO, 2019, p. 59). Entre os prós podemos citar o aumento das possibilidades de trabalho para as mulheres e para os moradores do espaço rural do local, gerado, principalmente, pela multifuncionalidade da agricultura. Outro ponto que pode ser considerado uma vantagem foi o aumento da interação social entre as pessoas que vivem na área urbana e as que vivem na área rural de Cunha, aumentando, inclusive, a interação da cidade com os municípios vizinhos (FAVARETO, 2019, p. 59). Na região de Cunha é possível notar um crescimento das chácaras de lazer ou para moradia, o que acompanha um processo de venda de pequenas e médias propriedades rurais que antes eram destinadas à agricultura. Dessa forma, percebe-se uma mudança na dinâmica local (FAVARETO, 2019, p. 59). Esse movimento está diretamente relacionado ao turismo no rural, setor que atualmente está em grande ascensão nos espaços rurais, e confirma a ideia de multifuncionalidade, presente de forma recorrente em praticamente todas as teses que fazem parte do universo empírico da pesquisa.

A autora observa que para se compreender como a dimensão de gênero está associada ao rural em Cunha, é preciso discutir o tema “produção *versus* reprodução” (FAVARETO, 2019, p.216). No universo da agricultura familiar, há dificuldade em se entender o que são tarefas voltadas à produção e à reprodução, algo que está relacionado intimamente ao modo de vida rural (FAVARETO, 2019, p.217). Dessa forma, há desvalorização do trabalho que não é considerado de produção e que, geralmente, é feito por mulheres. É importante destacar que apesar de perceber essa característica da desvalorização do trabalho ligado à reprodução exercido em geral pelas mulheres nos espaços rurais, Favareto (2019) afirma “que as dinâmicas rurais contemporâneas geram novas possibilidades de inserção para as mulheres”. Porém, tais oportunidades não são para todas, e se distribuem de forma desigual (FAVARETO, 2019, p.218). Uma dessas possibilidades, anteriormente citada, é a agroecologia que, além de introduzir novas possibilidades, consegue inserir na produção antigas atividades que antes eram realizadas pelas mulheres e consideradas atividades de reprodução que não eram remuneradas e hoje são.

### **3.1.3. Ruralidades e urbanidades: Juventudes rurais e permanências no extremo oeste de Santa Catarina**

A pesquisa de Rodrigo Kummer (2019), com o título *Juventudes rurais e permanências: ruralidades e urbanidades representadas no extremo oeste de Santa Catarina*, tem como objetivo compreender como a construção de representações sociais

sobre a ruralidade e a urbanidade interfere nos processos de permanência dos jovens nos espaços rurais. A pesquisa baseou-se na coleta de dados por questionários, entrevistas, e observação etnográfica. No trecho abaixo, o autor descreve de forma sucinta como pensou tais entrevistas:

As entrevistas ocorreram no ano de 2017 (2) e 2018 (35). A dinâmica dessa coleta foi conversar, principalmente, com jovens que manifestavam, previamente, um desejo e uma perspectiva de permanência. Com isso, buscou-se compreender as motivações, justificativas e representações desses sujeitos sociais quanto ao comportamento de ficar. (KUMMER, 2019, p. 189).

O autor vai afirmar posição de concordância com Mormont em relação ao uso do termo ruralidades e o papel de desvendar e dar importância a outros sentidos e atores que as teorias da Sociologia Rural clássica não dão conta.

Concorda-se com Mormont (1989) no que tange a considerar o papel da ruralidade como uma proposição de sentido e de diferenciação mental, em relação a qual os atores evocam elementos e dão mais ou menos prevalência em relação a critérios que a teoria sociológica, por exemplo, tentar quantificar e equalizar. Segundo o autor, são essas predisposições que estabelecem as variáveis de um rural naturalizado, com relações sociais de maior proximidade, que resguardam elementos do passado, como uma reserva técnica de conteúdo nostálgico, onde a vida é mais autêntica. (KUMMER, 2019, p.143)

Martins (1981) aborda a relação entre o surgimento da Sociologia Rural e as ambiguidades da própria Sociologia. Kummer (2019) recorre a Martins (1981) para problematizar a questão da definição do rural e da dualidade. O autor observa que é necessário pensar além da dualidade, como expõem no trecho a seguir: “Se o objetivo da pesquisa é não fortalecer a dicotomia, a pesquisa precisa ser integrada, ou melhor, geral, desconsiderando variáveis a priori e abordando as variáveis produzidas pelos atores sociais” (KUMMER, 2019, p.137). O autor também considera a dualidade rural e urbana insuficiente para contemplar a diversidade e complexidade atual dos espaços rurais. Kummer (2019) concorda com Carneiro (2008) em afirmar que a noção de rural é uma construção simbólica e que devemos tratar essa noção como categoria operatória, e não como categoria analítica. Assim, vai interpretar os dados de sua pesquisa com o objetivo de perceber como essas representações vão influenciar no processo de permanência das juventudes rurais no campo. O autor questiona a validade da ambiguidade rural-urbano e destaca que em seu trabalho irá pensar as noções de rural e urbano como representações sociais.

Pode-se dizer, então, que as qualidades rurais são as carências urbanas? Isso reforça o caráter residual e pejorativo das regiões ditas não-urbanas. As classificações se baseiam em critérios. Esses, com maior ou menor

especificidade, podem ou não encontrar ressonância na realidade. Dados à parte, eles subsidiam a construção de um imaginário de diferenciações. Nesta pesquisa, essas noções serão tratadas por representações sociais. Considera-se importante verificar as especificidades (não perdê-las de vista), mas não universalizá-las como um princípio unificador. (KUMMER, 2019, p.128)

A teoria das representações sociais tem bastante destaque na tese de Kummer. O autor dedica parte de sua pesquisa a entender as identidades criadas pelos jovens rurais. Kummer (2019) relaciona as representações criadas por essas identidades com o modo de vida rural. Para o autor, “trata-se de uma identificação como o modo de vida e com as expressões culturais notadamente vinculadas com a realidade de vida camponesa” (KUMMER, 2019, p. 144). Kummer (2019) vai chamar tais representações de “realidade socialmente construída”, tendo como referência Berger e Luckmann (1985):

Busca-se compreender um processo de tomada de decisões que envolvem um conjunto de atores específicos, numa temporalidade e num espaço delimitados. Busca-se, porém, problematizar esse processo numa perspectiva não determinista e unívoca, mas como resultado de um complexo arranjo de experiências sociais. (KUMMER, 2019, p.232)

Kummer (2019) destaca que as representações sociais não são uma verdade oculta e nem a verdade absoluta, porém, os elementos subjetivos que geralmente são deixados em segundo plano ou negligenciados nas Ciências Sociais podem adicionar outras dimensões de interpretação da realidade e outras perspectivas de análises (KUMMER, 2019, p. 234). A permanência ou saída dos espaços rurais é marcada por uma complexidade que requer atenção para se entender tal movimento. Essa escolha envolve questões subjetivas e critérios múltiplos por parte da juventude rural. Portanto, tentar perceber essa subjetividade de forma mais ampla cria um grande desafio metodológico. Renda, nível de escolaridade e gênero são temas fundamentais nessas decisões, porém, o peso dessas variáveis muda em cada caso (KUMMER, 2019, p.191). No trecho abaixo, Kummer (2019) aponta algumas dessas diferenças:

Se analisadas apenas as respostas dos rapazes – não necessariamente estudantes – vê-se um desejo de permanência na ordem de 85%, contra um número menor entre os estudantes 47%. No caso feminino, essa diferença também é clara. Entre as jovens não necessariamente estudantes, a pretensão de permanência é de 74%, já as estudantes somam apenas 26%. As que não pretendem somam 37% e indecisas também 37%. As razões para essa diferença interpõem a organização de projetos de vida já mais maduros entre os jovens que concluíram o Ensino Médio ou já ingressaram no Ensino Superior e aqueles que ainda estão no nível secundarista. (KUMMER, 2019, p.203)

A questão da renda é um fator decisivo para a permanência dos jovens nos

espaços rurais, porém não é o único:

(...) ter renda é fundamental, mas não é o suficiente para convencer um jovem ou qualquer indivíduo a ficar num dado local. Essa variável questiona o discurso de que garantir renda é a resposta simples para que haja permanência de jovens no campo. Não há – nem deve haver – garantias. Há um conjunto de fatores que podem ser articulados no sentido de dar oportunidade para que aqueles que desejam ficar, fiquem. (KUMMER, 2019, p.207)

A questão do trabalho agrícola, bem como o modo de vida relacionado a essas atividades consideradas tipicamente rurais, aparece de forma contraditória nas falas dos jovens rurais. Muitos consideram uma fragilidade esse tipo de trabalho (agrícola) por geralmente não ter direitos trabalhistas, outros consideram boa essa forma de trabalho por não ter patrão e ter, por exemplo, um horário mais dinâmico, podendo ser adaptado conforme suas necessidades (KUMMER, 2019, p.209). Kummer (2019) afirma que, para os jovens, a principal diferença entre o meio urbano e o rural está relacionado ao tipo de trabalho associado a cada modo de vida. Podemos observar que as falas dos jovens rurais sobre o trabalho refletem representações criadas pelos mesmos do que é rural ou urbano, ou seja, para os jovens, o trabalho urbano oferece mais garantias de direitos enquanto o trabalho rural é um trabalho mais flexível e com menos direitos. Kummer (2019) fala de como a pluriatividade aumenta a interação entre as pessoas que vivem nos espaços rurais e nos espaços urbanos. Ao analisar as representações sociais das juventudes rurais do extremo oeste de Santa Catarina, o autor observa que a questão do trabalho está diretamente ligada a essas representações. No trecho abaixo, o autor fala da percepção de um jovem entrevistado de 23 anos em que o jovem, inclusive, ressalta que a cidade é um local apenas para o trabalho e que o espaço rural é visto como “sua casa”:

“Embora circule pela cidade, não enxerga nela um local de moradia capaz de promover qualidade de vida. Pessoalmente, manifesta uma recusa incondicional em morar no meio urbano. É um espaço de transitoriedade, não de permanência. Essa manifestação, comum entre outros jovens, remete a uma valorização afetiva. O espaço rural é também o espaço de sua casa, do convívio familiar, de um ambiente que conhece desde muito cedo e representa segurança.” (KUMMER, 2019, p.299)

A pluriatividade cria maior possibilidade de permanência dos jovens nos espaços rurais, “além de potencializar as relações sociais e interações entre os jovens. Mais jovens nas comunidades é um sinônimo de redes sociais ampliadas e opções de lazer mais corriqueiras e longevas”.

Dessa forma, esses jovens constroem e reconstroem suas práticas e representações face aos valores e mecanismos sociais interpostos pela cultura local e pelos anseios globais. Disso decorre essa transversalidade da ruralidade e da urbanidade que encontra um limite nas situações cotidianas



mais marcantes, ou melhor, nas relações de trabalho. Nessa conjuntura, é possível identificar aqueles que buscam uma dupla inserção trabalhista, ou melhor, se tornam pluriativos. (KUMMER, 2019, p.225)

A multifuncionalidade, característica presente hoje na agricultura, também é relacionada à permanência dos jovens nos espaços rurais pelo autor. Portanto o autor questiona a ideia de desaparecimento do rural:

Eles formam um grupo que contradiz expectativas, tais como a do fim do rural, mas questionam um rural geracionalmente datado, tido como antiquado, atrasado. São os novos agricultores e vão além dessa atividade, pluriativos e conectados que estão. Nessa acepção estão vinculados às dinâmicas de produção de alimentos, uma das mais importantes atividades a que está inserida à multifuncional agricultura familiar (KUMMER, 2019, p.98)

A maior contribuição da tese Kummer (2019) para o debate que vem sendo proposto nesta pesquisa é em relação à questão das representações sociais. O autor dá grande destaque para a temática, fazendo um histórico do uso da ideia de representações sociais, onde traz para o debate a ideia de construção social da realidade. Essas representações são ponto de partida para a abordagem do autor, o que demonstra que sua definição de rural está fundamentada nesses atores. Podemos citar como essas representações, por exemplo, fazem parte das percepções dos jovens que enxergam a cidade como local de trabalho e o espaço rural como lugar de descanso ou como seu lar. Elas estão relacionadas diretamente com a decisão dos jovens de permanecer ou não nos espaços rurais. A pluriatividade e a multifuncionalidade foram apresentadas por Kummer (2019) como alternativas para esses jovens permanecerem no rural.

### **3.1.4 Ruralidades na região metropolitana de Belo Horizonte: um olhar à luz de Janus**

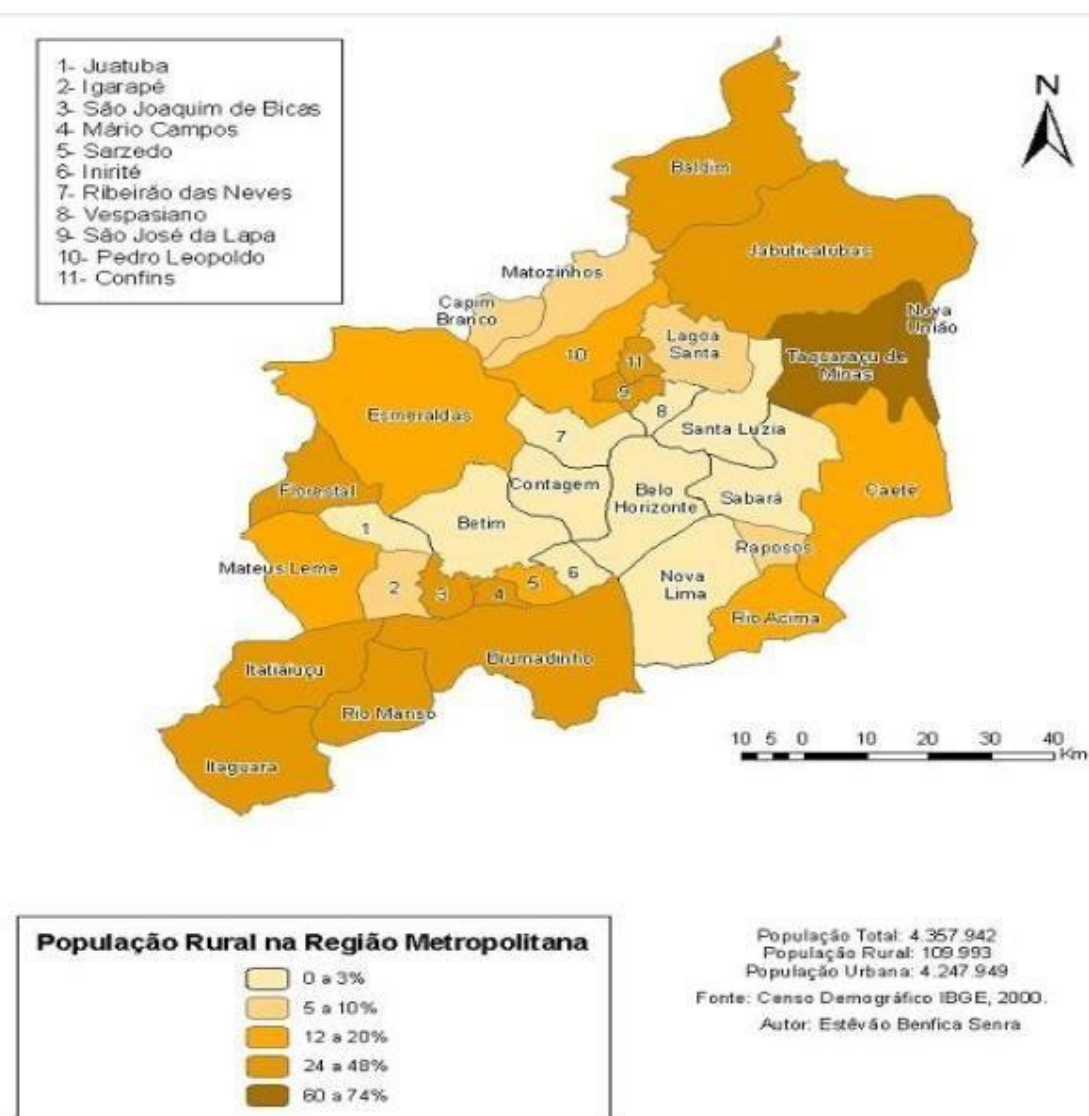
Na tese *Ruralidades na região metropolitana de Belo Horizonte: um olhar à luz de Janus*, Dione Melo da Silva faz uma análise das representações do rural na região metropolitana de Belo Horizonte. Silva (2014) observa as ruralidades contemporâneas a partir da sua complexidade, porém, pensando principalmente como a dinâmica metropolitana está relacionada com a construção dessas novas ruralidades, no trecho abaixo a autora deixa claro essa intenção:

Pautando-me por contribuir na construção de um conhecimento menos homogeneizador da realidade, invisto no estudo das imbricações entre campo e cidade em uma perspectiva complexa, demarcando conexões e simultaneidades nesta relação. Deste modo, assumo a intenção de identificar, descrever e analisar como as ruralidades se manifestam sob os feixes dinâmicos e tentaculares do fenômeno metropolitano tendo como

recorte empírico a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).  
(SILVA, 2014, p. 17)

Para a autora, Campo e cidade são representações sociais historicamente construídas; dessa forma, ela faz uma relação entre as representações sociais e a noção de “novas ruralidades”, pois essas ruralidades são construídas justamente a partir de representações sociais. Silva (2014) destaca alguns pontos que fazem os espaços rurais metropolitanos serem, de certa forma, esquecidos ou deixados de lado nos estudos urbanos. Primeiro porque esses espaços geralmente são considerados espaços fadados ao desaparecimento e, segundo, porque, muitas vezes, as atividades tipicamente rurais parecem ser invisíveis aos olhos dos estudiosos das cidades. Apesar a falta de estudos sobre os espaços rurais nas regiões metropolitanas, o autor cita alguns trabalhos que indicam que essa invisibilidade vem se desfazendo e esses estudos estão ganhando cada vez mais importância (SILVA, 2014, p.80). Silva (2014) aponta, a partir da ideia acima, para um apagamento dos espaços rurais nos estudos urbanos. A autora questiona se realmente a região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) é tão urbana quanto nos é colocado por parte do senso comum e de estudiosos. No trecho a seguir, a autora problematiza essa questão: “Grande parte dos 34 municípios que fazem parte da RMBH são essencialmente rurais, não entraram na dinâmica urbana e, muito menos, na metropolitana” (SILVA, 2014, p. 82). Podemos observar que essa afirmação está baseada nos critérios clássicos de definição de rural e urbano definidos por Sorokin *et al.* Para exemplificar essa questão do rural na RM, o autor apresenta o mapa da RMBH abaixo:

Figura 04: Mapa da População rural na RMBH. Dados estratificados. IBGE, censo demográfico 2000; Cadastro do Incra para MG (2007).



Fonte: Silva, 2014

Silva (2014) destaca, ainda, que a presença massiva de indústrias na RMBH pode ser uma das causas desse apagamento da ruralidade (Silva, 2014, p. 86). Ela aponta o crescimento de atividades rurais não agrícolas em sua área de estudo, confirmando a presença da pluriatividade, o que já foi visto em outras teses que fazem parte do universo dessa pesquisa:

(...) artesanato, pesque-pague, produção de queijo, requeijão, farinha de mandioca, a presença de restaurantes com temática “caipira” e a prática de atividades rurais não-agrícolas dão a tônica do que está sendo caracterizado como novo rural (GRAZIANO DA SILVA, 1997). Aliado a ele, nos deparamos também com os condomínios luxuosos para a população de alta renda, que, em busca de maior qualidade de vida e maior contato com a “natureza”. (SILVA, 2014, p. 91)

A expansão dessas atividades tem proliferado o surgimento de *campings*, hotéis,

fazendas e balneários, “consolidando a expansão do capitalismo de serviços e a apropriação da natureza” (SILVA, 2014, p. 93). As “novas ruralidades” aparecem como conceito central na tese de Silva. No trecho a seguir, a autora faz uma breve definição de ruralidades:

(...) elas expressam tensionamentos, discursos e dinâmicas advindos de um capitalismo contemporâneo, onde sobressaem relações das mais diversas com a natureza, concretizadas em diferentes formas de apropriação do território. A ideia fundante da ruralidade como processo dinâmico e interativo entre diferentes atores sociais impõe o diálogo entre campo e cidade em outro patamar. (SILVA, 2014, p.150)

A análise da autora tem como alicerce as três categorias operativas baseadas na ideia das “novas ruralidades”. São elas: a ruralidade instrumental, a hedonista e a amordaçada. A primeira delas é a Ruralidade Instrumental:

Concebo esta categoria como aquela incorporada por municípios, pequenas mineradoras, grandes corporações minerárias, produtores rurais, instituições governamentais de intervenção e planejamento, imobiliárias e empresas prestadoras de serviços recreativos e turísticos, dentre outros. Nesta ruralidade, a natureza é entendida como parte de todas as coisas economicamente utilizáveis, fundamento próprio da modernização capitalista, submetida por olhares econômicos, estratégicos e intervencionistas. (SILVA, 2014, p.47)

Para exemplificar essa ruralidade, a autora cita o exemplo dos horticultores de Ibirité. O processo de produção desses horticultores é acompanhado por instituições como Emater, Instituto Mineiro de Agricultura, prefeitura, e por agências financiadoras. Além dessas instituições, existem também os agentes de assistência técnica e extensão rural, assim, “o sucesso da atividade produtiva é medido pela quantidade produzida e pela obtenção de níveis de renda compatíveis com os valores investidos, ou seja, o reconhecimento destes atores se dá por sua participação direta no processo produtivo” (SILVA, 2014, p. 150). A autora destaca, também, que esse tipo de produção está relacionado a alguns problemas sociais e ambientais como, por exemplo, a contratação de mulheres sem direitos trabalhistas, o uso indiscriminado de agrotóxicos e o aumento da especulação imobiliária (SILVA, 2014, p. 151).

A segunda categoria operatória trabalhada é a Ruralidade Hedonista:

(...) acionada por entidades ambientalistas, aposentados e outros novos habitantes do campo, visitantes ocasionais, turistas e prestadores de serviços recreativos e turísticos, citando alguns. Estes atores vivenciam a ruralidade como contra imagem do urbano, uma percepção do rural como um modo de vida alternativo e ambientalmente “sustentável”, em que se busca o amparo e a proteção na natureza para eliminar as agruras da vida na cidade ou metrópole. (SILVA, 2014, p.48)

Esse tipo de ruralidade está relacionado à natureza como fonte de prazer; ou com

o contato com a natureza geralmente procurada pelos novos moradores do campo; ou os visitantes temporários. O exemplo usado para explicar essa ruralidade foi o condomínio construído no município de Nova Lima, habitado, principalmente, por pessoas de classe média e classe média alta, atraídas pelas amenidades do rural (SILVA, 2014, p.154). Abaixo, vê-se o cartaz de um condomínio construído no município de Jaboticatubas, no qual pode-se notar o apelo à imagem do rural associado com a natureza e como lugar de tranquilidade e descanso.

Figura 05: Propaganda do empreendimento Recanto das Araras, em Jaboticatubas.



Fonte: Silva, 2014

Como destaca Silva (2014), essa ruralidade exprime uma mudança nos espaços rurais. Os espaços que até o momento tinham como função a agricultura passaram a ter novas funções atribuídas, como a industrial e a residencial. A ruralidade hedonista, ao mesmo tempo em que se coloca pela valorização do rural, traz, na sua origem processos contraditórios, como a expansão imobiliária (SILVA, 2014, p. 156).

A terceira categoria operatória é a Ruralidade Amordaçada, que o autor define como:

aquela ruralidade inerente às famílias habitantes do campo e das periferias metropolitanas, caracterizadas por sua condição de vulnerabilidade socioeconômica. Essa ruralidade é protagonizada, no campo, principalmente por famílias com capacidade econômica reduzida, sem capacidade para ampliar ou mesmo manter suas áreas. (SILVA, 2014, p. 49)

Na análise da autora, essa ruralidade está muito associada à questão agrária e à

disputa de terras e aos conflitos por terra no campo. Como exemplo dessa disputa e da presença da luta por terra na sua área de estudo, ele apresenta dois assentamentos frutos de reforma agrária presentes no município de Betim:

“Dom Orione, o mais antigo da RMBH, criado em 28 de novembro de 1997, e o Serra Negra, criado em dezembro de 1999. Vivem no primeiro cerca de 40 famílias, em 212, 95 hectares; no segundo 26, em uma área de 247 hectares. A origem de ambos está vinculada aos movimentos sociais de reforma urbana.” (SILVA, 2014, p. 158)

Silva (2014), em sua tese, dá centralidade à noção de “novas ruralidades”, desdobrando a ideia de ruralidade em três tipos diferentes e usando-as como chave analítica. Na conclusão desse capítulo, esse tema será retomado. O objetivo é analisar como a ideia de “novas ruralidades” contribuiu e influenciou na interpretação dos dados e da realidade nas teses lidas aqui e perceber como essas teses apontam contribuições para o uso dessa noção e para o debate a partir da ótica das Ciências Sociais.

### **3.2. Análise das teses: a noção de rural nas teses do programa do CPDA/UFRRJ**

Neste capítulo foram feitas as apresentações das teses de Ciências Sociais do CPDA/UFRRJ tentando perceber como a noção de rural é construída pelos autores e como eles são operacionalizados. Agora será feita uma síntese das abordagens encontradas a fim de perceber qual a contribuição das teses selecionadas ao debate. Como feito no capítulo anterior, primeiro destacaremos alguns pontos mais gerais percebidos nas análises. Depois será feita uma análise mais aprofundada, por assunto. Serão eles: Representações sociais, Multifuncionalidade e Pluriatividade. As teses do Programa do CPDA também apresentam muitas semelhanças entre si. A primeira delas é a crítica a dualidade rural-urbano por considerarem tal par limitado para fazer análises nos espaços rurais hoje. O tema do turismo rural apareceu nas quatro teses apresentadas acima confirmando a importância do tema para se entender os espaços rurais hoje. A multifuncionalidade e a pluriatividade aparecem associadas ao turismo e as mudanças econômicas em curso nos espaços rurais. Destaca-se também a recorrência do uso da noção de representações sociais que apareceram e ganharam bastante destaque em todas as teses de Ciências Sociais. Ainda discutindo representações, os conceitos de “novas ruralidades” e “modo de vida” foram conceitos que interferiram na metodologia dos autores e à definição da noção de rural dos autores do CPDA.

### 3.2.1 Multifuncionalidade e pluriatividade

As noções de multifuncionalidade e pluriatividade foram temas que apareceram em todas as teses que fazem parte do universo empírico desta dissertação. Como já destacado no Capítulo 2, essa recorrência se dá principalmente devido ao recorte temporal do *corpus* de pesquisa, já que essa é uma característica dos espaços rurais hoje. Apesar da dimensão multifuncional da agricultura ter sido citada em todas as teses de Ciências Sociais, nem todas definiram o conceito de multifuncionalidade ou nomearam essa dimensão como multifuncionalidade.

Na tese de Froehlich (2002) o autor define multifuncionalidade como uma característica relacionada aos diferentes usos e funções que os espaços rurais vêm assumindo atualmente. Kummer (2019) vai trabalhar a maneira como as novas possibilidades geradas pela multifuncionalidade da agricultura podem influenciar a escolha dos jovens de permanecer no meio rural. Kumer (2019) define o conceito de multifuncionalidade vinculado às novas dinâmicas de produção de alimentos. Favareto (2019) demonstrou como a agricultura no município de Cunha está relacionada ao turismo e a agroecologia apontando para essas novas funções. A principal atividade que se apresenta nas quatro teses nesse contexto é o turismo rural, que é um assunto importante de pensar para se entender as novas dinâmicas do “novo rural”.

A pluriatividade, muitas vezes, aparece relacionada ao conceito de multifuncionalidade da agricultura, principalmente quando se desenvolvem análises a partir do turismo rural (hotelaria, artesanato, guias turísticos etc.), responsável por novas possibilidades de trabalho nos espaços rurais. Silva (2014) aponta que o “novo rural” ou as “novas ruralidades” estão pautadas em atividades rurais não-agrícolas, como o artesanato, o pesque-pague, e restaurantes com temática “caipira”. Ao mesmo tempo em que a pluriatividade é avaliada positivamente pelos atores locais por estar relacionada ao aumento de possibilidade de empregos, como apontam as teses de Favareto (2019) e Froehlich (2002), foi também associada à questão da especulação imobiliária e da compra de terras de agricultores para transformá-las em pousadas ou condomínios de luxo. As questões da diversificação e do aumento da oferta de empregos, apresentadas por Favareto (2019) em relação ao município de Cunha em São Paulo, também são apontadas por Kummer (2019) que ressalta, igualmente, como ponto positivo ao tratar dos temas que incentivam os jovens a se manter nos espaços rurais.

. Assim como observado no Capítulo 2, a multifuncionalidade assume função de reprodução social das famílias rurais, criando, assim, possibilidades de permanência das pessoas nos espaços rurais. Interessante observar que essas características desse rural que hoje apresenta uma diversidade de atividades decorrentes da multifuncionalidade e da pluriatividade foram identificadas por autores tanto na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Santa Maria no Rio Grande do Sul e em Cunha, São Paulo, mostrando uma tendência já identificada por autores apresentados no primeiro capítulo, que se mantém nos âmbitos locais das regiões Sul e Sudeste, demonstrados pelas pesquisas acima.

### **3.2.2 As Representações Sociais**

As “representações sociais” foi um tema que atravessou as quatro teses apresentadas neste capítulo. É interessante observar que todas elas utilizaram como metodologia a entrevista, ferramenta que possibilita observarem as representações sociais pelos atores sociais. Apesar da recorrência da noção de “representações sociais”, apenas Kummer (2019) se dedicou a definir tal noção, os outros atores usam a noção de “representações sociais” geralmente associada à ideia de significados coletivos criados por um grupo social. Abaixo será descrito como a noção de “representações sociais” esteve presente na tese de cada autor.

Na tese de Kummer (2019), as representações de urbanidade e ruralidade são o ponto central da análise, onde o autor tenta entender como essas representações influenciam na permanência dos jovens rurais. Para isso, o autor primeiro faz um histórico do uso do conceito nas Ciências Sociais, resgatando os autores Berger e Luckmann para discutir a questão da realidade socialmente construída. Seguindo ainda a lógica das representações sociais, voltamos a Carneiro (2008) onde a autora afirma que rural é uma categoria de pensamento do mundo social baseada em representações sociais, e não uma categoria analítica. Essa afirmação guiou todas as teses de Ciências Sociais analisadas nesse capítulo, não só em relação à questão teórica de definição da noção de rural, mas também na tomada de decisões em relação à metodologia e à análise dos dados. Todos os autores, em alguma parte do seu trabalho, se dedicaram a perceber a visão dos atores sociais e discutiram a importância das representações sociais para a noção de rural.

Favareto (2019) observa que a ruralidade cria representações sociais que estão relacionadas com o modo de vida da população que vive e trabalha nos espaços rurais,



por isso, as mudanças nas atividades econômicas em Cunha afetaram as representações sociais locais e das mulheres da cidade. Representações que no passado estavam relacionadas com a pecuária e a agricultura, hoje estão sendo relacionadas com as novas atividades desenvolvidas nos espaços rurais, como o turismo e a agroecologia. Essas novas atividades que se apresentam nas áreas rurais desenvolvidas no item anterior colocam em disputa as representações sociais sobre essas áreas. Enquanto os urbanos vão à procura de um espaço rural associado à natureza e à agricultura, atividade econômica que já não representa mais a principal atividade do local, os locais observam uma mudança tanto social quanto econômica principalmente relacionada à presença dos urbanos para turismo rural e moradia.

Do ponto de vista dos habitantes das áreas rurais, ao mesmo tempo em que observam as mudanças com a possibilidade de mais empregos e a mudança da atividade principal local da agricultura para serviços, se veem obrigados a resgatar elementos que não os representam mais e a manter as atividades da agricultura para atender às expectativas dos setores econômicos relacionados ao turismo e à especulação imobiliária. Essas expectativas estão relacionadas às representações sociais que os urbanos têm do espaço rural e ao senso comum do que seria o espaço rural, ainda muito relacionado à agricultura. A necessidade de se construir uma identidade rural de modo que atenda ao imaginário do cidadão cria ressignificações para os espaços rurais, como trabalhado por De Paula (1999). Para atender essa demanda, que mistura a visão urbana sobre o rural e visões que remetem ao modo de vida rural, muitas vezes são criados simulacros da realidade.

Froehlich (2002) afirma que o rural e o urbano são representações sociais, e que são baseados em visões de mundo e valores que podem divergir e estão sujeitas a reelaborações e ressignificações diversas, de acordo com o grupo social que se apropria dessas noções. Um exemplo disso é o caso das festas desenvolvidas nas teses do autor. Elas representam um simulacro do que seria a vida rural local, com elementos que já não fazem parte da rotina dos moradores e, muitas vezes, são associados a um modo de vida que remete ao trabalho e às dificuldades da vida no campo, ou seja, do modo de vida que o agricultor não raro quer abandonar. A relação desses novos moradores com os locais também gera tensões, como relatado por Favareto (2019) no município de Cunha, quando estes são chamados de “os de fora”, “forasteiros” e “são paulinos”, marcando assim uma diferença entre os moradores rurais e esses “neo-rurais”, novos moradores que estão à procura desse rural da tranquilidade. Todas essas tensões

contribuem e são reflexos de mudanças na dinâmica dos espaços rurais, o ambiente rural que antes era relacionado à agricultura para um rural que está relacionado a serviços. Froehlich (2002) e Silva (2014) observam que a associação do rural com a natureza está relacionada com a transformação do rural em um bem de consumo, o que altera as relações, o ritmo de vida e o uso do território rural. É a expansão do capitalismo e a apropriação da natureza. Silva (2014) afirma que Campo e Cidade são representações sociais historicamente construídas; a autora faz uma relação entre as representações sociais e a noção de “novas ruralidades” para entender como as novas representações de rural influenciam as representações construídas acerca da RMBH.

Na tese de Favareto (2019), a noção de “modo de vida”, apesar de ser central, apresenta-se como um instrumental analítico associado às “novas ruralidades”. Favareto (2019) é a única que define “modo de vida” que, para ela, está ligado às representações e identidades das populações rurais que são criadas a partir de elementos materiais e simbólicos na forma de organização da vida social.

## CONCLUSÃO

No primeiro capítulo, apresentamos resumidamente o histórico das discussões sobre a noção de rural, desde a dualidade rural-urbano até as novas ruralidades, com o objetivo de observar nas teses por quais conceitos os autores são influenciados e como eles operam essa noção em suas pesquisas. Nos capítulos 2 e 3, analisaram-se as teses do programa de pós-graduação de Geografia da USP e de Ciências Sociais do CPDA, respectivamente, buscando observar as convergências e divergências teóricas na operacionalização da noção de rural. Foi possível observar aproximações e distinções entre as abordagens das teses de cada programa. Abaixo serão listados essas aproximação e os afastamentos.

Uma das principais aproximações se apresenta nas discussões sobre a superação da dualidade rural-urbano, sendo possível perceber que, dentro do universo empírico desta pesquisa, todas as teses tentaram pensar sobre esse ponto. No entanto, a dualidade pode ser observada, em alguns momentos, no uso do termo rural em algumas circunstâncias pelos autores. Isso demonstra que a abordagem dualista ainda está presente na fala dos pesquisadores e no uso do senso comum do termo, mas nenhum deles adotou essa concepção como base teórica e como metodologia de análise. Observamos, ainda, que essa dualidade muitas vezes está presente nas representações dos autores sociais, principalmente no imaginário dos urbanos, fomentado pelo turismo e pela especulação imobiliária. Ela se apresenta ao se associar o espaço rural com a natureza e o sossego, indo na direção do que foi observado por Veiga quando diz que a ideia de urbano está associada à artificialidade dos sistemas, mas também na construção de um imaginário de rural para o turismo, seja nas festas ou nas experiências turísticas, ainda associando o espaço à agricultura e à figura do agricultor. É interessante observar que as características contidas nas representações sociais das áreas rurais pelos urbanos são as mesmas que foram listadas por Sorokin *et al* ao descrever o rural na dualidade rural-urbano, como a associação com a atividade agrícola, a proximidade com a natureza e a ideia de homogeneidade cultural das populações rurais. Esses intérpretes da dualidade rural-urbano, citados acima, acabam reproduzindo as representações sociais dos atores sociais como critérios de definição dessas noções.

Outra aproximação é a base teórica usada para definir a noção de rural. Constatou-se nessa análise, dentro do *corpus* da pesquisa, que há um trânsito entre os autores de Ciências Sociais na Geografia e vice-versa, inclusive com convergências de

algumas discussões sobre a noção de rural entre esses autores. Por isso, esse trânsito entre as duas disciplinas é notado muitas vezes sem muita preocupação em explicar o motivo de se utilizar autores de duas ciências distintas. Entre os autores das Ciências Sociais que foram usados de forma recorrente pelos autores da Geografia podemos destacar Carneiro (2008) e Wanderley (2000). Entre os autores da Geografia que foram trabalhados pelos autores das teses de Ciências Sociais estão Haesbaert (1994), Santos (1990) e Harvey (1999). Destaca-se que esses autores da Geografia, apesar de não discutirem exatamente a noção de rural, foram autores usados como referência principalmente na discussão acerca dos conceitos de território, região e espaço, que serviram como ferramenta para discutir os espaços rurais.

Uma terceira aproximação está relacionada à presença dos temas da pluriatividade e da multifuncionalidade em todas as teses, porém fica nítido que a presença dessas temáticas foi notada de forma tão intensa devido ao recorte temporal feito neste trabalho (décadas de 2000 e 2010). Afinal, essas são características do novo rural, sendo um reflexo das novas funções e das novas atividades econômicas atribuídas aos espaços rurais. Essas características foram observadas no âmbito local, nas regiões Sul e Sudeste, objetos de análise das teses. Essas novas ruralidades se apresentam principalmente associadas ao turismo e a uma migração de pessoas do meio urbano para áreas rurais em busca de um contato com a natureza e um estilo de vida mais tranquilo, os chamados “neo-rurais”. A chegada desses novos moradores gerou tensões como relatado na tese de Favareto (2019), uma vez que estes têm uma visão bem diferente sobre o ambiente que os moradores tradicionais, que não os reconhecem como locais, marcando uma diferença entre eles. O fato tem tensionado a disputa pelas representações sociais sobre o rural, uma vez que, para atender uma demanda econômica e atrair turistas, há um movimento de ressignificação e valorização do rural baseados em elementos que não fazem mais parte da vida cotidiana dos moradores e já não representam mais sua principal atividade econômica. Contudo, como desenvolvido nos capítulos, essas novas atividades não geraram somente tensões nas representações sociais locais, mas também garantiram a manutenção de pessoas, inclusive jovens, nas áreas rurais, atraídos pela maior diversidade de profissões que garantem uma maior renda familiar.

As principais diferenças encontradas entre as teses de Ciências Sociais e as de Geografia estão na escolha dos conceitos e metodologias que são desenvolvidos e associados à noção de rural em suas análises. Nas teses do programa de pós-graduação

de Geografia, a noção de rural aparece associada aos conceitos de espaço e território, concentrando-se na análise sobre a questão política e econômica, observando as relações de poder sobre o território e as desigualdades, enquanto as teses do programa de Ciências Sociais dão mais atenção às representações sociais dessas novas ruralidades.

Nas teses de Geografia, o conceito de territorialização fundamentado em Haesbaert (1994) marcou a escolha metodológica das teses de Duarte (2016) e Jorge (2009). Os autores recorrem a tal conceito tanto para pensar a formação histórica de suas áreas de estudo quanto para perceberem questões territoriais envolvidas com as transformações econômicas dos espaços rurais hoje. Afinal, esses processos estão sempre ligados à questão da migração e, conseqüentemente, à questão da territorialização. A presença dos conceitos de território e de espaço na metodologia das teses de Geografia confirma a hipótese de que a noção de rural na Geografia apareceu associada aos conceitos-chave da própria ciência, observando-se assim um debate próprio da Geografia em relação à noção de rural.

Nas teses de Ciências Sociais, o conceito de representações sociais e “novas ruralidades” tiveram papel central, aparecendo tanto nas discussões que tangem a definição de rural quanto na escolha e decisões metodológicas definindo um debate próprio da Ciências Sociais em relação a noção de rural. Assim como o conceito de espaço, o conceito de território foi marcante nos trabalhos de Geografia, definindo, assim, um corpo teórico próprio da Geografia a partir de seus conceitos-chave. A discussão dentro da Sociologia Rural hoje está relacionada à ideia da emergência das novas ruralidades, recorrendo à noção de representações sociais para entendê-las. Cabe destacar que o fato dessas abordagens aparecerem de forma recorrente nas teses de Ciências Sociais também está relacionado ao recorte temporal, afinal, nas últimas décadas há uma difusão de temáticas relacionadas a novas ruralidades e, conseqüentemente, à noção de rural como representação social. Essa característica da Sociologia Rural hoje refletiu diretamente nas metodologias das teses de Ciências Sociais. Os autores procuraram observar a noção de rural através dos pontos de vista dos agentes sociais. É importante observar que muitas vezes diferentes grupos sociais possuem diferentes compreensões das noções de rural e urbano a partir do seu universo simbólico, afinal, essas definições estão sujeitas a reelaborações. Podemos citar o exemplo do conflito entre significados sobre o rural entre cidadãos e moradores dos espaços rurais, que se intensificam com a presença cada vez maior de turistas nessas regiões com o crescimento do turismo rural e do aumento do fluxo de pessoas vindo das

idades em direção aos ditos espaços rurais para estabelecer moradias, os chamados “neo-rurais”.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. *Terra Livre*. São Paulo, v. 2, n. 21, p. 25-39, ano 18, jul/dez. 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnica. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 5, n. 9, p. 5-16, fev., 2010.

CARNEIRO, Maria José. Rural como categoria de pensamento. *Ruris*, Campinas, v.2, n.1, p.9-38, mar. 2008.

CARNEIRO, Maria José, SANDRONI, Laila. O rural brasileiro na perspectiva do século XXI / organizado por Sergio Pereira Leite, Regina Bruno. - Rio de Janeiro, RJ : Garamond, 2019.

DE PAULA, S. G. Quando o campo se torna uma experiência urbana: o caso do estilo de vida country no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 17, outubro de 2001: 33-53.

FAVARETO, Arilson da Silva. A longa evolução da relação rural-urbano. *Ruris*, vol.1, no. 1, PP 157-190. 2007.

HALFACREE, K. Locality and social representations. *Journal of Rural Studies*, Reino Unido. Vol. 9, No. 1, pp. 23-37, 1993.

HARVEY, David. (2005). A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume.

HASBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade. Porto Alegre. 2004.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Editora UFMG, 1999. 3ªed. 2008.

MALUF, Renato S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. p. 135-152. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. MAUAD, 2003.

MARQUES, M. I. M. Geografia agrária crítica: um pouco de história. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 22, n. 3, p. 504-514, dez. 2018. ISSN 2179-0892.

\_\_, Marta I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, n.19, p. 95-112. 2002.

MARTINS, José de Souza. As coisas no lugar. (\*) (Da ambiguidade á dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo)”.In: MARTINS, J. S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*, 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MILLS, Wright. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro, Zahar, 102

2009.

MOREIRA, Ruy. Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográfica. São Paulo: Contexto, 2012.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e globalizações ensaiando uma interpretação. In Moreira, Roberto José. (org.). Identidades sociais. Ruralidades no Brasil contemporâneo. R.J. DP&A, 2005.

MORMONT, M. Who is rural ? Or, how to be rural. Towards a sociology of the rural. London, Avebury, 1990.

\_\_\_\_\_, M. As ruralidades nas políticas globais. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. Vol. 34. Agosto 2015.

PAHL, R. E. The rural-urban continuum. Faculty of Social Set meetUniverty of Kent at Canterbury, United Kingdom, 1960.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. Campo-território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, fev. 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. Ciências sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento Revista de geografia agrária, v.4, n. 7, p. 24-62, fev. 2009.

SIGAUD, L. Para que serve conhecer o campo. In Miceli, s. (org) Temas e problemas da pesquisa em C. Sociais. São Paulo, Ed. Sumaré: Fapesp; Rio de Janeiro, Fundação Ford, 1992.

SOROKIN.P.A.;ZIMMERMAN, C.C.; GALPIN,C.J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza. Introdução a crítica à sociologia rural. São Paulo: hucitec. 1981. P. 158-224.

VEIGA, José Eli da. Nascimento de outra ruralidade. Estudos Avançados, n. 57, pp. 333-353. 2006.

WANDERLEY, Maria Nazareth. “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o ‘rural’ como espaço singular e ator coletivo”. Estudos Sociedade e Agricultura, n ° 15. 2000.

\_\_\_\_\_, Maria Nazareth. Prefácio. In: O rural brasileiro na perspectiva do século XXI / organizado por Sergio Pereira Leite, Regina Bruno. - Rio de Janeiro, RJ : Garamond, 2019.



## **UNIVERSO EMPÍRICO:**

FAVARETO, Ariane da Silva. Dinâmicas rurais contemporâneas e configurações sociais de gênero. 2019

FROEHLICH, José Marcos. Rural e natureza a construção social do rural contemporâneo na região central do rio grande do sul. 2002.

JORGE, Rogério Ribeiro. Território, identidade e desenvolvimento: uma outra leitura dos Arranjos Produtivos Locais de serviços no rural. 2009.

KUMMER, Rodrigo. Juventudes rurais e permanências: ruralidades e urbanidades representadas no extremo oeste de Santa Catarina. 2019.

MEDEIROS, Célia Maria Santos. O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social no espaço rural da região de Presidente Prudente nos anos 1980-90. 2002.

SANTOS, Elba Medeiros Punski dos. Políticas públicas e produção familiar: novos bairros rurais e os parceiros do desenvolvimento territorial rural São Paulo. 2018

SILVA, Dione Melo da. Ruralidades na região metropolitana de Belo Horizonte: um olhar à luz de Janus. 2014

TIARAJU, Salini Duarte. A identidade territorial como estratégia de planejamento do turismo rural: interfaces entre o vale dos vinhedos e o alto dourado vinhateiro. 2016.

### Anexo 1: Listagem das teses objeto da pesquisa

Nº	TÍTULOS	PPG	ANO	AUTOR
1	RURALIDADES NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: UM OLHAR À LUZ DE JANUS	<b>CPDA</b>	2014	SILVA, DIONE MELO DA
2	JUVENTUDES RURAS E PERMANÊNCIAS: RURALIDADES E URBANIDADES REPRESENTADAS NO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA	<b>CPDA</b>	2019	KUMMER, RODRIGO
3	RURAL E NATUREZA A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO RURAL CONTEMPORÂNEO NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL	<b>CPDA</b>	2002	FROELICH, JOSÉ MARCOS
4	DINÂMICAS RURAIS CONTEMPORÂNEAS E CONFIGURAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO	<b>CPDA</b>	2019	FAVARETO, ARIANE DA SILVA
5	A IDENTIDADE TERRITORIAL COMO ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO DO TURISMO RURAL: INTERFACES ENTRE O VALE DOS VINHEDOS E O ALTO DOURO VINHATEIRO.	<b>USP</b>	2016	DUARTE, TIARAJU SALINI
6	POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO FAMILIAR: NOVOS BAIRROS RURAIS E OS PARCEIROS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SÃO PAULO	<b>USP</b>	2018	SANTOS, ELBA MEDEIROS PUNSKI DOS
7	TERRITÓRIO, IDENTIDADE e DESENVOLVIMENTO: UMA OUTRA LEITURA DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE SERVIÇOS NO RURAL	<b>USP</b>	2009	JORGE, ROGÉRIO RIBEIRO
8	O PRODUTOR FAMILIAR RURAL E A DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO ESPAÇO RURAL DA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE NOS ANOS 1980-90	<b>USP</b>	2002	MEDEIROS, Célia Maria Santos

## Anexo 2: Modelo de Ficha de leitura

<b>Título da tese:</b>		
<b>Instituição/PPG</b>	<b>Ano/</b>	<b>Autor(a):</b>
1- Qual o significado atribuído pelo <b>AUTOR</b> ao rural?	2 – Quais as bases teóricas usadas pelo autor para definir rural?	
<b>Recorte espacial/ Temporal</b>		
<b>Objetivo/Questão central:</b>		
<b>Metodologia: empírica? Campo? Dados primários ou secundários?</b>		
<b>Conceitos-chave:</b>		
<b>Principais argumentos e resultados:</b>		
<b>Observações:</b>		